

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LARISSA MARTINI ANGELI**

**RADIALISTAS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL DOS  
COMUNICADORES DE RÁDIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ  
(1986-2006)**

**CURITIBA  
2011**

**LARISSA MARTINI ANGELI**

**RADIALISTAS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL DOS  
COMUNICADORES DE RÁDIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ  
(1986-2006)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Área de Comunicação Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

**CURITIBA  
2011**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

LARISSA MARTINI ANGELI

### RADIALISTAS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL DOS COMUNICADORES DE RÁDIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (1986-2006)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi  
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof. Dr. Adriano Nervo Codato  
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Panis Kaseker  
Departamento de Comunicação Social, PUC-PR

Curitiba, 20 de maio de 2011

À minha mãe, Flávia.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, pela força, ajuda e constante motivação.

Ao meu pai, Rubens, pela paciência e oportunidade de concluir essa etapa.

Ao professor Emerson, que sempre esteve presente e disposto a tirar todas as dúvidas.

Aos radialistas, que gentilmente, concederam as entrevistas.

A todos os amigos que ajudaram com a bibliografia, incentivo e críticas.

Miserável país aquele que não tem heróis.  
Miserável país aquele que precisa de heróis.

Bertolt Brecht

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o desempenho eleitoral e político dos radialistas que se elegeram deputado estadual no Paraná entre 1986 a 2006. Sabe-se que os locutores de rádio ganharam espaço na política nacional após a Ditadura Militar e, desde então, o cenário observado favorece a eleição desses comunicadores. Independente do partido político a que pertencem, eles conseguem expressivo número de votos. Atribui-se o sucesso nas urnas à popularidade que a presença diária no rádio oferece, a qual suscita uma relação de confiabilidade entre radialista/ouvinte. O reconhecimento desses locutores frente à população desperta em líderes partidários o interesse em convidá-los para concorrer a cargos representativos, desta forma, o comunicador serve como isca para alcançar votos para outros candidatos da mesma legenda. Nosso universo de estudo é a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), no período de 1986 a 2006, ou seja, após a reabertura democrática. A pesquisa justifica-se pelo: (i) constante número de deputados estaduais que são radialistas em todas as legislaturas estudadas; (ii) o alto índice de reeleição desses deputados; e (iii) número elevado de votos que esses locutores recebem. Frente ao observado partimos da hipótese que o radialista constrói no convívio diário com os ouvintes capital social suficiente para se eleger e atribuímos o fato dele conseguir ou não a reeleição à conversão deste capital social em capital político, necessário para permanência no campo. A metodologia combina pesquisa quantitativa e qualitativa. No primeiro caso foi feita uma análise de tendência de votos em radialistas a fim de detectar a presença, o número de votos e a taxa de reeleição; no segundo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete radialistas, estes divididos em três categorias: (i) radialistas que se reelegeram todas às vezes que concorreram; (ii) radialistas que tentaram mas, em algum momento da carreira, não conseguiram a reeleição; (iii) radialistas que não se reelegem porque não se candidatam. A análise dos dados revela que existe, além do alto índice de reeleição, significativa rotatividade de radialistas na Assembleia paranaense. No período estudado, 26 locutores foram eleitos, e destes 12 apenas uma vez. As entrevistas mostram que a não eleição para o cargo de deputado estadual não significa necessariamente a exclusão do campo político, pois os radialistas podem permanecer no mesmo em cargos não eletivos.

Palavras-chaves: radialistas políticos, democracia, capital.

## ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the performance of the electoral and political broadcasters who were elected in Parana state representative from 1986 to 2006. It is known that radio broadcasters have taken its place in national politics after the military dictatorship and has since seen the scenario favors the election of these communicators. Regardless of the political party they belong to, they get a significant number of votes. We attribute this success to the popularity polls in the daily presence on the radio offering, which creates a relationship of trust between broadcaster / listener. The recognition of these speakers before the public wakes up in the interest of party leaders to invite them to run for office representative in this way, the communicator serves as bait to achieve votes for other candidates on the same legend. Our universe of study is the Legislative Assembly of Parana in the period 1986 to 2006, after the reopening of democracy. The research is justified by: (i) constant number of state representatives who are broadcasters in all legislatures studied, (ii) the high rate of re-election of deputies, and (iii) high number of votes they get these speakers. Front to observe parts of the hypothesis that builds on daily radio listeners with enough capital to get elected and we attribute the fact that he does or not the re-election to convert this capital into political capital needed to stay in the field. The methodology combines quantitative and qualitative research. In the first case was a trend analysis of votes on broadcasters to detect the presence and number of votes and the rate of re-election, in the second, we conducted semi-structured interviews with seven broadcasters, they divided into three categories: (i ) broadcasters who reelected every time they competed, (ii) broadcasters who have tried but, at some point in their career, failed re-election, (iii) broadcasters who do not get reelected because they are applying. Data analysis shows that there is, besides the high rate of re-election, significant turnover of broadcasters in the Assembly of Parana. During the period, 26 broadcasters were elected, and of these 12 only once. The interviews show that non-election to the office of state representative does not necessarily mean exclusion from the political field, because broadcasters can remain the same in non-elective positions.

Keywords: Broadcasters, democracy, capital

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1986 .....	63
TABELA 2 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1990 .....	64
TABELA 3 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1994 .....	65
TABELA 4 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1998 .....	67
TABELA 5 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 2002 .....	68
TABELA 6 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 2006 .....	70
TABELA 7 – RADIALISTAS ELEITOS DA 11° A 16° LEGISLATURA .....	72
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DOS RADIALISTAS NA ALEP DE 1986 A 2006 .....	73

## LISTA DE SIGLAS

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
BBC – British Broadcasting Corporation  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
COMURB – Companhia Municipal de Urbanização de Londrina  
DETRAN – Departamento de Trânsito  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MCM – Meios de Comunicação de Massa  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MP – Ministério Público  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PF – Polícia Federal  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PL – Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP – Partido Progressista  
PPB – Partido Progressista Brasileiro  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PROCON/PR – Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SICREDI – Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TER – Teoria da Escolha Racional  
TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral – Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 DEMOCRACIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> .....	19
2.1 DEMOCRACIA ELITISTA.....	21
2.2 PERSONALISMO À BRASILEIRA: UMA RELAÇÃO COM OS RADIALISTAS POLÍTICOS .....	26
2.3 CULTURA POLÍTICA E VOTO PERSONALISTA .....	28
<b>3 POLÍTICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE PUBLICIZAÇÃO</b> .....	35
3.1 RÁDIO E POLÍTICA: A UTILIZAÇÃO DO MEIO PELA ELITE DO PODER .....	40
3.2 O SURGIMENTO DOS RADIALISTAS POLÍTICOS .....	44
3.3 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA ESTRUTURA E LÓGICA DO CAMPO POLÍTICO .....	48
3.4 RADIALISTAS POLÍTICOS NO BRASIL .....	56
<b>4 PRINCIPAIS RADIALISTAS POLÍTICOS NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL E POLÍTICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL</b> .....	60
4.1 ALEP: DE 1986 A 2006 .....	61
4.2 RADIALISTAS POLÍTICOS NO PARANÁ .....	73
4.2.1 Antonio Belinati .....	74
4.2.2 Carlos Xavier Simões .....	83
4.2.3 Jocelito Canto .....	88
4.2.4 Algaci Túlio .....	94
4.2.5 Ricardo Chab .....	100
4.2.6 Luiz Carlos Martins .....	105
4.2.7 Renato Gaúcho .....	111
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
<b>APÊNDICE</b> .....	127

## 1 INTRODUÇÃO

É comum termos radialistas eleitos nos pleitos proporcionais brasileiros. No Paraná, por exemplo, em todas as eleições, de 1986 a 2006, algumas figuras de grande popularidade do rádio foram eleitas e reeleitas para Assembleia Legislativa Estadual. É por isso que o veículo, como causa do sucesso eleitoral de muitos comunicadores, vem sendo estudado por vários pesquisadores da comunicação e da ciência política, entre os quais Silva (2000), Nunes (2000), Costa (2005), Miguel (2003) e Kaseker (2004).

O rádio é o meio de comunicação de massa mais eficiente e abrangente, principalmente entre as classes baixas do país. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009 revelam que cerca de 90% dos domicílios brasileiros possuem um aparelho de rádio. Diferente da televisão e da internet, o rádio se faz presente em todos os cantos do território nacional, até mesmo naqueles onde não há energia elétrica. Além disso, para ter acesso à informação radiofônica a única necessidade é a audição, vantagem significativa em um país com 18 milhões<sup>1</sup> de analfabetos.

Vale observar ainda, que o rádio, além de ser escutado em qualquer lugar, não necessita de dedicação exclusiva por parte do ouvinte. O cidadão pode ouvir no trabalho, em casa, no carro e tem a possibilidade de levar o aparelho facilmente para onde for. Desta forma, para se manter informado por meio do veículo não é preciso pagar mensalidade, parar as atividades e muito menos saber ler. Por esses motivos é que o rádio favorece a popularidade de seus apresentadores que mantêm um contato diário com os ouvintes. Em outras palavras, o rádio é um meio de comunicação personalista por natureza.

Outra vantagem é o baixo custo e a rapidez na produção da informação. Por ser um meio dinâmico e ágil, a notícia pode entrar no ar em tempo real e sem obrigação de grandes aparatos como no caso da televisão ou da revisão textual, necessária nos meios impresso e digital. No impresso, especificamente, dependendo do horário da notícia ela chegará às bancas, com bastante atraso, no dia seguinte, quando todos os outros meios já tiverem divulgado a informação

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados de 2009 do IBGE, cerca de 10% da população brasileira é analfabeta e 20%, equivalente a quase 40 milhões, é analfabeta funcional, isto é, tem menos de três anos de estudos.

Essas características são reveladas para reforçar a influência do nosso objeto de estudo: os radialistas políticos, entendidos neste trabalho como aqueles comunicadores que, por meio do rádio, conseguiram obter sucesso eleitoral em eleições proporcionais. Vale ressaltar que são considerados radialistas os locutores que se classificam como radialistas profissionais, e também os que têm outra profissão, mas mantêm o programa no rádio. Os deputados que ingressaram no meio de comunicação após serem eleitos não se enquadram na pesquisa.

Procuraremos mostrar ao longo do trabalho como esses locutores alcançaram a popularidade e caíram nas “graças da população” que os delegaram o poder de representá-los no campo político. A partir da revisão da literatura pretendemos revelar como ocorre a entrada dos radialistas no campo político, desde sua participação no rádio, até a carreira como “representantes do povo”.

A influência mais marcante neste trabalho é a obra de Márcia Vidal Nunes “Rádio e política: do microfone ao palanque” (2000). Nunes revela, assim como outros autores, como o rádio possibilita para os locutores a criação de uma confiança com as pessoas para representá-los nos assuntos públicos. A autora mostra que existem duas etapas na formação dessa fé por parte da população: primeiramente quando os radialistas ainda não são políticos, o que Nunes chama de “delegado do ouvinte” e, mais tarde, depois do sucesso eleitoral, passam a ser o “delegado do eleitor”. Assim como Nunes, tentaremos mostrar como o rádio favoreceu os locutores para a vitória nas urnas.

Por estarem presentes diariamente no rádio, os comunicadores criam um elo com seus ouvintes, cativam e ganham o carisma necessário para conseguir a eleição. Esse carisma será identificado aqui como capital social que se converterá em capital político para a permanência no campo: o objetivo final dos radialistas que entram na política. Para tanto, o discurso populista e o assistencialismo<sup>2</sup> praticado pela grande maioria dos radialistas, aproxima-os da população. Ao reivindicarem soluções para os problemas que mais afligem a sociedade, fazem uma mediação do povo que tem escassos meios para chegar à esfera pública, com o governo.

Existem dois lados na relação ouvinte/radialista. Um é o da população, que elege o locutor e o outro é o do próprio comunicador buscando meios de sobrevivência dentro do campo político. Para embasar o contexto histórico brasileiro

---

<sup>2</sup> Prestação de serviços sociais para outro indivíduo. O termo será desenvolvido com maior precisão no decorrer do trabalho a fim de revelar como se aplica ao caso dos radialistas políticos.

que (re)confirmou a tendência de voto personalista ao longo de todas as aberturas democráticas combinaremos a definição de Bernard Manin (1995) sobre “democracia de público” com os estudos que analisam o comportamento eleitoral dos brasileiros, como os de Castro (1992) e Radmann (2001), a fim de compreender de qual modo as ideias desses autores se enquadram no caso aqui estudado.

Bernard Manin (1995) revela que ocorreram muitas mudanças na representação política nos últimos séculos. A falta de um sistema partidário organizado favoreceu o que o autor denomina “democracia de público”, na qual o que tem mais importância são as características dos candidatos em detrimento dos programas propostos por eles. Desta forma, o personalismo ganha força e com isso aumentam as chances dos candidatos serem eleitos por sua imagem, independente do partido ao qual são filiados. Nesse tipo de democracia, como destaca o autor, a prioridade está nas relações pessoais entre representantes e representados e os meios de comunicação são peça chave para a criação desse elo. Manin afirma que o comportamento padrão para se obter sucesso eleitoral em uma “democracia de público” vem da capacidade dos candidatos em estarem em evidência nos meios de comunicação e também de falarem diretamente com a sociedade, pois, desta forma, fazem-se presentes na vida das pessoas. Ou seja, aqueles que detêm o dom da oratória e dominam as técnicas da mídia tem mais chances de serem eleitos. (MANIN, 1995).

Seguindo essa linha, proposta por Manin, os radialistas se encontram em grande vantagem, pois além de terem o domínio dos aparatos necessários para se comunicarem com seus ouvintes, se fazem presentes diariamente na vida dos mesmos. Miguel (2003) retrata que a mídia contribui significativamente na estruturação da carreira política e que estar presente nos meios de comunicação é fundamental para o reconhecimento público e também para a acumulação de capital.

Este trabalho pretende analisar de que forma, valendo-se das ideias de democracia de público, os radialistas paranaenses entram no campo político. O universo de estudo são os locutores eleitos deputado estadual no Paraná da 11ª a 16ª legislatura que correspondem aos anos de 1986 a 2006, portanto aos 20 anos que procederam a última abertura democrática no Brasil iniciados após a estabilização do sistema pluripartidário. É possível identificar que os radialistas estiveram presentes em todas as legislaturas estudadas, e muitas vezes, em

número maior do que outras profissões. Entretanto, pode-se notar que nem sempre esses comunicadores conseguem a reeleição, o que demonstra que a quantidade de votos pode diminuir. No pleito de 1998, eleição que registrou a maior presença, onze locutores de rádio foram eleitos, e em 1990, foi observado o menor índice, sete radialistas tiveram sucesso nas urnas. Outro fato importante é a renovação de radialistas na ALEP. Por mais que aqueles que já fossem deputados não tenham conseguido a reeleição, novos comunicadores se elegeram pela primeira vez no período. Ainda é importante destacar que aqueles radialistas que nunca foram eleitos ao cargo não serão analisados nesta pesquisa devido à ausência de dados que não nos permite estudar os “insucessos”.

A hipótese do estudo é que o radialista obtém capital social significativo para se eleger, mas depois que adentra no campo político precisa convertê-lo em capital político para se manter dentro do campo. Lembrando que a não eleição não implica necessariamente na exclusão desse espaço social.

O conceito de campo se refere a “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem naturalmente aos agentes que dele participam” (MIGUEL, 2003). No caso do campo político, como explica Bourdieu (1999), o alvo daquele que entra nele é o poder, por isso é considerado um espaço à parte da totalidade social com seu próprio *nomos* e também com forte hierarquização de cargos. A diferença de poder que cada cargo proporciona faz com que o campo político seja um lugar de luta para alterar as relações estabelecidas dentro dele. Aqueles que querem fazer parte do mundo da política devem internalizar o *habitus* do campo, ou seja, incorporar suas regras para sobreviverem dentro dele. Em outras palavras, o campo político é um espaço no qual aqueles que fazem parte dele almejam os cargos do topo da hierarquia e atingem esse objetivo aqueles que tiverem mais capacidade de obedecer às regras do jogo.

Para tanto, Miguel (2003) revela que além de agradar a sociedade, que foi quem delegou o poder ao radialista, este tem também que agradar seus pares. Até porque, a aprovação de projetos precisa da admissão de outros deputados para entrar em prática, e muitas vezes o radialista que entra na política pela primeira vez, que é o político *outsider* – como denomina o autor – não consegue uma base forte suficiente para apoiá-lo, o que gera a incapacidade de atuar em relação às soluções

prometidas para os problemas da sociedade. Como consequência essa incapacidade desacredita a figura do radialista que acaba por não obter a reeleição.

Como já citado, o carisma e a presença diária desperta a confiança nesses locutores. Desta forma, os radialistas produzem sentido a um grupo que antes dele não existia, a um grupo que só se formou porque o comunicador está lá para representá-lo e criar uma identidade coletiva para essas pessoas. Assim, o radialista é a condição única da formação do grupo. É ele quem diminui o abismo entre esses ouvintes e a esfera pública e, também, quem faz a mediação do povo com o governo. É devido a isso que o comunicador ganha a confiança do grupo que delega o poder de representá-lo no campo político. (NUNES, 2000).

Para compreender a relação radialista/eleitor é necessário analisar a dinâmica própria do campo político a fim de entender porque os radialistas têm grandes chances de sucesso eleitoral quando tentam cargos representativos em governos democráticos. Qual é a capacidade do rádio em eleger esses candidatos? Por que o meio de comunicação agrega capital social aos radialistas? Com o ingresso no campo político, apenas o capital social adquirido pela proximidade com os ouvintes é suficiente para manter os radialistas no poder?

Nunes (2000) revela que o fenômeno dos radialistas de sucesso começou com força após a Ditadura Militar, quando eles propuseram uma nova cara à programação: a prestação de serviços. Mas como ocorreu a construção da trajetória dos radialistas que mais tarde se tornariam políticos? Os radialistas cativam a massa por estarem em contato direto e diário com a sociedade, ouvindo seus anseios e expectativas no que se refere a melhora de vida dos indivíduos. Uma vez conhecidos os problemas, torna-se mais fácil exercer a demagogia e se fazer representante de um grande número de pessoas sem consciência de seu papel de cidadãos e sem esperanças de serem ouvidas pelos líderes políticos?

O aprofundamento do tema leva a objetivos secundários, mas não menos importantes na pesquisa que são: i) estudar as características do rádio que favorecem seu uso pela classe política; ii) contextualizar a relação rádio e parlamentares no Brasil; iii) traçar o perfil dos locutores eleitos; e iv) compreender o fenômeno dos radialistas políticos no Paraná.

A metodologia deste trabalho combina pesquisa quantitativa e qualitativa. No primeiro caso foram feitas análises temporais de tendência das votações em radialistas a partir dos resultados eleitorais e, também, a identificação do perfil dos

eleitos. A segunda se resume em entrevistas semiestruturadas com alguns casos exemplares categorizados de acordo com a quantidade de vezes que se elegeram deputado estadual. Por meio dessas pesquisas, este trabalho pretende identificar como funciona o campo político e qual é a visão desses deputados *outsiders* sobre o mesmo, a fim de compreender quais são as barreiras que o próprio campo impõe para que eles não consigam a reeleição, e também comparar com os radialistas que foram sucessivamente reeleitos com o intuito de descobrir o que diferencia a carreira política nesses dois casos.

O trabalho é dividido em três capítulos, os dois iniciais, teóricos e, o último de análise da pesquisa empírica. No primeiro são expostas as teorias democráticas, com o objetivo de entender até que ponto a representação política é considerada uma forma de democracia. Embasado nos autores já citados o trabalho mostrará como a evolução da liberdade de expressão e o direito de voto, interferem na vida dos cidadãos e como a cultura política influencia na hora de escolher o representante. O foco desse capítulo é abordar a sociedade civil brasileira atual e seus aparatos democráticos. Mostrará, ainda, como funciona o sistema eleitoral no país e como os meios de comunicação estão presentes em sociedades democráticas.

O segundo capítulo revela a relação dos radialistas com a sociedade, e o papel do rádio como meio de comunicação de massa. Em um primeiro momento será mostrado como o veículo desenvolveu a publicidade e quais foram as consequências dessa evolução para a carreira política e também para a propaganda eleitoral. Na sequência o trabalho mostrará como o meio de comunicação foi utilizado pela elite do poder em todas as “Eras do Rádio” no Brasil, a fim de compreender como se deu essa relação estreita entre políticos e rádio. Em seguida será relacionado o objeto de estudo – os radialistas políticos – com a teoria de Pierre Bourdieu. E, por fim, serão revelados alguns casos conhecidos dos comunicadores no Brasil e no Paraná.

O terceiro e último capítulo trata da análise e interpretação da pesquisa empírica. Nele serão detalhados os dados das eleições propostas neste trabalho – 1986 a 2006. Aponta em cada eleição, quantos radialistas foram eleitos deputado estadual no Paraná e a quantidade de votos para revelar: i) a rotatividade de comunicadores na ALEP; ii) a diminuição de votos naqueles que se reelegeram, e iii) o panorama do universo de pesquisa. Por fim serão apresentadas as entrevistas

com os comunicadores, para ver como eles avaliam a relação entre o uso do rádio até a chegada ao plenário e também a uma possível derrota eleitoral.

## 2 DEMOCRACIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Nas teorias democráticas contemporâneas, os processos de comunicação recebem pouco destaque em relação a sua importância para o estabelecimento e manutenção de um governo democrático. Ao classificar as abordagens dos cientistas políticos sobre o tema em três correntes – democracia (i) limitada<sup>3</sup>; (ii) republicana<sup>4</sup>; e (iii) deliberativa<sup>5</sup>, Miguel (2000) conclui que todas deixam à margem do debate a função dos meios de comunicação. De acordo com o autor, a televisão, o rádio e o impresso têm papel fundamental no sistema democrático, pois são eles que modelam o pensamento das pessoas de acordo com o que é transmitido nos noticiários – e, até mesmo nos programas de entretenimento – fornecendo conhecimento para as discussões coletivas e decisões individuais. (MIGUEL, 2000).

Para o autor, é necessário levar em consideração o papel do discurso, e não apenas no que se refere aos acontecimentos da arena política, porque é por meio dele que os governantes evidenciam à sociedade suas propostas e fazem sua publicidade para conseguir ocupar tais cargos. O autor ressalta que, nesse contexto, a mídia eletrônica é fundamental, pois é uma forma das pessoas conhecerem os políticos e saberem o que eles têm a oferecer, e vice-versa. Além disso, de acordo com Miguel (2000), os meios de comunicação de massa<sup>6</sup> (MCM) são também responsáveis por parte da construção da realidade social, sendo assim o

---

<sup>3</sup> A Teoria Limitada reduz a democracia às eleições. Fazem parte dela as ideias - dentre outros - de Schumpeter, Sartori, Olson, Downs e Dahl. Desses, Miguel reconhece que a "Poliarquia", de Robert Dahl, é a obra que mais destaca o papel dos meios de comunicação. Os cientistas políticos da Democracia Limitada são classificados pelo autor como conservadores e descritivos, ou seja, falam da democracia como ela é e não como deveria ser. (MIGUEL, 2000).

<sup>4</sup> A Democracia Republicana é guiada pelas ideias de Rousseau. Nela, o bem comum - ou a vontade geral - é determinado por um contrato. Os indivíduos agem coletivamente para alcançar o consenso. Para Miguel, essa teoria desconsidera as necessidades primordiais da sociedade, já que a vontade geral é pré-estabelecida. Além disso, de acordo o autor, é impossível pensar que os indivíduos consigam determinar o que é de vontade de todos, uma vez que cada um tem preferências distintas. *Ibid.*

<sup>5</sup> Os pensadores da Teoria Deliberativa, como o próprio nome já diz, valorizam o debate. Nela, os cidadãos que não desenvolvem sua capacidade de pensar politicamente, ou seja, que não se interessam pelo tema, estão fora do debate democrático. Essa linha é embasa nos conceitos de Habermans, e criticada por Miguel no que diz respeito à desigualdade de debate: aqueles que ficam de fora da deliberação estão automaticamente à parte da democracia. *Ibid.*

<sup>6</sup> Meios de comunicação de massa é todo o conjunto da mídia cujas informações divulgadas atingem uma grande quantidade de pessoas. São eles: televisão, rádio, revista, jornal, e mais recentemente, a internet.

comportamento dos indivíduos é guiado pelo mundo externo, portanto há necessidade de meios especializados para transmitir informações a todos.

Nos países em que a liberdade de expressão se faz presente são os meios de comunicação que levam ao público a possibilidade de contato entre político e cidadão. Eles mostram todos os acontecimentos à sociedade, proporcionam maior visibilidade aos políticos e trazem a tona escândalos e realizações, fazendo com que as pessoas fiquem a par das consumações dos governantes. Na mesma linha, Maia (2006) diz que a mídia tem de ser considerada quando se estuda a esfera pública. É por meio dela que as informações chegam às pessoas e permitem a formulação da opinião pública que pode influenciar e provocar mudanças no universo político. A autora ressalta que os programas transmitidos pelos MCM influenciam na formação da opinião pública, tanto os noticiosos como os de entretenimento, que debatem temas ligados a esfera pública.

Como o objeto de estudo desta pesquisa são os radialistas políticos, este trabalho focará exclusivamente no meio de comunicação que eles se fazem presentes: o rádio. A maioria desses locutores realiza seu programa em emissoras AM, e como grande parte são donos das próprias rádios, e o objetivo final deles é entrar ou se manter no poder, há espaço para a população participar. Esta, como mostra Nunes (2000), de baixa renda, que não encontra abertura nas grandes mídias brasileiras, pelo menos não da forma que esses locutores permitem em sua programação que é feita quase que inteiramente com depoimentos e reivindicações, ou seja, grande participação popular.

Por cederem lugar para que os cidadãos relatem seus problemas, sejam particulares ou de grupos – regiões, comunidades, bairros – os radialistas ganham a confiança de sua audiência e fazem a mediação dela com a esfera pública. Essa cumplicidade entre locutor e ouvinte, faz com que estes personifiquem a figura do comunicador como um ‘salvador’, alguém disposto a ajudar e lutar pelos direitos mais básicos da população. Dessa forma, essas pessoas, que na maioria das vezes estão de fora do debate democrático, podem participar e se fazer ouvir na democracia. (COSTA, 2005)

O objetivo deste capítulo é elucidar a partir de uma breve revisão bibliográfica alguns dos conceitos de democracia existentes a fim de aplicá-los a discussão aqui sugerida. Pretende-se, a partir de uma ideia geral do termo chegar ao sistema conhecido como democracia de público, e revelar como os radialistas se

encaixam nos ideais desse tipo de representação, principalmente no que diz respeito à eleição.

Baseada na ideia de uma democracia personalista, escorada por um fraco sistema institucional, sobretudo o partidário, como é o presente no Brasil - pelo menos no que diz respeito à visão dos eleitores - sustenta-se a afirmação que o próprio aparato democrático brasileiro favoreceu a cultura política vigente. De forma que, a maioria dos eleitores escolhe seu candidato pela pessoa que ele “aparenta” ser em vez do partido político a que ele pertence. Vale lembrar que o objetivo aqui não exaurir a discussão existente sobre o tema e sim criar uma base de explicação a partir do sistema político brasileiro que revele o porquê dos radialistas terem grandes chances de serem eleitos quando se candidatam a cargos representativos.

## 2.1 DEMOCRACIA ELITISTA

Segundo os autores da teoria das elites, como Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, não importa o regime político ou a fórmula política, será sempre uma minoria que deterá o poder. Ambos defendem que não existe outra forma de governo senão a oligarquia, pois em todas as sociedades o poder sempre fica retido nas mãos de poucos: a elite política, para Pareto, ou a classe política, para Mosca. O que pode variar de um regime para o outro é o quanto cerrado é o campo político. (BOBBIO, 1998).

Para Gaetano Mosca (1992), todo governo é de poucos e em benefício próprio, isto porque, em todas as formas de dominação política, uma minoria sempre governará a maioria. É exatamente este fato que faz com que essa classe política consiga se organizar para definir interesses incomuns, entretanto, estes sempre serão as prioridades daqueles que detêm o poder e não necessariamente das pessoas que o delegaram. Deste modo, pontua o autor, os membros dessa classe podem vir de diferentes esferas da sociedade e se distinguem dos governados por possuírem valores intelectual, material ou moral, superiores aos da massa. O elemento que garante o domínio da classe dirigente é o controle dos recursos para deter o poder, por isso, a partir do momento que esses recursos deixam de ser valorizados ou não têm mais importância para a sociedade, a classe dirigente não consegue mais garantir os meios para se manter no poder.

Se a democracia funciona dessa forma, os representantes eleitos estão sujeitos ao seu funcionamento, e o caso específico estudado neste trabalho, dos radialistas políticos, não foge à regra, entretanto, o recurso utilizado por eles para entrarem e se manterem no poder se distingue dos demais políticos: a visibilidade e reconhecimento que o rádio proporciona. Podemos evidenciar que esses locutores de rádio fazem parte de uma minoria política que se destaca pela atuação no meio de comunicação. Embora não se constituam como classe organizada, são pessoas que se aproveitam da promoção gerada pelo rádio para criar grupos com identidades definidas. Estes são formados pelos ouvintes que lhe delegam<sup>7</sup> o poder e fazem com que esse comunicador seja o representante do grupo que, até então, não existia. Desta forma, ao simularem que enfrentam os mesmos problemas que seus eleitores, os radialistas constroem a imagem de que são semelhantes aos representados gerando uma identificação e aproximação com os mesmos.

Se os pensadores modernos afirmam que a democracia é um regime político no qual os atores que governam o fazem visando seus próprios interesses, podemos afirmar que os locutores de rádio também participam desse jogo. Enquanto não são políticos, falam abertamente com a sociedade e propõem mudanças coletivas para aquele grupo que o escuta. Uma vez eleitos, descobrem que a política é um campo de negociações e acordos, e que não é fácil atender interesses coletivos. Desta forma, visando seus objetivos específicos que é manterem-se no poder, esses radialistas começam a atender individualmente os ouvintes - agora eleitores - por meios assistencialistas. Assim sendo, a representatividade do grupo não é alcançada confirmando a hipótese de governo de poucos em benefício próprio.

Essa maneira de continuar a exercer o cargo, admite a ideia de Bobbio (1998) que a importância fundamental para a classe política é garantir os meios de reprodução, renovação e organização para se manter no poder. O fato do radialista não conseguir a reeleição e perder o cargo representativo está ligado à eficiência em proporcionar, aos seus eleitores, benefícios prometidos antes da eleição. Em outras palavras, quando aqueles que o elegeram percebem que não é mais vantajosa a presença do locutor na política ele está sujeito a perda do cargo.

Para Bobbio (1998) a teoria das elites deixa o ideal democrático de lado para dar vez a realidade do que é conhecido como governo do povo: não uma negação

---

<sup>7</sup> O processo de delegação será explicado no 2º capítulo.

dos regimes democráticos e sim uma renovação do conceito real e como é aplicado na sociedade. A única possibilidade compatível de democracia no estado liberal<sup>8</sup> é a representação política, na qual a capacidade de fazer leis não é de responsabilidade dos cidadãos e sim de um grupo eleito por estes para representá-los na defesa do bem público.

É fato que existem critérios básicos e formais para a existência da democracia, e o mais importante, talvez, seja a possibilidade de a sociedade escolher livremente seus representantes em eleições idôneas e periódicas. Hoje, o Brasil vivência o seu mais sólido governo democrático, entretanto, num passado não muito distante, a repressão e o despotismo se faziam presentes. Como bem lembra Costa (2005), as eleições no Brasil sempre foram vetadas por golpes civis ou militares. Da Proclamação da República, em 1889, até a atualidade, houve nove interferências militares, sete constituições e 33 presidentes, dos quais apenas 15 foram eleitos pelo povo, mas somente cinco completaram o mandato. Para compreender este cenário, serão expostas a seguir as implicações básicas para que um governo seja considerado democrático.

Prevendo a impossibilidade de realização da democracia plena, Robert Dahl (2005) sugere a teoria poliárquica. Para tanto, o autor desenvolve um modelo de governo relativamente democrático, ao qual chama de poliarquia. Nele, embora ninguém o domine plenamente, o poder é controlado por uma multiplicidade de minorias organizadas responsáveis pelas decisões políticas. Esse pluralismo gera o conflito de ideias decorrentes da diversidade dos agentes políticos presente nas democracias modernas. As condições básicas para democracia, segundo o autor, são três: os cidadãos devem ter liberdade de formular suas preferências, de expressá-las e de tê-las igualmente consideradas pelo governo. Quanto maior for a presença dessas premissas em uma sociedade, mais democrática ela é. Dahl seleciona ainda oito condições, que nas palavras do autor são: i) liberdade de formar e aderir a organizações; ii) liberdade de expressão; iii) direito de voto; iv) direito de líderes políticos disputarem apoio; v) fontes alternativas de informação; vi) elegibilidade para cargos políticos; vii) eleições livres e idôneas; e viii) instituições que garantam estas alternativas. Essas condições podem ser analisadas em duas

---

<sup>8</sup> Liberal se refere ao estado limitado em relação aos seus poderes e funções. Para tanto é baseado no jusnaturalismo, que garante ao homem - sem discriminações - direitos fundamentais de existência, os quais é função do estado respeitá-los e garanti-los. (BOBBIO, 1988).

dimensões: o grau de contestação pública e de inclusividade. Portanto, quanto mais presentes estiverem em uma sociedade, mais democrática ela é. Desta forma:

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (DAHL, 2005, p. 31).

Essas condições básicas que defende Dahl estão presentes no Brasil, pelo menos na democracia que o país vivencia na atualidade, e elas garantem aos cidadãos um governo democrático no que diz respeito aos meios para eleger seus governantes. Ao exemplificarmos ao caso dos radialistas, enquanto ainda não são políticos e sim comunicadores que apresentam diariamente seus programas radiofônicos, é possível notar que eles gozam da liberdade necessária para criticar o governo e formar um grupo que o apoie. Ao lutar por uma causa, que, às vezes, não é vital para eles, mas sim para as pessoas que os ouvem, eles cativam uma grande massa de indivíduos que convencidos de que esses radialistas são a solução para os problemas, por levarem os mesmos até a esfera pública, acabam por delegar-lhes o poder. Isso só é possível graças a liberdade de expressão, de se informar por meios de comunicação desvinculados do governo e também à possibilidade de criar grupos.

Uma vez que o locutor é causa da existência do grupo, pressupõe-se que ele lutará pela solução dos problemas daquelas pessoas. Sendo assim, o radialista tem grande chance de entrar na esfera pública, agora não apenas como mediador, mas como político. Entretanto, Nunes (2000) ressalta que quando o comunicador entra no campo político, não há garantias que ele não abandonará as pessoas que representa, ou seja, seus ouvintes, aqueles que votaram e possibilitaram a ele estar no campo político. Os problemas do período pós-eleitoral remetem a outras ideias de democracia apresentadas por Bobbio (1998): a qualidade substancial desse governo. O autor frisa que se deve analisar também quais são os fins que de fato são alcançados com a democracia.

Na democracia formal, como define Bobbio (1998), os comportamentos universais – como a liberdade de expressão e direito de voto - são cumpridos em graus diferentes em cada país, enquanto, na democracia substancial vão além, pois está embasada em ideais igualitários. É como se a primeira fosse o governo do povo

e a segunda o governo para o povo. Na democracia formal há meios, – regras descritas, como as citadas por Dahl – mas não existe uma preocupação com os fins – se os eleitos governarão de acordo com a vontade da maioria, e também, baseados nos princípios de igualdade – enquanto na democracia substancial o que prevalece são os fins que são a isonomia jurídica, social e econômica, independentemente dos meios adotados para alcançá-los.

É possível associar as ideias de Bobbio sobre a democracia substancial com a concepção maximalista apontada por Reis (2002). Não são suficientes regras instituídas para se dizer se uma sociedade é democrática ou não, é necessário ir adiante e desvendar o quanto ela abrange socialmente as pessoas. O autor defende que “não basta pura e simplesmente que o arranjo político-institucional seja democrático [...] é necessário, em vez disso, que a democracia tenha um conteúdo social mais rico, seja mais ambiciosa do ponto de vista social”. (REIS, 2002, p. 11).

A democracia substancial ou a concepção maximalista revelam o funcionamento ideal desse tipo de governo. Alguns autores como veremos a seguir, defendem que, em vista da impossibilidade da realização plena de um estado democrático a saída é optar pelo termo representação política.

Para Hirst (1992), o governo representativo é considerado democrático por herdar as concepções da teoria clássica, já que uma vez eleito pelo povo, o representante atende seus interesses. Entretanto, o autor critica essa noção, uma vez que as regras do jogo político não favorecem a representação política como soberania popular. E, vai além ao afirmar que por mais que essa lógica seja óbvia para os cientistas políticos, passa despercebida pela sociedade. Isto porque, quem toma as decisões são os políticos, e nada garante que são as de interesse da maioria e que ela está sendo de fato representadas pelo grupo que elegeu.

Para um governo ser considerado representativo, o político deve ser eleito pela sociedade, por aqueles que vão governar em seu nome. A eleição é o princípio fundamental do pensamento moderno, nenhum título de origem sobrenatural ou superioridade dá o direito de uma pessoa impor poder sobre outra. Entretanto, o autor destaca que a opção do voto não estreita o abismo que existe – cultural e econômico – entre as duas partes, pois o fato de escolherem determinado governante não quer dizer que representante e representado sejam semelhantes. Assim, por não existir uma identidade entre eles, a representação política garante a compatibilidade com governo de elite. (MANIN, 1995).

Outro fator que sustenta este tipo de governo é que os representantes possuem autonomia relativa em relação aos representados. Embora possam ser retirados do poder – por meio de eleições – os governantes têm independência relativa nas suas decisões. As promessas e programas de campanha podem ser apresentados aos eleitores, mas cumpri-las está a cargo de cada um, mesmo sabendo que o não cumprimento desses programas pode trazer problemas na hora da reeleição.

Em relação a isso Hirst (1992) afirma que a troca periódica dos representantes não é uma forma de controle sobre os atos políticos e que a democracia representativa também não garante a representação da maioria, uma vez que o político pode ser eleito por uma minoria do eleitorado.

A democracia representativa tem a virtude limitada de permitir que alguns dos principais responsáveis pela tomada de decisão e pela iniciativa política, no Estado, sejam trocados periodicamente ou ameaçados com essa troca. Isso não deveria ser superestimado como forma de controle. [...] a democracia representativa permite o governo de um partido legitimado pelo voto popular, mas esse voto pode representar as escolhas de uma minoria do eleitorado ativo. (HIRST, 1992, p. 39).

No governo representativo não existe um indivíduo que toma a decisão pelo povo, e sim um órgão coletivo que ocupa posição central nas tomadas de decisões. O debate é o caminho para se determinar a verdade, portanto a Assembleia deve ser o local para se chegar a este objetivo, um ambiente diversificado com pessoas que representam as diversas classes e culturas da sociedade. Devido a essa diversidade é difícil chegar a uma conclusão, ou seja, uma tomada de decisão sem discutir, sem debater sobre o assunto. Desta forma, consegue-se o consentimento dos demais representantes por meio da persuasão e o debate é a forma legítima de integração entre eles.

## 2.2 PERSONALISMO À BRASILEIRA: UMA RELAÇÃO COM OS RADIALISTAS POLÍTICOS

Se por democracia de público entende-se a representação política personalista, na qual as pessoas escolhem seu representante independente do partido os radialistas são beneficiados por poderem, por meio do rádio, manter essa relação direta com os eleitores e criar junto a eles uma identidade comum.

Quando esses comunicadores falam em nome de determinados grupos, e são a causa essencial para a existência dos mesmos, seus integrantes podem acreditar nessa identidade comum, mas isso não quer dizer que os radialistas compartilhem das mesmas vontades que a massa que lhes delegou o poder ou que esses comunicadores passem pelos mesmos problemas. Eles se tornam representantes do grupo numa espécie de usurpação para alcançar o poder. Eles usam do seu aparato de trabalho, o rádio, para se aproximar da sociedade e criar, desta forma, uma empatia inexistente, mas que se diz verdadeira na comunicação diária. Quando o grupo percebe que essa identidade não é real, pode destituir o radialista do poder, negando a ele, na próxima eleição o voto. (NUNES, 2000).

Na democracia de público os representantes eleitos deixam de ser associados à figura do partido político no qual estão inseridos e o que ganha mais peso é o personagem, o político em si. De acordo com Manin (1995), essa mudança pode ser observada após a década de 1970 quando as características socioeconômicas perdem peso na decisão eleitoral. E mais, o autor diz que os resultados eleitorais variam muito de uma eleição para outra, que as pessoas estão sujeitas a mudar o voto com frequência caso o político não agrade em seu mandato, independente da alteração socioeconômica na vida dos eleitores.

A figura do político, a aproximação com o povo, a forma que ele se comunica e se faz presente nos meios de comunicação de massa valem mais do que a legenda que o apoia. Manin (1995) atribui essa mudança também aos meios de comunicação, pois é eleito aquele detém o dom da oratória, que consegue se expressar e se fazer ver nos meios de comunicação. Isso dispensa ao político a mediação dos partidos, pois ele mesmo vai à mídia e fala diretamente com as pessoas. Sendo assim, destacam-se, na democracia de público, aqueles políticos comunicadores que dominam as técnicas da mídia.

Neste modo de representação os radialistas políticos saem à frente dos demais candidatos, pois falam diretamente com a população, ganham a confiança dos ouvintes, aumentam seu público, e desta forma, ampliam suas chances de sucesso eleitoral.

Para Miguel (2002) o funcionamento da política só pode ser compreendido se levado em consideração o papel da mídia na arena política. Os meios de comunicação são responsáveis pela formação do capital político e isso se dá de duas formas: quando esse é delegado, ou seja, o sujeito já tem uma trajetória em

cargos institucionais ou quando é transferido, o sujeito vem de outra área, na qual tem sucesso e notoriedade e entra na política por influência dos meios de comunicação, como no caso dos radialistas.

Se o parlamentarismo é o reinado dos notáveis e a democracia de partido das instituições, a democracia de público se caracteriza como a era dos comunicadores. O que importa mais nesse último caso é a individualidade dos políticos. É assim que a representação personalista também contribui para o enfraquecimento da noção de cidadania em uma sociedade. Para a participação na política, os cidadãos devem ter o conhecimento do que é cidadania e o que isso implica em seus direitos. Entretanto, como lembra Nunes (2004), nem todos têm a noção de que estão inseridos nesse universo devido a “incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles”.

Esse problema, de acordo com Nunes (2000), gera conseqüentemente, a exaustão da democracia ocasionada devido à divisão da sociedade. As pessoas não se veem parte de um grande grupo homogêneo. Assim, o poder é transmitido para aqueles que têm dinheiro, e os governantes, subordinados a eles, deixam de lado a democracia e passam a governar de acordo com o interesse de uma pequena classe. Isso ocorre devido à falta de mobilização e informação da sociedade aos processos aos quais está submetida.

Esses fatores são mais culpa da cultura política que se estabeleceu no Brasil ao longo das décadas, do que da apatia da população frente aos processos políticos. Mais que isso, pode-se dizer que essa indiferença é justamente a causa da cultura enraizada no país.

### 2.3 CULTURA POLÍTICA E VOTO PERSONALISTA

A falta de informação dos eleitores na hora de escolher o candidato é destacada por grande parte daqueles que estudam o comportamento eleitoral brasileiro. E também, é um consenso que as classes mais baixas da população – que, como mostra Nunes (2000), é onde se localiza o eleitorado dos radialistas políticos - votam na pessoa do candidato em vez de programas ou ideologias partidárias.

A desinformação e a falta de preferências do eleitorado brasileiro negam os princípios básicos da “Teoria da Escolha Racional”<sup>9</sup> (TER) - que propõe uma explicação econômica para o voto - comumente utilizada para explicar o comportamento eleitoral. Isso porque, “as preferências partidárias estáveis se formam no processo de socialização, a partir de tradições familiares sem nenhuma [...] relação com opiniões políticas eventualmente sustentadas pelo eleitorado”. (CASTRO, 1992, p.2).

Sobre isso, Radmann (2001), revela que apenas uma corrente, como a TER, não consegue explicar a complexidade do voto dos brasileiros. Para a autora é necessário utilizar conceitos da vertente sociológica acrescidos de variáveis psicológicas. Na primeira, o destaque está no contexto socioeconômico do eleitor, pois é o que vai determinar em qual candidato ele votará, e a na segunda soma-se a posição do indivíduo na sociedade, variáveis como crenças, opiniões e expectativas.

O elevado número de trabalhos e dados analisados faz Radmann (2001) concluir que a maioria do eleitorado brasileiro não se identifica com os partidos políticos, optando assim, pelo voto personalista. Isto porque as pessoas não têm uma opinião formada sobre a política, mas ela ressalta que não é possível generalizar, ou seja, existem no Brasil diferentes tipos de comportamento eleitoral. As classes mais altas e alfabetizadas, por exemplo, votam com mais fidelidade partidária e demonstram mais informação sobre o assunto. Enquanto as camadas baixas escolhem o candidato pela pessoa e apresentam pouco envolvimento com o processo político.

Os eleitores votam a partir de sua “própria lógica” e em conformidade com seus interesses, mantendo uma identidade com base em um sistema de valores. A racionalidade no eleitor brasileiro processa-se de acordo com o contexto da identidade popular, podendo inclusive, manifestar-se de forma precária e difusa. [...] como os eleitores não acreditam na “política” e estão distantes dos mecanismos de participação, movidos pela esperança, votam

---

<sup>9</sup> A teoria da escolha racional (TER) nega o processo de socialização, ou seja, o aprendizado que faz com que o indivíduo haja orientando sua conduta em um conjunto de normas interiorizadas, sejam essas baseadas em instituições formais ou em relações cotidianas legitimadas por meio da confiança. Na TER as pessoas são guiadas pela lógica econômica, desta forma, orientam sua conduta de forma racional, escolhendo os meios mais adequados para atingir a maximização dos seus interesses, ou seja, uma correspondência ótima entre fins e meios, avaliando os custos e benefícios para atingir o objetivo. Em Downs (1999) a racionalidade é baseada no pressuposto da certeza, na qual os atores conhecem seus interesses/recursos e os dos outros e conseqüentemente tomam as decisões corretas. Em relação ao voto, os atores calculam qual o benefício terão se o representante escolhido por eles se eleger e, também, avaliam o custo que isso implica (se informar, comparecer às eleições, etc.).

acreditando na pessoa do candidato. De posse da crença de sua “racionalidade”, acreditam estar “votando no melhor candidato”. (RADMANN, 2001, p. 113,122, grifo da autora).

O sistema de valores está enraizado na cultura política da sociedade, ou seja, a forma na qual as pessoas veem o funcionamento do sistema. Para Radmann (2001) o próprio aparato institucional democrático é o responsável pela descrença da maior parte dos cidadãos na área, visto que, ao longo das décadas, ocorreram governos autoritários e aberturas democráticas, deste modo, o sistema partidário sofreu ameaças e se configurou como está hoje em dia, de forma frágil, e pouco se faz, por parte dos agentes políticos, para modificar essa concepção.

Essa lógica favorece a eleição dos radialistas, tendo em vista que seus eleitores o escolhem pela empatia que criam ouvindo seu programa. A delegação vai além dos aparatos de institucionalização do poder, dando prioridade ao discurso e a presença na vida dos ouvintes. Sendo assim, pouco importa para os eleitores, a qual partido o locutor pertence, desde que ele demonstre estar lutando por seus interesses. Essa realidade é menos culpa da sociedade, já que a democracia brasileira foi consolidada com a peculiaridade da representação personalista.

Nesse cenário as pessoas não conseguem criar uma identidade partidária porque o sistema é fragmentado e os partidos tendem a se regionalizar, gerando assim, bases mal distribuídas que evidenciam a falta de organização na estrutura interna dos mesmos. Assim os eleitores têm dificuldades de identificar a função do partido, suas ideias e os políticos que pertencem a eles. (PALERMO, 2000).

Portanto, se o sistema é pouco institucionalizado a consequência é o personalismo. Nele o radialista é confundido com o estado, como se o locutor fosse capaz de transformar a realidade social ocupando um cargo legislativo. A falta de conhecimento dos ouvintes de como funciona a política os fazem crer que o comunicador é capaz de alcançar os interesses coletivos, sendo que para tanto é necessário, antes de tudo, aprovação dentro do campo político.

Pode ser observado que a evolução do voto personalista se confronta com o próprio desenvolvimento histórico do Brasil. Na Primeira República, por exemplo, o coronelismo influenciava diretamente a escolha da população rural. Leal (1978) diz que o poder privado dos proprietários rurais existia em paralelo com o regime político representativo. A manutenção do poder desses coronéis se estabelecia por meio da troca de favores com a esfera pública, principalmente pela obtenção de

votos da população rural, que, fiel ao coronel, tendia a votar no político por ele indicado. Para o autor, os trabalhadores eram uma massa indiferente, sem interesses pelos assuntos políticos e nas consequências que seu voto poderia gerar: uma multidão apática que obedecia ao coronel por fidelidade, já que ele custeava todas as despesas nas eleições. Desta forma, fica claro que essas pessoas não tinham uma identidade política e também perspectiva de melhorar de vida pensando na influência de seu voto. Assim, o voto de *cabresto*, comprado pelo coronel se configurava no personalismo da época. (LEAL, 1978, cap. 1, p. 19-57)

Com o surgimento do populismo que põe fim à dominação oligárquica até então predominante, a sociedade manteve o voto personalista com base na identificação pessoal com o chefe político. Na ausência de instituições políticas fortes, principalmente os partidos, são priorizadas as relações entre pessoas. O voto continuou amorfo, consequência da manipulação de líderes políticos. A personalização política ocorre porque o chefe de estado se confunde com a própria instituição, e ganha uma força pessoal muito grande com a finalidade de achar um ponto de equilíbrio para os interesses contraditórios das diferentes classes sociais. (WEFFORT, 1978, p. 15-78). Este cenário é observado até 1965, quando a democracia foi interrompida pela intervenção militar.

É fato que durante a Ditadura Militar, mais recente período autoritário vivenciado no país, as eleições para cargos legislativos continuaram existindo, mas em 1965 com decreto do Ato Institucional n.2, o sistema pluripartidário que era adotado desde 1945, se configurou em bipartidário com um partido a favor do regime – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – e outro de oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse panorama se prolongou até novembro de 1979 quando os dois partidos foram extintos e o sistema pré-ditadura voltou a existir. (CODATO, 2005).

Para Radmann, (2001) todos esses fatores transformaram o Brasil em uma sociedade de voto personalista. O comportamento do eleitor de desacreditar a esfera pública reflete a cultura política internalizada por eles ao longo da evolução da sociedade brasileira, que por sua vez, é o reflexo do próprio sistema político. Ou seja, as pessoas não se interessam pela política porque não confiam nas instituições e estas não fazem nada pra mudar esse cenário, pelo contrário, continuam se apoiando em práticas assistencialistas e personalistas. Essa conduta é reflexo da forma de fazer política no Brasil: o próprio sistema político faz com que os cidadãos

se comportem dessa maneira. Entretanto, a autora revela que não se pode dizer que o voto é uma escolha irracional do eleitor, pois este age de acordo com sua própria racionalidade baseado em diferentes variáveis psicológicas que o influenciam na hora da decisão. Sendo assim, a cultura política constitui-se do sistema de crenças do eleitor sobre o sistema político.

O voto é compreendido como uma rede de relações que transcende os domínios da política. Há uma 'dimensão de naturalização' do processo eleitoral. Esta "dimensão de naturalização" fomenta uma situação paradoxal que permite que o eleitor, ao mesmo tempo desconfie do processo eleitoral e atribua importância ao ato. O eleitor vive em um permanente estágio de frustração e esperança. Esse paradoxo explicaria as constantes mudanças do comportamento eleitoral. O eleitor de baixa sofisticação política vive na permanente busca do "bom candidato". (RADMANN, 2001, p. 248, grifo da autora).

A sofisticação do eleitor é classificada por Castro (1992) de acordo com quatro variáveis: (i) interesse pela política, (ii) participação no processo eleitoral, (iii) grau de informação a respeito do candidato (no caso, para o cargo de presidente) e, (iv) o fato das pessoas assistirem ou não o horário político eleitoral na televisão. Ao realizar a pesquisa, a autora descobriu que a maioria do eleitorado não se identifica com os partidos políticos. Essa parcela da sociedade é caracterizada com um baixo grau de sofisticação política. Sendo assim:

Os pleitos eleitorais se caracterizaram, ao longo do tempo, pelos apelos personalistas, clientelistas, subjetivos e emocionais. A ingerência dos cidadãos na esfera política, portanto, têm se mantido aquém das exigências de uma democracia em processo de reestruturação política e institucional. (Baquero e Prá apud Radmann, 2001, p. 126).

Esse comportamento eleitoral proporciona vantagens aos políticos que nos propomos a estudar neste trabalho, já que os radialistas se caracterizam pela constante mudança de partidos e pouca ou nenhuma fidelidade partidária, uma vez que o próprio aparato democrático não apresenta essa exigência. A população de baixa renda, que é a que possui menor grau de informação sobre o sistema político, ao escutar os programas desses locutores depositam neles a esperança de um futuro melhor. Independente do partido ao qual eles são filiados recebem quantidade significativa de votos, para eleger não só a eles, mas também outros candidatos da coligação. Por isso os comunicadores de rádio são iscas de partidos políticos que visando a uma maior representatividade nas Assembleias os convidam à filiação.

Essa é a realidade do universo de pesquisa deste trabalho, uma vez que, em todas as legislaturas estudadas, os radialistas se fizeram presente em número significativo. Fora isso, ou, somado a cultura política existente no país, outro fator que colabora ao personalismo é o voto proporcional. O sistema eleitoral brasileiro, desde 1945, utiliza a votação proporcional de lista aberta<sup>10</sup> para vereadores e deputados. A partir de 1962 foi permitido o voto na legenda, que até então não existia, e também, durante os dois períodos democráticos – de 1945 a 1964 e pós-85 – os partidos puderam estabelecer coligações<sup>11</sup>. Entretanto, diferente de outros países que adotam o modelo, no sistema brasileiro não há distribuição de votos por partidos da coligação. Devido a isso os candidatos precisam garantir número elevado de votos para serem eleitos. Desta forma, ao votar na legenda, o eleitor não favorece necessariamente um candidato de seu partido, mas sim da coligação. (NICOLAU, 2004, p.53-57).

No sistema eleitoral de lista é utilizada uma fórmula para se chegar ao número de cadeiras que um partido/coligação irá ocupar. No Brasil, desde 1950, adota-se a fórmula D'Hondt, que tem duas etapas para estabelecer o número de representantes eleitos. Primeiro é necessário saber o coeficiente eleitoral, que é a divisão dos votos válidos para o cargo pelo número de cadeiras, e o segundo passo é somar o número de votos individuais recebidos pelos candidatos da coligação mais os da legenda, para se chegar ao total. Por fim, esse número é dividido pelo coeficiente eleitoral para descobrir quantos candidatos foram eleitos pela coligação. Desta forma, o partido que não atingir o coeficiente eleitoral não elege nenhum representante. (NICOLAU, 2004, p.44-46).

Apresentado como funciona o cálculo para cargos de vereadores e deputados, mais uma vez é notável a conveniência dos partidos em convidar radialistas para concorrer a esses cargos. Por sua popularidade, eles conseguem muitas vezes atingir em votos o dobro e até o triplo do coeficiente eleitoral, puxando com eles outros candidatos sem votação expressiva.

---

<sup>10</sup> No sistema proporcional de lista fechada, o eleitor vota em uma lista pré-determinada pelo partido, mas ele não tem a opção de votar diretamente no candidato. Assim, ocuparão as cadeiras os primeiros candidatos da lista. Esse sistema permite que o partido tenha controle sobre os políticos que serão eleitos. A lista fechada é usada, entre outros países, na Espanha, Turquia, Argentina, Colômbia e Paraguai. (NICOLAU, 2004, p.55).

<sup>11</sup> Durante o período militar, como já foi destacado, o pluripartidarismo foi extinto, o que ocasionou a impossibilidade de alianças.

Para Soares (2001) é difícil um partido vencer sozinho as eleições, por isso a importância das alianças. Um dos fatores que favoreceu as coligações no Brasil foi o grande aumento do número de eleitores até 1962, estes vindos dos setores baixos da classe média e da classe trabalhadora, que fez com que os interesses dessas camadas da população passassem a ser levados em consideração. Com isso, nenhuma classe se tornou eleitoralmente hegemônica, o que criou a necessidade de buscar coligações com outras para eleger candidatos de seu partido. O sistema eleitoral brasileiro de listas abertas não favorece os partidos das coligações e sim as alianças como um todo, pois os votos computados elegem os representantes mais votados individualmente, independente do partido. Para o autor, os partidos com ampla base conseguem aderir a coligações mais facilmente do que aqueles que têm essa base restrita, por conseguirem votos de diferentes segmentos da sociedade.

Até agora foi feita uma análise de como a democracia brasileira se moldou no decorrer do último século, explicitado a forma que seus arranjos institucionais enraizaram na população determinada cultura política. Essa se configurou com descrença nas instituições e por isso os eleitores escolheram – durante todos os períodos democráticos – candidatos personalistas, optando pelo voto na pessoa em vez de partidos políticos. Fora isso, o sistema eleitoral brasileiro, de lista aberta e coligações partidárias reforça ainda mais essa cultura política, ao priorizar nomes em detrimento a legendas. Desta forma, aqueles candidatos “populares” se transformam em chamarizes de partidos para atingir o coeficiente eleitoral, o que faz com que os radialistas políticos se enquadrem nessa exigência.

O próximo capítulo abordará a questão específica do rádio na democracia brasileira e sua estreita relação com a elite política, a fim de compreender como os radialistas políticos fazem sua publicidade por meio do veículo e conquistam muitos votos de seus ouvintes. Será revelado, como o personalismo está presente no meio de comunicação que desde sua chegada ao país priorizou a publicização. A alta visibilidade dos comunicadores de rádio fez deles um fenômeno político crescente no Brasil após o regime militar, por isso será abordado como ocorre o processo de delegação do poder nesses locutores e como é a relação dos mesmos com o campo político.

### 3 POLÍTICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE PUBLICIZAÇÃO

Com o surgimento da comunicação midiática eletrônica no início do século XX, primeiro com a invenção do rádio e mais tarde com o nascimento da televisão, a interação da sociedade com a prática política se tornou relativamente mais acessível. Não pela participação direta dos eleitores na vida política, mas pela facilidade que esses adventos proporcionaram à população em se informar sobre o que está acontecendo no campo político. Em paralelo com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação ocorreu a renovação das técnicas de propaganda política, que embora existisse há muito tempo, foi se modificando e se adequando para a linguagem dos meios. (NUNES, 2000).

Antes da invenção da imprensa periódica<sup>12</sup> no século XVI, como destaca Nunes (2000), a comunicação interpessoal reinava absoluta. Os governantes falavam frente a frente com a sociedade, pois não existia nenhum meio de se fazer chegar às pessoas que não a comunicação direta, o que conseqüentemente atingia um número relativamente baixo de ouvintes.

Com a consolidação do rádio e da televisão no século XX, como revela Nunes (2000), a propaganda política retorna ao seu gênese, retrocede à comunicação afetiva e personalista existente antes da prensa. A voz e a imagem passam a ter mais importância do que o conteúdo que está sendo transmitido. Desta forma, a propaganda perde a intelectualidade e foca novamente na comoção. De acordo com a autora, a sociedade de massa, que transitou do século XIX para o século XX, teve os meios de comunicação como peças imprescindíveis para a percepção da democracia, embora esse não fosse o objetivo central. Os meios de comunicação, cada vez mais focados nos princípios mercantis, transformaram-se em empresas voltadas ao lucro, isso, graças à propaganda e ao desenvolvimento da linguagem própria gerando, deste modo, a cultura *massmediática*<sup>13</sup>.

A comunicação *massmediática* se caracteriza pela formação de instituições e pessoas especializadas para levar a informação à sociedade. Se antes todos podiam participar do processo de comunicação, nessa nova era, existem profissionais para realizá-la. Nasce, assim, o campo dos *media*, que além de se

---

<sup>12</sup> No Brasil a imprensa periódica iniciou-se em 1808, após a vinda da Família Real para o país, que possibilitou a instalação da tipografia da Imprensa Régia. (MARTINS E LUCA, 2008)

<sup>13</sup> Termo que Nunes (2000) emprega para a comunicação mediática de massa.

fazer ver na sociedade, objetiva dar visibilidade a todos os outros campos sociais por meio da publicidade. (NUNES, 2000).

Esse processo de publicização atinge também o campo político, que encontra nos *medias* um modo satisfatório de atingir um grande número de pessoas, inclusive de lugares mais remotos, de forma homogênea. Entretanto, como em qualquer outro campo a publicidade política não está livre das máscaras que embala qualquer produto oferecido.

Mais do que o conteúdo, a experiência, o caráter, os compromissos, as propostas e programas de governo, a prática a ética e o ser, agora valem para o sucesso eleitoral dos partidos e candidatos a imagem, as promessas, o discurso bonito, o “show”, o espetáculo, o ilusionismo e o parecer. [...] A propaganda encarrega-se de, por meio da mídia, maquiar, embalar e vender o candidato ao eleitor; como se estivesse oferecendo um novo sabonete ao consumidor. (COSTA, 2005, p.21).

Desta forma, trava-se a cumplicidade estabelecida entre a mídia e política, abastecida no Brasil e em grande parte do mundo, no decorrer das décadas pela ideologia liberal, pelo capitalismo instituído nas sociedades mercantis nas quais os meios de comunicação servem de suporte para divulgação e conseqüentemente prática do consumo que mantém vivo o sistema econômico. Ou seja, os meios de comunicação reproduzem, na maioria das vezes, as vontades daqueles que detêm o poder econômico. (COSTA, 2005).

De acordo com Merton e Lazarsfeld (2000), o poder econômico utiliza os meios de comunicação para a manipulação do público de massa e exploração psicológica por meio das propagandas divulgadas. Devido a onipresença dos *mass media* a violência e a coerção utilizada antes como forma de convencimento são substituídas pelas propagandas que têm a finalidade de persuadir as massas, e isso se estende também ao campo político. Para os autores, os meios de comunicação atribuem *status* às causas públicas, ou seja, um programa político será bem sucedido quanto mais positivo for sua repercussão nos meios. O simples fato de ser citado em um veículo fornece aos políticos ou grupos dominantes a legitimidade de seu poder. Além de atribuir *status*, os autores destacam que outra função dos meios é reforçar as normas sociais, pois “os *mass media* podem iniciar uma ação social organizada, *expondo* condições que estão em desacordo com a moral pública”. (MERTON E LAZARSELD, 2000, p.116). Isso quer dizer que os meios têm capacidade de tornar público e mover a opinião pública como, por exemplo, em

escândalos de corrupção política forçando a iniciativas de medidas para punir os políticos. Desta forma, a publicização contribui para a existência de uma moralidade única reafirmando a aplicação da norma social.

Não menos importante, porém muitas vezes pouco perceptível segundo Merton e Lazarsfeld (2000) é a última função dos meios de comunicação, a qual os autores denominam de *disfunção narcotizante*. Consiste basicamente na paralisia da sociedade frente à avalanche de notícias produzidas e consumidas diariamente pelo público. De acordo com os autores, existe um abismo entre estar informado sobre o que está acontecendo e organizar uma ação social para tentar, de alguma forma, transformar àquela realidade. Essa disfunção transforma a população em uma massa apática incapaz de tomar medidas de combate contra os problemas sociais.

Voltando às três funções principais que os meios de comunicação desempenham na sociedade – atribuição de *status*, reafirmação das normas sociais e a disfunção narcotizante - para o campo político é possível traçar um paralelo com o que acontece na contemporaneidade e com os radialistas. Os políticos uma vez presentes nos meios de comunicação ganham *status* e publicidade, conseguindo desta forma a finalidade básica que é ingressarem ou se manterem no poder. Entretanto, uma vez que contrariem a moral pública e coloquem em risco a ordem social podem ser punidos pela sociedade não conseguindo atingir seu objetivo principal. Desta forma, os meios de comunicação assumem uma ambiguidade: honrar e destronar os políticos. Mas ao mesmo tempo, devido a grande remessa de informações diárias as pessoas podem se sentir impotentes para tomar alguma atitude, já que diferentes escândalos envolvendo o campo político são transmitidos corriqueiramente à população. O fato de a sociedade saber o que está acontecendo, que algo está errado, é muito diferente de organizar uma ação social para interferir naquela realidade.

Tendo em vista esses apontamentos, não é surpresa que a imagem dos políticos na mídia deve agradar ao eleitorado, e que, os que procuram o poder têm necessidade de conhecimento e reconhecimento do programa defendido e dos feitos realizados. Devido a isso no decorrer do século XX muito se fez para aprimorar as técnicas de campanha e da publicidade política *massmediática*.

A lógica mercantilista instala-se assim no interior da política, estabelecendo o encontro entre os que precisam de *mercadoria voto* para garantir acesso ao afortunado campo do prestígio e dos recursos públicos; e aqueles que

detendo o bem desejado querem negociá-los por valores de uso que satisfaçam às suas carências. (NUNES, 2000, p. 28, grifo da autora).

Seguindo essa conexão, Nunes (2000) frisa que a publicidade é muito eficiente por, ela mesma, produzir a demanda. Não se consome um produto para suprir as necessidades, e sim porque o mesmo tem a capacidade de seduzir o público e criar nele o falso anseio de necessidade, e mais, o consumo gera também distinção social qualificando aquele que o compra. Assim os objetos “são oferecidos em suas propriedades e funções *conotadas* e *consumidos* em sua capacidade de qualificar aquele que o adquire, personalizando-o ou distinguindo-o socialmente”. (NUNES, 2000, p. 28-29, grifo da autora).

Desta forma, o candidato não consegue o voto da sociedade exclusivamente por suas funções primárias que seriam a forma de governar e a lealdade política, e sim, como já citado, por suas características pessoais, o que evoca o sentimento de proximidade. Pensando assim, Nunes (2000) então destaca que a publicidade política tem que seguir o mesmo roteiro da publicidade de produtos: a dramatização, onde a criação do enredo, de personagens e personalidades é imprescindível.

Na atualidade, o que ganha mais valor não são os planos de campanha e a ideologia do partido político a que o candidato pertence, já que os indivíduos se identificam muito mais com a figura de um líder. Portanto a estratégia eleitoral dos marqueteiros políticos é focar no personalismo. A arena política é cheia de termos técnicos que o cidadão comum não domina, por isso são eleitos aqueles candidatos com experiência no uso dos meios de comunicação de massa, que se fazem chegar aos eleitores, que se tornam conhecidos. (MANIN, 2006).

Para Soares (1995, p.73), a propaganda política ajuda a criar um tom de ficção na vida dos políticos. Muitas vezes, utilizando o recurso da dramatização, percorrem a trajetória política dos mesmos como algo mágico, elaborado em cima da “fábula, com suas contradições, conflitos, sofrimentos e glórias”, sempre com o objetivo de fazer com que aquela imagem projetada, aquele personagem criado, gere nas pessoas atração pela figura do líder. Costa (2005) complementa essas ideias afirmando que isso ocorre porque as pessoas – principalmente as menos escolarizadas – estão sempre a procura de um “salvador” que amenize os problemas de suas vidas ou encontrem soluções, já que eles próprios não conseguem.

A política é o terreno por excelência da dramatização: os líderes *personificam* algo para o grupo através de sua atuação. A sociedade participa vicariamente do drama social, inclusive sob a forma de *entretenimento*, identificando heróis, vilões ou loucos, situando-se na *cena*. Políticos, conscientes da projeção de suas imagens sobre as audiências, constroem pseudo-eventos, acontecimentos de entretenimento e desempenhos teatrais, através dos quais podem controlar a apresentação de sua imagem para a massa. (SOARES apud NUNES, 2000, p.31, grifo da autora).

O debate sobre a função da propaganda política - ou seja, a forma que os candidatos se apresentam para a sociedade e ao mesmo tempo tornam-se conhecidos pelos cidadãos na sociedade de massa é fundamental ao tema aqui sugerido. Pretende-se compreender esse cenário histórico-político-social que proporcionou o desenvolvimento da publicização personalista política, e de que forma, deter o controle de um meio de comunicação específico e poderoso como o rádio pode ser sinônimo de sucesso em processos representativos.

Os radialistas políticos, que na maioria das vezes concorrem às eleições para cargos legislativos, não possuem muito espaço no programa eleitoral gratuito transmitido pela televisão. Grande parte da campanha desses locutores é feita diariamente no rádio seguindo a lógica da publicidade. O grande alcance do meio de comunicação, principalmente nas camadas mais baixas da população, garante visibilidade suficiente para o reconhecimento. Ao evocar diariamente o papel de “herói”, disposto a ouvir e atender aos anseios dos ouvintes, o locutor cria um personagem, alguém forte, com capacidade para solucionar os problemas dessas pessoas que recorrem a ele como última esperança. Tanto, que na maioria das vezes, é o próprio povo que o intima para concorrer a cargos políticos, acreditando naquela figura por trás do rádio que o comunicador criou. Desta forma, os locutores vivenciam o drama dos ouvintes e fazem dele uma causa própria, sem medir esforços para conseguir ajuda para aqueles que o procuram, muitas vezes praticando o assistencialismo na forma de distribuição de cadeiras de rodas, dentaduras e remédios. No ar, o radialista é uma pessoa forte, com voz e atitude, entretanto, no mundo político, cheio de obstáculos, e uma série de obediências a serem seguidas, o locutor perde relativamente sua potência radiofônica.

Com base no processo analítico descrito até então, fica clara a função dos meios de comunicação de massa no que diz respeito à divulgação própria dos políticos e do quanto é fundamental para os mesmos o intenso contato com os *media*, não apenas para se fazer ver, mas também para interagir com a sociedade e

saber qual a repercussão de sua imagem. É também por esses meios que os políticos têm acesso a opinião pública, ou seja, o nível de apreciação que os indivíduos têm em relação a sua figura.

O desenvolvimento da propaganda política ao longo das décadas e sua adequação de acordo com a evolução dos meios de comunicação possibilitaram àqueles que pretendem ingressar no campo político, um grande conhecimento das formas que mais facilmente os levariam ao poder. Por meio das estratégias de publicidade e do processo de dramatização – construção de personagens e enredos fantásticos – estabelece-se um elo com a sociedade e uma aproximação pela figura do político, ou pela figura que a propaganda projetou. Mesmo que esse personagem pareça, na maioria das vezes, mais glorioso do que realmente é, e sua performance se assemelhe mais com a utopia do que com a realidade, esses recursos comovem as pessoas, as atraem, e as mantêm entretidas. Quanto mais a propaganda parecer com uma novela, ou seja, mais emoção e diversão proporcionar aos indivíduos, maior é a chance de sucesso. (NUNES, 2000).

A seguir será tratada a relação do rádio com a política e como esse instrumento vem sendo utilizado pela elite do poder. Serão abordadas quais as potencialidades do meio que o transformou em um grande aliado dos políticos e o processo de consolidação do sistema radiofônico no Brasil com a finalidade de fornecer uma compreensão mais aprofundada do fenômeno destacado neste trabalho: os radialistas políticos.

### 3.1 RÁDIO E POLÍTICA: A UTILIZAÇÃO DO MEIO PELA ELITE DO PODER

Desde 1899, ano que Marconi realizou a primeira transmissão sem fio dando origem ao que mais tarde se configuraria como o rádio que conhecemos hoje, a história do meio de comunicação está ligada a política. (MOREIRA, 2002). Durante as duas grandes guerras<sup>14</sup> o rádio desempenhou papel fundamental de coesão e estratégias bélicas e sua potencialidade reconhecida nos países europeus serviu para o desenvolvimento das relações internacionais. O esforço dos cientistas para desenvolver a comunicação sem fio vislumbrava uma tecnologia por meio da qual as

---

<sup>14</sup> O rádio foi utilizado nas guerras com dois objetivos importantes: unir os aliados, informando posições estratégicas, mantendo a segurança e servindo de meio de comunicação para pedidos de comida e socorro, e também, como arma contra o inimigo, quando usado para escutas clandestinas. (MOREIRA, 2002).

peças pudessem, independente do lugar, tomar conhecimento sobre os principais acontecimentos do mundo. Schiffer conseguiu antecipar o futuro, dizendo que o invento se confirmaria

Muito eficiente ao aprimoramento das massas, particularmente nos países não civilizados e nas regiões menos acessíveis [...] Um aparelho simples e barato, que poderá ser carregado no próprio bolso, poderá ser ligado em qualquer lugar, terra ou mar, e irá transmitir notícias de qualquer lugar ou mensagens, dependendo do uso que se quiser dar. Assim toda Terra estará convertida em um cérebro enorme com capacidade de resposta em cada uma de suas partes. (apud MOREIRA, 2002, p. 56).

Na década de 1930, os Estados Unidos<sup>15</sup> foram os primeiros a utilizar o rádio como estratégia política, assim como a França<sup>16</sup>. Na América Latina a chegada do meio de comunicação se dá paralelo ao nascimento dos movimentos populistas. No Brasil, especificamente, o rádio chega por influência norte-americana e realiza a primeira transmissão na década de 1920, pela Companhia Telefônica do Brasil criada no século anterior por Dom Pedro II<sup>17</sup>.

Muitos fatores contribuíram para a transformação do rádio comercial, entre eles o contexto histórico que o Brasil vivenciava naquela época. A Revolução de 1930 que rompeu com a hegemonia oligárquica rural existente até a República Velha cedeu espaço para uma nova classe que se formava no país: a burguesia

---

<sup>15</sup> Nos Estados Unidos, a consolidação do rádio teve como personagem fundamental o democrata Franklin Delano Roosevelt, eleito presidente por três vezes consecutivas, de 1932 a 1944. Quando venceu as eleições sobre o republicano Hevert Hoover, Roosevelt assumiu um país completamente desacreditado e desmotivado economicamente, por causa da queda da bolsa de 1929, que ocasionou a Grande Depressão. Por meio do rádio, o democrata falou com as pessoas e apresentou seus programas de renascimento econômico, difundindo o *New Deal*, elevando assim a confiança da população. O veículo foi o grande parceiro do presidente na conquista da sociedade, pois, por meio dele, Roosevelt pode mostrar todo seu carisma e governar o país durante 13 anos. (Moreira, 2000).

<sup>16</sup> Hitler e Mussolini fizeram uso do aparelho para difundir o nazismo e atingir o poder. Além disso, o veículo foi usado para divulgar as ideias dos países aliados que eram contra Hitler. Estes aproveitaram o meio de comunicação para sair à frente ou combater a propaganda alemã. Tarefa difícil, pois, em 1932, mais de 15 milhões de pessoas ouviam Hitler em aproximadamente cinco milhões de aparelhos receptores. Durante a II Guerra Mundial, o rádio foi utilizado, na França, como ferramenta de comunicação entre soldados que estavam dentro ou fora do país, para trocar informações estratégicas. A BBC de Londres ajudou os franceses a recuperar a consciência nacionalista, que estava desacreditada frente à propaganda nazista por meio de transmissões radiofônicas patrióticas. (SANTORO, 1981).

<sup>17</sup> Os primeiros registros radiofônicos datam da década de 1920, mas, antes disso Dom Pedro II, visitou os Estados Unidos, conheceu o telefone, e instalou em seu palácio o aparelho que resultou na criação da Companhia Telefônica do Brasil, pelo próprio imperador. A Companhia era operada por meio da concessionária americana Western Telegraph. (NUNES, 2000)

urbana. De acordo com Saes (1984), a Revolução foi a porta de entrada para uma nova forma de dominação que se estendia por toda América Latina e tardiamente chegava ao Brasil, o populismo. Caracterizado como um movimento político-militar, e guiado por uma união heterogênea contra a oligarquia rural hegemônica, em um momento em que o mundo passava por uma grande crise econômica - procedida da crise de 1929 - que atingiu o capitalismo agrário-mercantil brasileiro, a Revolução de 1930 deu início a uma série de transformações no comércio e na indústria e também na administração com a centralização do poder no Executivo Federal, na figura de Getúlio Vargas.

Com o fortalecimento do capitalismo liberal e do regime totalitário, Vargas viu no rádio um grande aliado para divulgação da ideologia governista, e a burguesia industrial, um potente meio de levar à sociedade de consumo os seus produtos através da propaganda. Assim começou a propaganda radiofônica: na esfera política voltada a firmar o regime ditatorial e na sociedade difundindo o desejo de consumo.

É [...] o regime implantado em 1930 que vai transformar o veículo [rádio] em instrumento ideológico. Dentro da lógica dos revolucionários de 30, a radiodifusão serve para consolidar uma unidade nacional necessária à modernização do País e para reforçar a conciliação entre as diversas classes sociais. (FERRARETTO, 2000, p.107).

Ferraretto (2000) ressalta que foi na década de 1930 o impulso para que as rádios comesçassem a ser usadas como instrumento político. Em maio de 1932, a invasão da Rádio Record, liderada por um grupo de estudantes, serviu como gênese para o uso do veículo contra o governo. Na invasão, os universitários leram aos microfones protestos criticando Getúlio Vargas, ato que levou à Revolução Constitucionalista<sup>18</sup>. Até outubro do mesmo ano, a emissora liderou o combate contra o governo getulista, por meio do rádio.

Um dos principais instrumentos de controle criado por Getulio Vargas foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que estabelecia a censura aos meios de comunicação. Qualquer pronunciamento que fosse contra o regime ou questionasse a ordem vigente era banido da programação. Vargas também

---

<sup>18</sup> O radialista César Ladeira foi considerado o locutor oficial da Revolução Constitucionalista. Na rádio Record, Ladeira convocou o povo a lutar em favor da causa política. A emissora também foi pioneira na introdução da programação política, como líder de audiência fazia palestras instrutivas com políticos na grade de programação. (NUNES, 2000).

encampou a Rádio Nacional, que deveria servir como instrumento de afirmação do regime e de controle social.

À Rádio Nacional caberia, teoricamente, a reprodução do sistema de valores dominantes como emissora pertencente ao patrimônio da União, recodificando-os em termos de uma ideologia própria dos setores médios. Esta redefinição seria então imediatamente redistribuída aos setores inferiores da estrutura social, as classes médias baixas e o proletariado, seu público por excelência. (NUNES, 2000, p. 59).

Desta forma, Vargas utilizou o rádio como meio de integração nacional, já que em um país extenso como o Brasil seria impossível controlar todos os cantos apenas com estratégias repressivas. Por meio do rádio a voz de Vargas se tornou onipresente em grande parte e levou as ordens e ideias do governo a todos que tinham acesso ao veículo. Nunes (2000) diz que a raiz da utilização do meio de comunicação como afirmação do regime na ditadura Vargas foi o nazismo. A criação do DIP se deu ao mesmo tempo em que Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, fazia uso do rádio como arma de manipulação política. O novo departamento, além de fiscalizar o conteúdo, era encarregado de levar ao ar o programa diário a “Hora do Brasil”, veiculado de segunda à sexta, das 18h45 às 19h30, com conteúdo totalmente voltado à ideologia getulista.

No governo Vargas o rádio também cumpriu outro papel fundamental na divulgação da legislação social que não era de conhecimento geral, uma vez que havia sido outorgada pelo governo e não conquistada pelo povo. De 1942 a 1945, o ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, usou semanalmente o veículo para mediar as relações do governo com a população. O rádio foi escolhido pelo ministro por ser o meio mais eficiente de divulgar a nova legislação trabalhista já que o discurso tinha capacidade de chegar aos lugares mais remotos, tornando a legislação social um patrimônio da sociedade. (GOMES, 1988).

A divulgação pela imprensa ou outros meios de difusão das palestras de Marcondes funcionaram mais como um reforço ao canal de comunicação de mais penetração da época. A radiodifusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação. (GOMES, 1988, p.230).

Mesmo com a censura estabelecida, os primeiros 15 anos em que Getúlio Vargas exerceu o poder ficaram conhecidos como a “Época de Ouro” do rádio no Brasil, que entraria em declínio em meados da década de 1950 com a chegada da

televisão. Na época áurea do meio de comunicação iniciou-se nas emissoras uma luta pela conquista de audiência, pois quanto maior fossem, mais atraídos ficavam os anunciantes. Ortriwano (1985) destaca que nesse momento o principal alvo das emissoras era o grande número de analfabetos que levou à popularização do discurso, “ao popularesco e ao baixo nível”. (ORTRIWANO, 1985, p.19).

### 3.2 O SURGIMENTO DOS RADIALISTAS POLÍTICOS

O cenário de decadência de conteúdo radiofônico só mudaria novamente no final da década de 1980 com a redemocratização do Brasil. Foi nesse tempo que surgiram os grandes comunicadores: os radialistas políticos. Nunes (2000) destaca que eles sempre fizeram muito sucesso no rádio - principalmente nas emissoras AM - e cativaram muitos ouvintes, mas, com a reabertura democrática, eles propuseram uma nova cara à programação: a prestação de serviços. De acordo com a autora, esses radialistas se tornaram porta-vozes dos anseios populares, mediando a comunicação do governo com a sociedade, que tinha acabado de vivenciar os anos mais repressivos da ditadura.

O contato diário com o povo por meio do rádio fazia com que esses comunicadores ganhassem o carisma de grande parcela da população. Vistos como protetores daqueles que não tinham voz para levar seus problemas para esfera pública, os radialistas supriam as necessidades dessas pessoas com a retórica que utilizavam. Eles acendiam a esperança de grande parte da sociedade que vivia calada e conformada com a situação política por não ter meios de chegar aos governantes. A participação que era permitida pela leitura de cartas confirmava a proximidade do radialista com o ouvinte dando início a sua trajetória política no rádio.

Já nas eleições de 1982, como destaca Nunes (2000), diversos radialistas concorreram a cargos políticos pela primeira vez. A autora denomina esses comunicadores como “delegados do ouvinte”, uma vez que falam em nome de determinados grupos. Costa (2005) chama os mesmos radialistas de “político *outsider*”, que são aqueles que não têm uma trajetória política, e aparecem no campo político de repente. Esses locutores conseguem se eleger devido ao capital social acumulado no rádio que lhes garante um grande número de simpatizantes.

Nunes se baseia nas ideias de Pierre Bourdieu a respeito da delegação do poder para denominar os radialistas como “delegados do ouvinte”. O processo de delegação, como explica Bourdieu (1984), ocorre quando uma pessoa transfere a outra o poder de falar em seu nome e agir por ela. No caso dos radialistas isso aconteceria quando um grupo o escolhe para fazer valer seus interesses. Desta forma, quanto maior o grupo representado mais forte é a palavra do porta-voz, ou seja, quanto mais pessoas se identificarem e se reconhecerem no discurso dele mais força simbólica e material ele terá.

Nessa lógica o grupo só existe porque há alguém que o represente, que fale em seu lugar. Pode-se dizer que, do mesmo modo, é o representante quem faz o grupo, em uma espécie de relação circular: porque o grupo existe há um representante que é a própria causa de seu poder, se ele não estivesse presente para representá-lo o grupo não se formaria. (NUNES, 2000).

Essa relação do representante com os representados faz com que o povo deposite todas suas esperanças nas mãos do radialista e confie plenamente nesses comunicadores que passam a agir em seu lugar.

Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condições isoladas, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou ser falados.” (BOURDIEU, 1998, p.4)

A legitimidade desse grupo representado ocorre quando, no caso, o radialista o chama para uma existência visível por meio do poder que lhe transfere a delegação, isto é, quando o grupo se mobiliza e se manifesta. Essa representação é uma forma de usurpação, já que o locutor falará no lugar de alguém que não tem força para fazer, e ao mesmo tempo pode tomar como interesse do grupo e convencê-lo que algo de seu próprio interesse é bom para todos.

Nunes (2000) destaca que essa delegação do poder ao radialista diminui o exercício de cidadania daqueles que depositam suas fichas nesses comunicadores. Isso porque, convencidos de que não poderão exercer seu papel de cidadão, os ouvintes transferem ao radialista a luta por seus direitos básicos, e essa transferência simbólica cede ao delegado o poder que antes era dos ouvintes. É assim que o grupo, que antes era uma massa dispersa, se une em torno de um

representante com o objetivo de levá-lo a vitória nas eleições, porque dessa maneira – pensa o grupo – todos os seus problemas serão resolvidos. Para a autora, depois que os representados elegem o radialista eles voltam a ser a mesma massa heterogênea de antes, se tornam “órfãos” novamente, já que não há nada que garanta que o radialista, agora político, cumprirá com as obrigações que se propôs antes de ser eleito, uma vez que o contrato entre ele e o povo não é formal, mas baseado na confiança. (NUNES, 2000).

Costa (2005) lembra que essa carência da população em ver nos comunicadores um aliado na busca de seus ideais, vem principalmente das camadas mais baixas - os menos escolarizados - que sentem necessidade de ter uma figura forte, um “salvador” que lhes proporcione melhores condições de vida resolvendo seus problemas.

Não causa espanto os radialistas fazerem tanto sucesso frente à sociedade, afinal o rádio está presente em praticamente todo o território brasileiro deixando para trás até mesmo a popularidade da televisão. A internet, desenvolvida constantemente com o aperfeiçoamento das novas tecnologias de comunicação, e que se diz o meio mais democrático de todos, está presente na vida de apenas cinco milhões de brasileiros o equivalente a cerca de 30% da população. Os jornais impressos continuam informando apenas àqueles que são alfabetizados e que têm dinheiro para comprar diariamente um exemplar. Enquanto esse cenário não mudar, ou seja, ocorrerem transformações político-econômicas que facilitem o acesso das pessoas menos instruídas a esses outros meios de comunicação as emissoras de rádio, AM especialmente, continuarão sendo o principal meio de informação das classes C, D e E, isto é, da maior parte da população brasileira. (COSTA, 2005).

O rádio também é um meio de comunicação com potencialidades próprias que lhe garante uma série de vantagens em relação aos outros meio de comunicação. Deus (2002) dá ênfase à possibilidade de trabalhar a informação do rádio, por meio da palavra falada. Para a autora, as mensagens ganham mais vida e a fala garante realidade às notícias. Por falar com o ouvinte, o locutor se aproxima da audiência levando-a de certa forma, para mais perto da notícia.

No rádio, as palavras constroem diferentes apelos e dão mais densidade para o discurso. Os apelos e a densidade do discurso justificam o fato do rádio ser o meio de comunicação que melhor reflete a relação entre mídia e política. A mensagem radiofônica é resultado de um conjunto de técnicas e

operações complexas que implicam o conhecimento da força das palavras e a utilização de recursos técnicos. (DEUS, 2002).

Velho (2004) também afirma que uma das questões responsáveis por este poder de convencimento é a fala. A voz, aliada a interpretação, seduz o ouvinte. A autora lembra que em 1947, com o surgimento dos transistores que possibilitaram a redução do tamanho dos aparelhos, o rádio se transformou em um meio de comunicação portátil, que poderia ser carregado a todos os lugares, permitindo às pessoas ouvir rádio sozinhas. Se antes as famílias se reuniam para isso, a partir da década de 1950, o veículo passou a falar individualmente com cada um de seus ouvintes. Essa característica se mantém até hoje e, de acordo com Velho, é a partir deste ponto que se estabelece o vínculo rádio/ouvinte, que se dá em qualquer lugar, pois o meio pode ser escutado no carro, no computador, dentro de casa, no trabalho, etc.

Zuculoto (2005) frisa que, mesmo com o surgimento de outros meios de comunicação, o rádio continua tendo o potencial para ser o veículo mais popular e de maior alcance de público, pois garante maior imediatismo, instantaneidade de transmissão e a aproximação com o ouvinte. De acordo com a autora, “o rádio tem, hoje, a possibilidade sempre maior de ser o meio de expressão, [basta] se explorar e adaptar seus recursos técnicos, de linguagem e de conteúdo às novas tecnologias e aos novos tempos da humanidade”. (ZUCULOTO, 2005, p.53).

Conhecida essas características, e tendo domínio delas, o comunicador tem muito mais chances de criar uma proximidade com os seus ouvintes. O fato de ele estar presente em um meio de comunicação de tão grande alcance, de certa forma, encurta o caminho para o ingresso na carreira política. Sua função é apenas cair nas “graças do povo”, objetivo não muito complicado uma vez conhecidos os problemas que mais afligem seus ouvintes. Sendo assim, a prática do assistencialismo, as reclamações e reivindicações, a disposição de lutar pelos menos favorecidos acaba por transformar o comunicador em líder carismático aos olhos do povo.

É assim que ele aproveita a ausência que o estado e suas instituições deixam na sociedade, para atender, no decorrer de sua passagem pelo rádio grande parte de quem se sente injustiçado pelo governo. Desta forma, o radialista adquire uma espécie de capital pessoal, de credibilidade, que aumenta conforme eleva o número de seguidores, isto é, de pessoas para ele representar.

Para compreender a relação radialista/eleitor é necessário analisar a dinâmica peculiar do campo político a fim de entender o porquê os locutores têm grandes chances de sucesso eleitoral quando tentam cargos em eleições proporcionais. É necessário abarcar a capacidade do rádio em eleger esses candidatos e, também, como o meio de comunicação agrega ao radialista capital social, que garante ao mesmo a fidelidade dos eleitores. A seguir serão apresentadas as teorias de Pierre Bourdieu para expor como é possível identificar as definições de campo, capital e delegação ao perfil dos radialistas. Essas acepções serão cruzadas com nosso objeto de estudo a fim de garantir melhor compreensão de como essa teoria se molda a nossa pesquisa.

### 3.3 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA ESTRUTURA E LÓGICA DO CAMPO POLÍTICO

A ideia chave de Pierre Bourdieu (2009) que será analisada se refere às contribuições do autor para uma teoria de funcionamento do campo político. Os campos são espaços sociais diferenciados por áreas: cultural, econômica, política, literária, etc. Para os agentes se inserirem em determinado campo precisam entender como funcionam as regras do mesmo. Para isso necessitam da aprendizagem básica de saberes específicos desse espaço, o que o autor chama de *habitus*. Quanto mais internalizadas estiverem essas normas mais chance ele terá de agir com sucesso dentro do campo, e assim acumular capital que é um mecanismo essencial de sobrevivência. Desta forma, quanto maior a capacidade do indivíduo em incorporar o *habitus*, mais capital ele adquire e maior é sua trajetória, ou seja, mais tempo ele ficará dentro do campo.

O campo político, assim como todos os demais, é um pequeno mundo social relativamente autônomo da totalidade. Isso quer dizer que tem sua própria lei - princípio e regra - de funcionamento diferente do mundo social. Para tanto, aqueles que entram nele têm que aprender esse *nomos* para conseguir sobreviver dentro dele, isso ocorre quando o indivíduo tem a capacidade de reproduzir o *habitus* necessário. Só desta forma, ele legitimará sua presença por meio da aceitação daqueles que lhe delegaram o poder. (BOURDIEU, 2009).

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade de profanos. O porta voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. (BOURDIEU, 2009, p.185).

Para Bourdieu (2009) somente aqueles que possuem alguma competência específica têm possibilidade de sucesso no jogo político, que exige uma elaboração para pensar e agir no momento da tomada de decisão. Essa preparação ocorre por meio da incorporação do *habitus*. Entre as necessidades do campo político está a capacidade de dominar a discurso retórico do *tribuno* para falar com seus eleitores e do *debater* para se comunicar com os demais profissionais do campo.

É evidente que o radialista eleito detém o discurso para falar com seus ouvintes e agora eleitores, caso contrário esse grupo não teria lhe delegado o poder. Entretanto, além disso, ele necessita aprender as estratégias para se relacionar com seus pares, dentro do campo político, que só é possível se ele tiver conhecimento desse jogo. Esse não é o caso da maioria dos locutores que ingressam pela primeira vez nesse universo. Acostumados com a popularidade e escorados pelo carisma que seus eleitores atribuem a eles, os locutores de rádio se deparam com um obstáculo dentro do poder: essas características que o meio de comunicação lhe proporcionou de nada valem frente aos demais representantes. O sucesso no campo político depende, também, de seu entrosamento, da forma que ele se relaciona dentro dele, por isso é fundamental incorporar o *habitus* específico que a profissão demanda.

Bourdieu (2009) revela que pertencem ao campo aqueles que produzem efeitos no mesmo. Para o autor, o campo político é uma arena com combates expostos, definidos pela acumulação de força, ou seja, de capital político. Desta forma, aquele que possuir mais capital, mais reconhecido será, não somente dentro do campo, mas também frente à sociedade. Todos os tipos de capital são, de certa forma, simbólicos, eles só têm valor porque as pessoas atribuem significado a eles. O capital político é medido pela quantidade de tarefas prestadas ao campo e só pode ser conservado pelo trabalho constante que garante a crença e obediência do eleitorado.

Entretanto, o autor lembra que dentro do mesmo universo a acumulação de forças é desigual, pois uns sempre têm mais capital do que outros e, no campo político, o combate é exatamente uma luta para transformar essas relações de forças.

Estas relaciones de fuerza muy particulares, ligadas a la distribución desigual de la fuerza particular que está operante dentro de esse universo, son a la vez determinantes del estado actual de um campo y también del cambio de esas relaciones de fuerza porque dentro de todo campo los recién llegados, que están menos dotados de capital, [...] están menos satisfechos del orden establecido que aquellos que están bien sentados sobre su pequeño montón de capital. (BOURDIEU, 1999, p. 5).

A quantidade de capital acumulada distingue quais são os agentes aptos a disputarem um espaço no campo. Nesse espaço social, com posições previamente fixas, os agentes inseridos buscam seus interesses específicos, e sua estrutura é definida pelas atitudes dos agentes politicamente ativos e da submissão dos agentes politicamente passivos. Submissão essa estabelecida pelo poder simbólico que localiza a posição ocupada por cada ator dentro e fora do campo.

Em outras palavras, o campo é definido como o 'lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracteriza a área em questão'. Além disso, para a existência do campo devem existir, em seu interior, além dos objetos de interesse e disputa, pessoas (agentes) dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes ao jogo. (STAREPRAVO E MEZZADRI, 2007, p. 4-5, grifo dos autores).

Nesse contexto, o radialista encontra-se em desvantagem, isto porque o fato de não ter esse capital político quando ingressa no campo torna o trabalho maior, pois é necessária a conversão aos olhos dos demais representantes e também dos representados para legitimar sua força. Um locutor sem "experiência" política precisa cultivar uma rede de relacionamentos com seus pares para, de alguma forma, mostrar trabalho para seus eleitores. Esta situação é diferente do político de carreira que já pertence ao campo e ocupa cargos do topo da hierarquia.

De acordo com Bourdieu (2009), o campo político segue a lógica da "oferta e da procura" na qual o cidadão comum escolhe aquele que melhor representa seus interesses, entretanto, quanto mais afastadas as pessoas estiverem do campo e mais desprovidas de capital (cultural, social, econômico), maiores chances terão de escolherem mal seus representantes. Isso acarreta no monopólio da produção

política nas mãos de um pequeno número de agentes, porque a grande maioria, o cidadão comum, não tem escolha a não ser deixar-se representar.

Contudo, fica fácil identificar a diferença fundamental entre os profissionais e os profanos. Para Bourdieu (1999), muitas vezes as ações realizadas no campo político têm sentido apenas para as pessoas que pertencem a ele, e não para a totalidade social. É exatamente este fato que faz com que a grande maioria das pessoas não se interessem pela política, porque não têm meios para entendê-la devido a falta de instrução, pois as formas de participação são desiguais para cada um. Além disso, os problemas do campo político não interessam a todos da mesma forma, não provocam a mesma reação nas pessoas, assim acabam gerando mais repercussão dentro do próprio campo.

Nesta lógica, a sociedade é excluída das decisões políticas, porque somente aqueles que pertencem ao campo entendem do assunto. Assim, o cidadão comum, ou seja, os profanos são leigos. Por isso, que para o autor é difícil entrar para a política, pois o universo é muito fechado, aqueles que não entendem as regras do campo, que não sabem jogar o jogo político, não obtêm sucesso e não fazem parte desse universo.

Isso fica claro no caso dos radialistas quando eles não conseguem a reeleição. A exclusão dos comunicadores do campo político está ligada, também, a falta de artimanhas para se manter dentro do jogo. Sem conhecimento prévio de como funcionam as regras dentro desse universo, os locutores sentem dificuldades em transforma o capital social em político.

Tendo em vista essas definições, o que vai determinar a proximidade e a separação entre os indivíduos dentro de um mesmo campo social, seja ela político ou não, é a quantidade de capital acumulada por eles. Aproximam-se aqueles que têm a mesma bagagem e em nível equivalente, enquanto aqueles que são mais despossuídos de capital ocupam postos inferiores. Para Bourdieu (2009), o capital econômico (a riqueza) e o capital cultural (a bagagem acumulada ao longo da vida) são os tipos mais importantes para determinar o lugar que o sujeito ocupará no campo, isto é, quanto mais capital acumulado e internalizado nele (*habitus*), mais chances o indivíduo tem de empregá-lo, ou seja, fazer uso dele para determinar sua posição que, também, define a base da sociedade.

[...] os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no

mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. (BOURDIEU apud AZEVEDO, 2003, p.1).

Essas relações, entre os agentes politicamente ativos e passivos, são permeadas por outro conceito chave na teoria de Bourdieu - e também de grande relevância para a pesquisa - o poder simbólico. Este garante a construção de sentido entre a representação, portanto ele (poder simbólico) só existe porque as pessoas lhe atribuem sentido e reconhecem que são representadas por determinado(s) ator(es). Entretanto, ele é simbólico porque não é visto, é um poder invisível “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 2009, p. 8).

Nunes (2000), ao analisar o poder simbólico e o campo político, conclui que esse só existe porque aquele que está sujeito a ele (povo) deposita confiança naquele que o exerce (governante). Desta forma, o poder simbólico é um produto da crença e da obediência que, ao mesmo tempo, as reproduzem para que ele não deixe de existir. O discurso proferido pelos políticos, por si só, não tem força nenhuma, a legitimidade dele ocorre pela capacidade de mobilização que esse tem frente às pessoas, pela força do grupo que a reconhece, em outras palavras: “fazer crer que se pode fazer o que se diz”. (NUNES, 2000, p.70).

Desta forma, esses comunicadores se aproveitam da delegação que o povo lhe cede para representar os interesses do grupo. Por ter voz, e deter controle de um meio de comunicação estritamente relacionado com a política, que é o rádio, esses comunicadores conseguem fazer com que este grupo seja ouvido, e mais, que ele se constitua como grupo, visível, com identidade própria. Essa representação simbólica fornece ao radialista o elemento fundamental para o ingresso no campo político: o voto. Confiantes de que o representante levará suas causas para o mundo da política e com o anseio de que seus problemas sejam resolvidos, os representados depositam na figura do comunicador a esperança que antes dele fazê-los como grupo coeso, não existia.

Entretanto, uma vez que eleitos, a aprovação desses políticos recém-chegados depende menos do parecer da sociedade que o colocou lá do que daqueles que já estão dentro do campo. Essa adesão interna pode prejudicar o político na relação que ele mantém com aqueles que lhe delegaram o poder para representá-los, pois antes de agradar a sociedade ele deve deleitar seus

companheiros de profissão sob pena de fracasso e conseqüentemente exclusão da vida política. (BOURDIEU, 2009).

O que ocorre, na maioria das vezes, é que o interesse daqueles que estão fora do campo político não é a vontade dos que estão dentro. Portanto, uma vez eleito, o radialista deve saber jogar dentro desse campo para se manter no poder. Se a maioria dos radialistas são *outsiders*, como definiu Costa (2005), que ingressam na política sem conhecer as regras, torna-se complicado solucionar os problemas dos eleitores, uma vez que os interesses das pessoas dentro do campo político convergem com os da sociedade.

Então, aqueles que adentram no campo político, sobretudo pela primeira vez, devem passar por uma transformação para se enquadrar nos padrões exigidos lá dentro. Vale lembrar, que os meios de acesso ao campo político também são desigualmente distribuídos na sociedade, não apenas aos votantes, mas também aos próprios políticos. Bourdieu (1999) revela que aqueles que não têm acesso ao voto são os mais despossuídos e de menores condições sociais, tanto culturalmente quanto economicamente. Por outro lado, para se dedicar a política, além da educação e do capital profissional, o autor diz que há a necessidade da pessoa possuir também capital econômico, para se desvincular de seu trabalho e se dedicar apenas ao campo político, o que também exige tempo.

No caso dos radialistas políticos, eles utilizam a profissão para chegar à sociedade. Ao invés de deixar o emprego e dedicar seu tempo a campanha, eles unem ambos almejando o sucesso eleitoral. Isso porque o rádio é o principal meio de campanha, de tornar-se conhecido, de chegar ao seu eleitorado de maneira mais rápida e menos custosa. Caso eles abandonassem a profissão para se dedicar somente a carreira política encontrariam muitas desvantagens, já que deter o controle de um meio de comunicação de alto alcance é condição *sine qua non* para o sucesso eleitoral. Desta forma, os políticos recém-chegados possuem menos capital do que os que já estão lá há mais tempo, pois estão em momentos diferentes na trajetória política e as lutas são exatamente para transformar esse cenário.

Como já destacado, o poder simbólico de um ator não é constituído repentinamente. Depende da acumulação dos diferentes tipos de capital, além do econômico e do cultural, no campo político. Como revela Stareprazo e Mezzadri (2007), o capital social também é fundamental para o ingresso dentro desse espaço. Nesse trabalho, será considerada a importância desse tipo específico de capital para

a entrada no mundo político e a incapacidade de convergência deste em capital político como causa do fracasso e afastamento do mesmo.

De acordo com Bourdieu (2009), o capital social existe quando um sujeito tem uma rede durável e estável de relacionamentos, quando ele pertence a um grupo por ter características comuns aos demais atores do mesmo grupo. Quanto maior for essa rede de relação, ou seja, quanto mais pessoas se mobilizarem a favor dele, maior será a quantidade de capital social acumulado pelo ator.

No caso dos radialistas políticos, eles não precisam necessariamente pertencer aos grupos que eles representam para aderirem um grande número de seguidores, mas o fato de falar em nome deles, de lutar em favor das causas dos representados, de dar voz ao silêncio da massa, o torna um membro do grupo.

Desta maneira, se estabelece a relação de troca material e simbólica do capital. O radialista como novo membro do grupo oferece voz aos anseios da massa em busca de melhorias na vida desses indivíduos (material) em troca de elementos fundamentais para colocá-lo no campo político: o voto, a lealdade e a obediência (simbólico).

Para que o capital social continue a ser acumulado, e que as redes de relações permaneçam enquanto relações duráveis e úteis, o próprio grupo se encarrega de produzir regras de inclusão, através do reconhecimento; assim como decide os seus limites, determinando até onde as trocas são úteis e construtivas. (STAREPRAVO E MEZZADRI, 2007, p.7-8).

Essa relação de troca é que fornece ao campo político a condição de ser relativamente autônomo. Pois os políticos têm que fazer alusão àqueles que lhe concederam o poder de falar em seu nome, ou pelo menos aparentar que está agindo em prol deles, porque precisam do veredito do cidadão comum, dos profanos, para se manterem na posição. (BOURDIEU, 1999).

Desta forma fica claro que se o radialista eleito em processos representativos se desvincular totalmente daqueles que os elegeram, permitir que o grupo organizado por ele se constitua novamente em uma massa dispersa, ele não obterá o resultado esperado nas próximas eleições, porque o juízo final é dado pelo povo. Deste processo deriva a importância do reconhecimento, se o radialista não cumprir o seu papel, e não for mais útil para o grupo ele perde o poder. Nas palavras de Bourdieu:

Los que están comprometidos em este juego no podem jugar entre ellos sin hacer referencia a aquellos em nombre de los cuales se expresan y frente a quienes deben, periódicamente, rendir cuentas más o menos ficticiamente. (1999, p.14).

Nessa lógica, não é suficiente para o radialista apenas o fato dele ser conhecido e reconhecido pela sociedade, pois isso o rádio já proporciona naturalmente a ele por meio do contato diário. É imperativo também a transformação do capital social, que o comunicador já possuía antes de ser eleito, em capital político depois da vitória eleitoral. Isso implica em saber jogar dos dois lados, obedecer as regras do campo e não esquecer do grupo que representa. O capital político segundo Bourdieu (1999), nada mais é do que um capital reputacional simbólico, que só pode ser contraído através do reconhecimento da sociedade.

Desta forma, para o locutor de rádio obter sucesso no campo político ele precisa também ser reconhecido pelos seus feitos como representante do povo, porque antes de ser eleito, quando estava apenas no meio de comunicação, ele já havia acumulado capital social suficiente para se eleger, mas para se manter no cargo necessita mostrar àqueles que lhe delegaram o poder – ou pelo menos fazer com que eles acreditem – que de fato está focando sua atuação política para resolver os problemas dos seus eleitores.

Essa transformação se torna mais complicada, uma vez que a política é um campo institucionalizado, principalmente no que se diz respeito a partidos políticos. Embora muitos autores defendam que a democracia brasileira não é partidária e sim personalista, esses radialistas precisam do acesso ao capital político e essa promoção depende, também, do peso do partido político em que estão inseridos. Nesse raciocínio, segundo Bourdieu (1999), os partidos têm a envergadura de conceder poder para aqueles, que uma vez fora do partido não o teriam. A lógica do partido é a mesma lógica das trocas simbólicas, estes conseguem manter-se enquanto for importante para um grupo significativamente grande reproduzir os aparatos que garantam a existência política dele e de seus membros.

A trajetória do radialista, ou seja, o caminho percorrido ao longo de sua carreira de forma coerente, visando a alcançar determinado cargo político, está intrinsecamente ligada a sua capacidade de acumular capital político. Bourdieu (1996, p.189) define a trajetória a partir das “posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a

incessantes transformações”. Desta forma, o que determina os deslocamentos dentro do campo, ou a nomeação do radialista em outros cargos políticos – secretárias, comissões, presidências, etc. – depende da relação que ele mantém com os agentes dentro do mesmo campo.

Até aqui, fica clara a complexidade da transformação do capital social em capital político, pois são diversos os obstáculos internos, que são peculiaridades que o próprio campo político fornece. É possível perceber, não apenas no Paraná, mas também em todo país, que a ascensão dos radialistas ocorre de modo muito rápido, e que é unanimidade a presença dos mesmos em eleições para diferentes cargos no legislativo e também no executivo municipal. Sobre isso, vale lembrar alguns destaques do período de reabertura democrática brasileira pós-ditadura militar.

### 3.4 RADIALISTAS POLÍTICOS NO BRASIL

Como já mencionado, a utilização do rádio para obtenção de sucesso eleitoral e divulgação de ideologias políticas data da chegada do meio de comunicação no país. Costa (2005) revela que desde a década de 1940 o número de comunicadores de rádio, responsáveis por programas de grande audiência, cresceu significativamente. Devido ao sucesso concedido pelo meio, muitos desses radialistas conseguiram se transferir para o campo político nos mais diferentes cargos.

Antes mesmo da ditadura militar vale lembrar o caso de Manuel de Nóbrega, eleito em 1947, como deputado estadual de São Paulo, com alto número de votos, Nóbrega era animador de auditório da Rádio Nacional. Já no período de reabertura democrática, entre 1986 e 1988, após a Ditadura Militar, nove radialistas foram eleitos deputados federal no país. Número mais alto do que diversas outras profissões como pastores de igrejas e sindicalistas. (COSTA, 2005).

O tom sensacionalista e de “salvador da pátria” empregado por esses comunicadores para fazer justiça em uma sociedade calada e sem possibilidades de chegar diretamente aos governantes levou muitas pessoas a aliar-se aos locutores na esperança de solução para os problemas sociais. Nunes (2000) retoma o polêmico caso de Afanázio Jazadji, que foi o deputado estadual mais bem votado do Brasil em 1986, eleito com 558.138 votos. Jazadji usava seu programa policial diário no rádio para se promover por meio de assistencialismo que o colocava em contato

direto com a sociedade. O radialista recebia em média 800 cartas de ouvintes por dia, e além de distribuir remédios e cadeiras de rodas, ele localizava parentes desaparecidos e arrumava empregos para as pessoas.

A campanha que este jornalista fazia diariamente, usando seu programa radiofônico como tribuna, provocou inúmeras reações por parte de vários setores da sociedade, exatamente em função desta pregação explícita de se fazer justiça com as próprias mãos. (COSTA apud NUNES, 2000, p.63).

O mesmo aconteceu com Fernando José, eleito prefeito de Salvador em 1988. O radialista além do programa radiofônico atuava também na televisão e aproveitou sua presença nos meios de comunicação para promover sua candidatura. Fernando José comandava o programa televisivo “Balanço Geral”, que tinha o slogan “O programa que mata a cobra e mostra o pau”. A população podia participar com denúncias e reivindicações, e mesmo na televisão, o comunicador sempre usou a linguagem enfática do rádio, misturada com a dramaturgia gestual que o meio de comunicação proporciona pela imagem.

Costa (2005) revela que o ingresso desses comunicadores no campo político não é um fenômeno inscrito em determinado processo histórico brasileiro e sim um fato que ocorre cada vez mais em todo o país. No Paraná, essa lógica não é diferente. Em 1986, na primeira eleição para deputado estadual após a ditadura, Luis Carlos Alborghetti foi o mais votado do estado, recebendo mais de 90 mil votos e se manteve durante quatro mandatos no cargo, até que em 2002 não conseguiu a reeleição.<sup>19</sup> Mais a frente, em 1990, por exemplo, nove radialistas foram eleitos deputado federal e dois foram eleitos senadores. Entre os deputados estavam dois paranaenses, Carlos Alberto Massa, o “Ratinho” e Benedito Pinga Fogo de Oliveira, ambos conhecidos por meio de seu desempenho no rádio e na televisão. (COSTA, 2005).

Na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), de 1986 até 2006, período estudado nessa pesquisa, em todas as eleições, um número relevante de radialistas teve sucesso eleitoral<sup>20</sup>. Os números serão ilustrados no terceiro capítulo, entretanto vale adiantar alguns casos de grande repercussão além do já citado Luiz Carlos Alborghetti.

---

<sup>19</sup> Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Paraná.

<sup>20</sup> Todos os dados eleitorais foram cedidos pelo TRE-PR

Carlos Xavier Simões foi o deputado radialista que permaneceu por mais mandatos na Assembleia - no total foram cinco – seguido por Luiz Carlos Martins, Alborghetti e Miltinho Puppio que foram eleitos quatro vezes de 1986 a 2006. Simões foi deputado estadual pela primeira vez em 1990 e se reelegeu ininterruptamente até 2006. Martins, também eleito em 1990, foi reeleito em 1994, 2002 e 2006, entretanto, em 1998 não conseguiu a reeleição. Já Miltinho Pupio se elegeu pela primeira vez em 1994 e permaneceu até a 16° legislatura. Nas eleições de 2010 Pupio e Martins não se reelegeram.

Com um mandato a menos que os três citados estão Algaci Osmário Túlio, Antonio Casemiro Belinatti e Jocelito Canto. Algaci Túlio se manteve durante três mandatos consecutivos como deputado estadual de 1990 a 1998. Já Belinati se elegeu pela primeira vez ao cargo em 1994, se reelegeu em 1998 e depois só retornou à Assembleia paranaense em 2006. Vale lembrar também que Belinati foi eleito quatro vezes prefeito de Londrina, cidade no norte paranaense com mais de 500 mil habitantes<sup>21</sup>, na última vez, em 2008. Embora tenha sido cassado do cargo, conseguiu eleger o candidato que apoiava, Homero Barbosa Neto, para sucedê-lo. Barbosa Neto, também radialista, já havia sido deputado estadual paranaense em 2002 com expressiva votação. Jocelito Canto elegeu-se deputado estadual em 1994 e em 1996 foi eleito prefeito de Ponta Grossa e retornou à Assembleia estadual em 2002, reelegendo-se em 2006. Por fim, Renato Gaúcho e Ricardo Chab, também fazem parte da lista dos radialistas eleitos a deputado estadual paranaense. Ambos assumiram o cargo durante duas legislaturas. Chab em 1994 e 1998 e Gaúcho em 1998 e 2002. Além desses radialistas citados, vários outros também estiverem presentes nas legislaturas paranaenses entre o período estudado: Nestor Batista, Pirajara Ferreira, Tiago Amorim, Pastor Edson Praczyk, Ney Leprevost, Carlos Roberto Massa Jr (Ratinho Jr.), são alguns exemplos.

Costa (2005) relembra que a partir da década de 1960 as emissoras de rádio influenciaram abertamente a decisão eleitoral dos brasileiros, não apenas nos períodos eleitorais, mas também no dia a dia, divulgando os fatos e formando opiniões. Desta forma, fica evidente a grande vantagem que o comunicador, presente todos os dias na vida do eleitor, que fala com ele, conta os problemas gerais de certos grupos, e que de uma forma ou de outra, busca meios para resolvê-

---

<sup>21</sup> Fonte: IBGE 2009

los, leva em relação àqueles que não dispõem do meio de comunicação para se autopromover. Além disso, esses radialistas atraem a atenção dos partidos políticos, que devido a popularidade os convidam para ingressar na carreira política com o objetivo de lucrar votos para a legenda.

O poder político eleitoral do rádio fez surgir no Brasil, ao longo das últimas décadas, a figura do radialista-candidato. Ele incorpora o papel do 'político *outsider*', que – sem vinculação ideológica ou militância partidária anterior – aparece de repente, como um intruso, em plena campanha eleitoral e já na posição de candidato. Na maioria das vezes, esses radialistas responderam positivamente aos convites de dirigentes partidários – que vislumbram neles um potencial eleitoral [...]. (COSTA, 2005, p. 143-144).

A questão da falta de ideologia partidária já foi tratada no primeiro capítulo pela visão das teorias do comportamento eleitoral, no que se refere aos representados. Porém, se a falta de institucionalização dos partidos políticos é perceptível pela sociedade, a ordem<sup>22</sup> interna é diferente. Os políticos tendem a cooptar na votação de projetos que envolvam suas bases de apoio dentro do legislativo.

No próximo capítulo são apresentadas as análises do material obtido para a pesquisa. Além dos dados coletados junto ao Tribunal Eleitoral Regional do Paraná (TRE-PR), que fornecerão um mapeamento do universo de pesquisa, serão expostas as entrevistas qualitativas com os radialistas a fim de compreender como eles veem o funcionamento do campo político e como suas trajetórias modificaram ou não a vida de seus ouvintes/eleitores.

---

<sup>22</sup> Para leitura sobre a obediência partidária dos representantes Cf. FIGUEIREDO, A.C. LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*.

#### **4 RADIALISTAS NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL E POLÍTICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**

É fato que a participação de radialistas na política brasileira é um fenômeno que se prolonga até os dias atuais. Historicamente é possível notar a constante presença de comunicadores de rádio no legislativo estadual paranaense. Tomando como base o período estudado neste trabalho, as legislaturas de 1986 a 2006, é possível notar o auge e declínio de diferentes nomes conhecidos do rádio, assim como o ingresso de jovens radialistas – como Ratinho Jr. e Homero Barbosa Neto - quando os “veteranos” não conseguem mais a reeleição. O objetivo deste capítulo é testar a hipótese apresentada no decorrer do texto a partir do mapeamento do cenário observado no legislativo paranaense e também por meio das entrevistas realizadas com os radialistas.

Primeiramente será apresentado o cenário estudado, ou seja, como se compôs a Assembleia Legislativa do Paraná da 11ª a 16ª legislatura. Esse período corresponde aos resultados das eleições de 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. Por meio de tabelas serão expostos os radialistas que obtiveram sucesso nos pleitos citados, os partidos a que pertenciam e o número de votos. Vale ressaltar que nosso objeto de estudo são apenas aqueles que se elegeram, portanto os radialistas que se candidataram e não conseguiram votos necessários para ocupar o cargo não serão citados, assim como os comunicadores que nunca se aventuraram no campo político.

Serão destacados nessa pesquisa somente os locutores de rádio<sup>23</sup> eleitos nas legislaturas citadas. Os dados referentes às legislaturas – eleitos, quantidade de votos e partido - tomam como base o material cedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Já a profissão foi apurada no livro “Perfil dos Deputados” oferecido pelo autor José Carlos Portela, coordenador de Estudos e Promoções Especiais da Assembleia Legislativa do Paraná. Vale destacar que as tabelas apresentadas neste capítulo têm função explicativa com o intuito de ilustrar de forma mais organizada e compreensível o cenário apresentado. Após essa etapa quantitativa e descritiva iniciaremos a parte qualitativa da pesquisa empírica. De início apresentaremos os

---

<sup>23</sup> São considerados radialistas políticos, neste trabalho, aqueles locutores que por meio do rádio ingressaram na carreira política. Os deputados estaduais que somente depois de eleitos começaram com programas no rádio não se enquadram como radialistas políticos.

deputados estaduais que foram entrevistados, com a finalidade de identificar e conhecer as similaridades entre o perfil desses locutores, tal como tipo de programa, formação, frequência de rádio, etc. É possível perceber na história e ingresso no meio de comunicação, muitas características semelhantes entre os deputados radialistas, o que ajuda a identificar um perfil comum.

Por fim, serão apresentadas as entrevistas<sup>24</sup> realizadas com os radialistas. No total, foram entrevistados sete<sup>25</sup> radialistas, que se elegeram mais de uma vez no período estudado. São eles: Antonio Belinati, Algaci Túlio, Carlos Xavier Simões, Jocelito Canto, Luis Carlos Martins, Renato Gaúcho e Ricardo Chab. Todos responderam à mesma entrevista<sup>26</sup> semiestruturada, elaborada de acordo com o marco teórico da pesquisa.

É importante lembrar que as entrevistas foram todas realizadas em ano eleitoral – 2010 – entretanto, depois das eleições. Nenhum candidato entrevistado foi reeleito para a 17º legislatura, e dos sete, apenas um concorreu: Luis Carlos Martins. Antonio Belinati e Jocelito Canto foram entrevistados na ALEP, onde terminavam de cumprir o mandato. Algaci Túlio, eleito vereador em 2008 e então Secretário de Assuntos da Copa, concedeu a entrevista no Palácio das Araucárias. Os demais radialistas foram entrevistados nas emissoras de rádio nas quais trabalham.

#### 4.1 ALEP: DE 1986 A 2006

A primeira legislatura aqui destacada corresponde à eleição de 1986, portanto, os deputados eleitos assumiram o mandato em 1987. Durante o período ditatorial permaneceram as eleições diretas para cargos legislativos, entretanto os

---

<sup>24</sup> O tipo de entrevista escolhido, a semiestruturada, permite um maior aprofundamento do tema e mais flexibilidade em relação às perguntas, pois o entrevistador fica livre para formular questões extras caso alguns pontos fiquem mal explicados. O fato de ser ao vivo, e do entrevistado não ter pré-conhecimento das perguntas garante respostas espontâneas, “estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. (BONI E QUARESMA, 2005, p.75).

<sup>25</sup> Foram escolhidos para serem entrevistados aqueles radialistas que se elegeram pelo menos duas vezes para o cargo de deputado estadual. O critério principal foi a popularidade do próprio locutor e o índice de audiência do programa. Além dos sete radialistas citados, foi solicitada também uma entrevista com o então deputado federal Ratinho Jr., que por meio de sua assessora demonstrou interesse em responder, mas não retornou nenhuma das tentativas de contato.

<sup>26</sup> As entrevistas tinham 25 perguntas e duraram em média 40 minutos.

candidatos viviam sob severo controle e com restrita liberdade de expressão para campanhas, além disso, o pluripartidarismo havia sido substituído pelo bipartidarismo - já observado no primeiro capítulo. Com a consolidação da democracia, o sistema eleitoral brasileiro se regularizou e voltou aos moldes daquele anterior ao período de repressão.

Em 1986 foram eleitos para Assembleia Legislativa do Paraná oito deputados que eram radialistas. Dentre eles, Luiz Carlos Alborghetti (PMDB) - falecido em 2009 – foi o que conseguiu mais votos, cerca de 90 mil. Alborghetti também foi o deputado estadual mais votado da eleição de 1986. Além dele, se elegeram Algaci Osmário Túlio (PDT), Antonio Belinati (PDT), Antonio Costenaro Neto (PFL), José Alves dos Santos (PDT), Lindolfo Luiz Silva Junior (PFL), Pirajá Ferreira (PMDB) e Nestor Batista (PMDB). Dentre os 54 deputados eleitos, 14,8% eram radialistas, e 17% dos votos dos eleitos foram dos locutores. No total, três partidos elegeram comunicadores de rádio: PDT (três), PFL (dois) e PMDB (três). Em cada um destes três partidos, o deputado estadual eleito mais votado foi um locutor de rádio: no PDT, Algaci Túlio com 32,8 mil votos, no PFL, Lindolfo Junior com 25,7 mil e no PMDB, Luiz Carlos Alborghetti com 90,3 mil. Vale destacar que Alborghetti fez 26 mil votos além que o segundo deputado mais bem votado, que foi Rubens Bueno, também pelo PMDB.

TABELA 1 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1986 (11º LEGISLATURA)

<b>RADIALISTAS</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Algaci Túlio (PDT)</b>	32.874	19°
<b>Antonio Belinati (PDT)</b>	19.344	44°
<b>Antonio Costenaro Neto (PFL)</b>	20.155	38°
<b>José Alves dos Santos (PDT)</b>	12.850	53°
<b>Lindolfo Luiz Junior (PFL)</b>	25.790	28°
<b>Nestor Baptista (PMDB)</b>	20.103	39°
<b>Luiz Carlos Alborghetti (PMDB)</b>	90.342	1°
<b>Pirajá Ferreira (PMDB)</b>	52.811	4°
<b>TOTAL</b>	<b>274.269</b>	

FONTE: A autora (2011)

Na 11ª legislatura o total de votos dos 54 deputados estaduais eleitos somou 1.602.060, destes 274.269 foram nos radialistas. Comparados a mediana<sup>27</sup> de votos, que foi 26 mil, percebe-se que apenas três deputados radialistas ficaram acima dela: Alborghetti, Algaci Túlio e Pirajá Ferreira, os demais se elegeram com menos de 26 mil votos cada. Isso demonstra que os radialistas não são, todos, campeões de votos, embora alguns estejam entre os mais votados.

Na eleição de 1990, correspondente a 12ª legislatura, foram eleitos sete radialistas, um a menos comparado a anterior. Destes, quatro foram reeleitos e os outros três entraram na ALEP pela primeira vez: Luiz Carlos Martins (PMDB) e Carlos Xavier Simões (PMDB), comunicadores de rádio de grande popularidade em Curitiba, e João lensen (PTB), conhecido no segmento religioso. Os radialistas reeleitos foram Algaci Túlio (PDT), Antonio Costenaro Neto (PFL), José Alves dos Santos (PTB) e Luiz Carlos Alborghetti (PRN).

Em 1990 os locutores de rádio que se elegeram deputado estadual somaram 13% do total na ALEP, e conquistaram 21,7% dos votos dos eleitos. Novamente o deputado mais votado foi o radialista Alborghetti com aproximadamente quatro mil votos a menos em relação a 11ª legislatura. Nessa eleição, Alborghetti também foi o único radialista reeleito que mudou de partido, saiu do PMDB para o PRN. Fora este, mais quatro partidos elegeram locutores: PDT (um), PTB (dois), PFL (um) e PMDB (dois). Pelo PMDB, Carlos Xavier Simões foi o deputado mais votado com cerca de 37 mil votos. Na 12ª legislatura quatro radialistas foram eleitos acima da mediana de votos, que foi 15,2 mil.

TABELA 2 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1990 (12ª LEGISLATURA)

<b>RADIALISTA</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Algaci Túlio (PDT)</b>	14.465	30º
<b>Antonio Costenaro Neto (PFL)</b>	19.171	10º
<b>Carlos Xavier Simões (PMDB)</b>	37.216	2º
<b>José Alves dos Santos (PTB)</b>	13.943	33º
<b>João lensen (PTB)</b>	12.049	39º
<b>Luiz Carlos Alborghetti (PRN)</b>	85.993	1º
<b>Luiz Carlos Martins (PMDB)</b>	15.618	26º
<b>TOTAL</b>	<b>198.455</b>	

FONTE: A autora (2011)

<sup>27</sup> Utiliza-se a mediana porque ela não sofre influência dos casos extremos, ou seja, aqueles que tiveram muitos votos e os que ficaram nos últimos lugares.

Dos deputados radialistas eleitos em 1986 que não se reelegeram em 1990, apenas um concorreu ao cargo: Pirajá Ferreira. Antonio Belinati, na época prefeito de Londrina, não deixou o Executivo para se candidatar. Lindolfo Junior tentou o cargo de governador, mas acabou renunciando antes do primeiro turno e Nestor Baptista foi empossado, em 1989, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Pode-se notar que os dois últimos, que não se candidataram deputado estadual deram continuidade a sua trajetória na esfera pública, seja por meio de eleições ou nomeação.

Em relação a quantidade de votos dos radialistas que conseguiram se reeleger, Algaci Túlio foi o que apresentou a maior diferença, ele perdeu mais de 18 mil, comparado ao pleito de 1986, valor maior do que aquele que o reelegeu. Antonio Costenaro e José Alves dos Santos perderam cerca de mil votos cada. Desta forma, todos os locutores reeleitos tiveram uma quantidade menor de votos que em 1986.

Em 1994, eleição correspondente à 13ª legislatura, foram eleitos dez radialistas, três a mais que 1990. Destes cinco se reelegeram, dois retornaram a ALEP - Antonio Belinati e Sérgio Spada – e três entraram na Assembleia Legislativa pela primeira vez: Jocelito Canto (PSC), Miltinho Pupio (PDT) e Ricardo Chab (PMDB).

TABELA 3 - RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1994 (13ª LEGISLATURA)

<b>RADIALISTA</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Algaci Túlio (PDT)</b>	47.075	3º
<b>Antonio Belinati (PDT)</b>	37.547	7º
<b>Carlos Xavier Simões (PFL)</b>	95.357	1º
<b>Jocelito Canto (PSC)</b>	20.359	39º
<b>José Alves dos Santos (PTB)</b>	44.769	4º
<b>Luiz Carlos Alborghetti (PTB)</b>	65.345	2º
<b>Luiz Carlos Martins (PDT)</b>	29.990	17º
<b>Miltinho Pupio (PDT)</b>	21.518	36º
<b>Ricardo Chab (PMDB)</b>	32.709	12º
<b>Sérgio Spada (PP)</b>	19.375	43º
<b>TOTAL</b>	<b>413.044</b>	

FONTE: A autora (2011)

Algaci Túlio, que na eleição anterior diminuiu significativamente a quantidade de votos, se reelegeu com votação recorde em 1994 com mais de 47 mil votos. Antonio Belinati retornou ao legislativo estadual depois de cumprir mandato como prefeito de Londrina. Sérgio Spada que havia sido deputado estadual em 1982 pelo PMDB retornou a ALEP, desta vez no PP. Os demais deputados que se reelegeram, com exceção de Alborghetti, aumentaram, pelo menos o dobro, a quantidade de votos. Carlos Xavier Simões foi o deputado estadual mais votado da 13ª legislatura com 95.357 votos, seguido de Alborghetti, Algaci Túlio e José Alves dos Santos. Portanto, em 1994, os quatro deputados estaduais mais votados do Paraná foram radialistas.

Luiz Carlos Martins e Alborghetti mudaram de partido. O primeiro passou do PMDB para o PDT, e o segundo, mudou do PRN para o PTB. No total, seis partidos elegeram radialistas: PDT (quatro), PFL (um), PSC (um), PTB (dois), PP (um) e PMDB (um). O PSC elegeu apenas um deputado na eleição de 1994: Jocelito Canto, que é radialista.

Analisando os dados da eleição de 1994 é possível perceber que, embora os radialistas reeleitos tenham recebido grande número de votos, Algaci Túlio e Alborghetti, que ocuparam o terceiro mandato consecutivo tiveram uma oscilação na soma. Túlio diminuiu em 1990 e subiu novamente em 1994, e Alborghetti manteve a queda na quantidade de votos. Isso demonstra a instabilidade política desses radialistas, e a falta de controle que eles têm sobre a decisão do seu próprio eleitorado.

Dos dez radialistas eleitos na 13ª legislatura, somente três se elegeram abaixo da mediana de votos que foi de 23,7 mil: Miltinho Pupio, Sérgio Spada e Jocelito Canto. A porcentagem de votos nesses dez locutores de rádio foi de 28%, e eles representaram 18,5% dos parlamentares daquela legislatura. Antonio Costenaro Neto mudou de partido nas eleições de 1994, passou do PFL para o PP, fez 13.887 votos, e não conseguiu se reeleger. João Iensen se elegeu deputado federal pelo PTB com mais de 31 mil votos. Portanto, comparativamente à anterior, os radialistas obtiveram mais votos.

A 14ª legislatura, correspondente a eleição de 1998, foi a que mais elegeu radialistas: onze comunicadores de rádio compuseram 20% da Assembleia Legislativa paranaense e somaram 20% dos votos dos 54 deputados eleitos. Foram mais de 400 mil votos nesses locutores, e também, a distribuição mais equilibrada.

Cinco partidos elegeram radialistas: PTB (quatro), PPB (dois), PL (um) PFL (dois) e PSDB (dois). Renato Gaúcho foi o deputado estadual mais votado do PSDB. E, pela primeira vez, desde 1986, o candidato mais votado não foi um radialista.

TABELA 4 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 1998 (14° LEGISLATURA)

<b>RADIALISTA</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Algaci Túlio (PTB)</b>	37.672	20°
<b>Carlos Xavier Simões (PTB)</b>	54.011	7°
<b>Divanir Braz Palma (PPB)</b>	22.692	45°
<b>Edson Praczyk (PL)</b>	32.277	30°
<b>Hidekazu Takayama (PFL)</b>	37.165	21°
<b>Luiz Carlos Alborghetti (PFL)</b>	49.401	10°
<b>Miltinho Pupio (PTB)</b>	30.996	33°
<b>Renato Gaúcho (PSDB)</b>	35.911	25°
<b>Ricardo Chab (PTB)</b>	38.420	18°
<b>Sérgio Spada (PSDB)</b>	25.863	39°
<b>Tiago Amorim de Novaes (PPB)</b>	43.347	16°
<b>TOTAL</b>	<b>407.755</b>	

FONTE: A autora (2011)

Dos onze radialistas seis se reelegeram em relação a eleição de 1994: Algaci Túlio e Alborghetti, que cumpriram seu quarto e último mandato ambos; Carlos Simões com quase metade menos de votos; Ricardo Chab que também fez seu segundo e último mandato; Miltinho Pupio; e Sérgio Spada que foi o radialista menos votado em 1998. Outros cinco assumiram pela primeira vez o cargo de deputado estadual, foram eles: Divanir Braz Palma (PPB); Edson Praczyk (PSDB); Hidekazu Takayama (PTB); Renato Gaúcho (PSDB) e Tiago Amorim de Novaes (PPB). Entre os seis radialistas reeleitos apenas um se manteve no mesmo partido: Alborghetti. Algaci Túlio, Carlos Simões, Miltinho Pupio e Ricardo Chab mudaram, respectivamente do PDT, PFL, PDT e PMDB para o PTB. Sérgio Spada migrou do PP, partido do qual foi fundador, para o PSDB.

Luiz Carlos Martins ficou como suplente, mas continuou como 1° Secretário da Comissão Executiva, e quando Aníbal Khury faleceu ocupou sua vaga. Antonio Belinatti, na época, era prefeito de Londrina e teve, em 2000, seu mandato cassado. José Alves do Santos faleceu em 1994, aos 53 anos, quando cumpria seu terceiro

mandato na Assembleia Legislativa e Jocelito Canto, em 1998, era prefeito de Ponta Grossa, por isso não concorreu.

Dos onze radialistas eleitos em 1998, quatro ficaram abaixo da mediana de votos, que foi de 34,7 mil, portanto a maioria dos locutores eleitos fizeram mais de 34 mil. E, entre os cinco primeiros deputados mais votados não teve nenhum locutor de rádio. Dos radialistas, o que recebeu mais votos foi Carlos Xavier Simões, seguido de Alborghetti, entretanto, ambos se reelegeram com uma quantidade de votos bem menor comparada às anteriores que os colocaram, nas legislaturas precedentes, como deputado estadual mais votado.

Embora 1998 tenha sido a eleição que mais elegeu deputados radialistas, o total de votos dados a eles foi menor que na eleição de 1994, por exemplo, que elegeu nove locutores. É possível perceber que a 14ª legislatura equilibrou a quantidade de votos em radialistas, pois aqueles que normalmente recebiam três vezes mais a quantidade de votos que os demais tiveram uma redução significativa da soma final.

Em 2002, dois radialistas estreantes na carreira pública conseguiram votação elevada. O deputado estadual mais votado da 15ª legislatura, Ratinho Jr., com 189 mil votos e Homero Barbosa Neto, quarto lugar geral, com 122 mil. No total foram nove radialistas eleitos em 2002. Fora os dois citados, quatro foram reeleitos – Carlos Simões, Edson Praczyk, Miltinho Pupio e Renato Gaúcho – dois retornaram a Assembleia – Jocelito Canto e Luiz Carlos Martins – e completando os nove, Vanderlei Iensen, que como Edson Praczyk, além de radialista faz parte do segmento evangélico.

TABELA 5 – RELAÇÃO DE RADIALISTAS E VOTOS NA ELEIÇÃO DE 2002 (15ª LEGISLATURA)

<b>RADIALISTA</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Carlos Xavier Simões (PDT)</b>	55.351	10°
<b>Edson Praczyk (PL)</b>	46.889	22°
<b>Homero Barbosa Neto (PDT)</b>	122.112	4°
<b>Jocelito Canto (PRP)</b>	53.412	12°
<b>Luiz Carlos Martins (PSL)</b>	48.078	20°
<b>Miltinho Pupio (PPB)</b>	38.538	33°
<b>Ratinho Jr. (PSB)</b>	198.739	1°
<b>Renato Gaúcho (PDT)</b>	29.410	44°
<b>Vanderlei Iensen (PDT)</b>	44.179	26°

<b>TOTAL</b>	<b>627.708</b>
--------------	----------------

FONTE: A autora (2011)

No total, 16,6% das cadeiras da Assembleia foram ocupadas por radialistas que somaram 23% dos votos dos deputados eleitos. Seis partidos elegeram comunicadores de rádio: PSB (um), PDT (quatro), PL (um), PSL (um), PPB (um) e PRN (um). A mediana de votos foi a mais alta das seis legislaturas estudadas, 43,6 mil, e, somente dois radialistas se elegeram abaixo dela – Renato Gaúcho e Miltinho Pupio. Dos quatro reeleitos três mudaram de partido, Carlos Simões e Renato Gaúcho saíram respectivamente do PTB e PSDB para o PDT e Miltinho Pupio do PTB para o PPB.

Em relação a eleição de 1998, cinco radialistas não se reelegeram. Divanir Braz Palma, Algaci Túlio, Ricardo Chab e Sérgio Spada e Alborghetti. Este último, que em eleições anteriores chegou a fazer 90 mil votos, recebeu, em 2002, 24 mil. Hidekazu Takayama foi eleito deputado federal e Tiago Amorim Novaes foi assassinado em Cascavel, cidade onde morava, em 2001.

Kaseker (2004) fez um estudo sobre o desempenho eleitoral dos comunicadores de rádio paranaenses na eleição de 2002. A autora partiu da hipótese central que a campanha milionária de Ratinho Jr. pudesse ter atrapalhado a reeleição dos outros radialistas: os eleitores não têm fidelidade na hora de votar, e essa volatilidade, os fizeram transferir o voto para o novo candidato. Além do alto investimento de Ratinho Jr., a situação partidária também teria prejudicado a reeleição dos comunicadores de rádio. Ela concluiu que em 2002, apesar da não eleição de três radialistas tradicionais – Algaci Túlio, Ricardo Chab e Alborghetti –, não representou uma derrota do rádio na urna, porque nove radialistas conseguiram se eleger. O partido político foi, de fato, uma variável chave na pesquisa: em outras coligações esses três comunicadores poderiam ter se reeleito, pois atingiram o coeficiente eleitoral. Soma-se a essa questão, especificidades de cada um – queda na audiência, afastamento em relação aos eleitores, falta de dedicação na campanha, etc. Por fim, é possível notar, que a questão financeira não é uma variável que influencia diretamente a não eleição, já que alguns radialistas investiram menos que Túlio, Alborghetti e Chab e conseguiram se eleger.

Na última legislatura estudada, a 16ª que correspondente a eleição de 2006, nove radialistas se elegeram. Destes, cinco foram reeleitos em relação a 15ª

legislatura: Luiz Carlos Martins, Edson Praczyk, Carlos Simões, Jocelito Canto e Miltinho Pupio. Um retornou à Assembleia – Antonio Belinati – e três se elegeram deputado estadual pela primeira vez: Fábio Camargo, que já havia cumprido o cargo de vereador duas vezes; Ney Leprevot, que também foi vereador por três legislaturas e Marcelo Rangel que estreou na carreira pública.

TABELA 6 – RELAÇÃO DE RADIALISTAS E VOTO NA ELEIÇÃO DE 2006 (16º LEGISLATURA)

<b>RADIALISTA</b>	<b>VOTOS</b>	<b>COLOCAÇÃO</b>
<b>Antonio Belinati (PP)</b>	81.157	5º
<b>Carlos Xavier Simões (PMDB)</b>	32.138	45º
<b>Edson Praczyk (PRB)</b>	35.725	40º
<b>Fábio Camargo (PTB)</b>	37.973	33º
<b>Jocelito Canto (PTB)</b>	65.284	13º
<b>Luiz Carlos Martins (PDT)</b>	54.520	16º
<b>Marcelo Rangel (PPS)</b>	51.868	18º
<b>Miltinho Pupio (PSDB)</b>	30.352	45º
<b>Ney Leprevot (PP)</b>	53.471	17º
<b>TOTAL</b>	<b>444.489</b>	

FONTE: A autora (2011)

Em 2007 os radialistas somaram 16,6% das cadeiras na Assembleia Legislativa do Paraná e fizeram 17% dos votos dos eleitos. Deste modo, a 16ª legislatura foi a que teve a menor porcentagem de votos nos comunicadores de rádio. A mediana diminuiu apenas 1,5 mil votos em relação a eleição anterior, ficou em 42,1 mil e cinco deputados locutores de rádio eleito conseguiram atingir votação acima dela. Antonio Belinati e Jocelito Canto tiveram a maior votação para o cargo. Miltinho Pupio perdeu cerca de oito mil votos e Luiz Carlos Martins se elegeu com pouco mais de três mil comparado a 2002. Marcelo Rangel e Ney Leprevot, radialistas estreantes na ALEP fizeram mais de 50 mil votos ambos.

Na 16ª legislatura, sete partidos elegeram comunicadores de rádio: PP (dois), PRB (um), PTB (dois), PDT (um), PPS (um), PMDB (um) e PSDB (um). Todos os radialistas reeleitos mudaram de partido e Antonio Belinati que ocupou o cargo pela última vez em 1995 pelo PDT também mudou para o PP.

Dos radialistas que não se reelegeram Renato Gaúcho não tentou a eleição. Ratinho Jr. e Homero Barbosa Neto se candidataram a deputado federal com vitória nas urnas, o último deixou o cargo em 2009 para assumir a prefeitura de Londrina.

Vaderley Iensen trabalhou com assessor especial do governador Roberto Requião e depois foi nomeado presidente da Companhia de Informática do Paraná, cargo que ocupava quando faleceu em 2010.

Como o mapeamento das legislaturas estudadas pode-se notar que a presença de radialistas na Assembleia Legislativa do Paraná foi bastante elevada da 11ª a 16ª legislatura. Porém, isso não quer dizer que os locutores não estiveram presentes anteriormente. Antonio Belinati, por exemplo, foi deputado estadual em 1970, durante a Ditadura Militar, por isso, vale ressaltar que este trabalho foca exclusivamente o universo de pesquisa apresentado acima, ou seja, de 1986 a 2006.

Alguns radialistas começam a carreira como vereadores para mais tarde tentarem um cargo de maior amplitude como deputado estadual, prefeito, deputado federal e senador. Outros locutores de rádio que se elegeram deputado estadual também foram nomeados para outros setores do poder público, o que remete a questão da trajetória proposta por Bourdieu. Devido a sua atuação dentro do campo político e sua relação com os demais membros do campo conseguem dar continuidade a vida pública, por mais que não seja em cargos representativos. Isto porque a acumulação de capital político proporciona a esses comunicadores uma rede estável dentro do universo público que faz com que eles sejam escolhidos pelos políticos de carreira a ocupar tais cargos.

Nas seis legislaturas apresentadas acima 26 radialistas foram eleitos, e destes 12 se elegeram apenas uma vez para deputado estadual. Historicamente o PDT foi o partido que mais elegeu radialistas, no total foram 13 vitórias. Algaci Túlio se elegeu três vezes pelo partido, Antonio Belinati e Luiz Carlos Martins duas, Carlos Simões, Homero Barbosa Neto, João Alves dos Santos, Milton Pupio, Renato Gaúcho e Vanderlei Iensen uma vez cada. Em segundo lugar está o PTB que elegeu dez vezes comunicadores de rádio: José Alves dos Santos foi eleito duas vezes e outros oito radialistas se elegeram uma vez cada. Em terceiro lugar o extinto PFL e PMDB tiveram seis vitórias eleitorais cada. Esses quatro partidos foram os que mais apareceram durante as legislaturas analisadas.

A questão partidária, como já ressaltada no primeiro capítulo, é importante para compreender a derrota desses locutores. O foco está na falta de articulação e capacidade de se manter no campo político, pois a troca de partido, em alguns casos, ocasionou a perda eleitoral, sendo que em outras coligações os candidatos

derrotados poderiam ter sido eleitos. É o caso, dentre outros, de Luiz Carlos Martins na eleição de 1998, na qual fez cerca de 30 mil votos. Martins ficou para suplente, e embora sua votação tenha sido abaixo da mediana que foi de 34 mil votos, foi o dobro do último candidato eleito, que entrou com pouco mais de 14 mil. O mesmo ocorreu com Algaci Tútilio, Alborghetti e Ricardo Chab na eleição de 2002, eles fizeram respectivamente, 20,6 mil, 24,8 mil e 22,8 mil votos, também, quantias maiores que os últimos candidatos eleitos.

A tabela abaixo lista os 26 radialistas eleitos de acordo com o partido que disputaram cada eleição. As duas últimas colunas revelam quantas legislaturas eles estiveram no cargo e o total de vezes que mudaram de partido. É importante lembrar que como a análise foi feita baseada nos dados do TRE-PR só aparecem mudanças partidárias na época da eleição, qualquer mudança durante os quatro anos de mandato não é considerada.

TABELA 7 – RADIALISTAS ELEITOS DA 11° A 16° LEGISLATURA

Radialista	Eleito/Partido						Total	
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	L*	P**
Algaci Tútilio	PDT	PDT	PDT	PTB	-	-	4	2
Antonio Belinati	PDT	-	PDT	-	-	PP	3	2
Antonio Costenaro Neto	PFL	PFL	-	-	-	-	2	1
Carlos Xavier Simões	-	PMDB	PFL	PTB	PTB	PTB	5	3
Divanir Braz Palma	-	-	-	PPB	-	-	1	1
Edson Praczyk	-	-	-	PL	PL	PRB	3	2
Fábio Camargo	-	-	-	-	-	PTB	1	1
Hidekazu Takayama	-	-	-	PFL	-	-	1	1
Homero Barbosa Neto	-	-	-	-	PDT	-	1	1
João Iensen	-	PTB	-	-	-	-	1	1
Jocelito Canto	-	-	PSC	-	PRP	PTB	3	3
José Alves dos Santos	PDT	PTB	PTB	-	-	-	3	2
Lindolfo Jr	PFL	-	-	-	-	-	1	1
Luiz Carlos Alborghetti	PMDB	PRN	PTB	PFL	-	-	4	4
Luiz Carlos Martins	-	PMDB	PDT	-	PSL	PDT	4	3
Marcelo Rangel	-	-	-	-	-	PPS	1	1
Miltinho Pupio	-	-	PDT	PTB	PPB	PSDB	4	4

Nestor Baptista	PMDB	-	-	-	-	-	1	1
Ney Leprevot	-	-	-	-	-	PP	1	1
Pirajá Ferreira	PMDB	-	-	-	-	-	1	1
Ratinho Jr	-	-	-	-	PSB	-	1	1
Renato Gaúcho	-	-	-	PSDB	PDT	-	2	2
Ricardo Chab	-	-	PMDB	PTB	-	-	2	2
Sérgio Spada	-	-	PP	PSDB	-	-	2	2
Tiago Amorim	-	-	-	PPB	-	-	1	1
Vanderley lensen	-	-	-	-	PDT	-	1	1

FONTE: A autora (2011)

\*Total de legislaturas

\*\*Total de partidos em que foi eleito

- não eleição

O máximo de mandatos consecutivos cumpridos por um radialista foram cinco: Carlos Xavier Simões se elegeu deputado estadual em cinco das seis legislaturas estudadas, ficou de fora apenas em 1986, eleição que não concorreu. Alguns deputados foram quatro vezes eleitos: Algaci Túlio, Alborghetti, Luiz Carlos Martins e Miltinho Pupio. Algaci Túlio mudou de partido uma única vez, saiu do PDT para o PTB, ambos os partidos com a maior quantidade de locutores de rádio eleito. Os outros três deputados mudaram de partido em todas as eleições que venceram. Antonio Belinati, Edson Praczyk, José Alves dos Santos e Jocelito Canto se elegeram três vezes cada. Os três primeiros mudaram de partido uma vez e Jocelito Canto se elegeu em cada eleição por um partido diferente. A seguir será apresentada uma tabela com o objetivo de mostrar a evolução dos números ao longo das legislaturas.

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DOS RADIALISTAS NA ALEP DE 1986 A 2006

ANO	RADIALISTAS ELEITOS	RADIALISTAS TENTARAM REELEIÇÃO	RADIALISTAS REELEITOS %	VOTOS RADIALISTAS %	RADIALISTAS ACIMA MEDIANA %
1986	8	1	100	17	37
1990	7	5	80	22	57
1994	10	7	86	28	70
1998	11	6	83	20	64
2002	9	9	44	23	66
2006	8	5	100	17	55

FONTE: A autora (2011).

Os dados revelam que no período de 1986 a 2006 a média de radialistas eleitos foi de 8,8 para cada legislatura. A eleição que apresentou o menor número de locutores de rádio foi a de 1990 e 1998 o maior. A taxa de reeleição ficou acima de 80% em todos os pleitos, com exceção de 2002, que revelou o menor índice. Inclusive, em 2002 todos os radialistas que foram eleitos em 1998 tentaram a reeleição, mas apenas quatro conseguiram a vitória no pleito seguinte. Desta forma, 2002 também foi a de maior rotatividade na Assembleia.

Em relação a evolução do número de votos em candidatos locutores de rádio, 1994 apresentou a maior porcentagem. Pode-se notar que não existe um padrão, ou tendência de redução de votos, uma vez que os números aumentaram e em seguida diminuíram na sequência em todos os pleitos analisados. A eleição de 1994 também foi a que elegeu a maior porcentagem de radialistas acima da mediana de votos. Com exceção de 1986 em todos os pleitos mais de 50% estiveram acima da mediana. Esses dados revelam que a votação nos comunicadores tende a ser alta.

A seguir serão analisadas as entrevistas com os sete radialistas com o intuito de avaliar como eles próprios veem sua atuação dentro do campo político. A ordem dos entrevistados segue a seguinte categorização: os três primeiros – Belinati, Canto e Simões – nunca perderam uma eleição para o legislativo estadual, seguidos pelos três locutores que, em algum momento da carreira, não conseguiram se reeleger – Túlio, Chab e Martins – e, por fim, Renato Gaúcho que optou por não disputar o pleito de 2006.

## 4.2 RADIALISTAS POLÍTICOS NO PARANÁ

De acordo com dados do IBGE, em 2008 no Paraná, 93,5% dos domicílios possuíam aparelho de rádio, um aumento de 13,5% em relação a 1992. Em Curitiba, na mesma pesquisa, 94% das residências tinham pelo menos um aparelho. A maior taxa de penetração do veículo é na região do sul do país, onde 95% das pessoas declararam ouvir rádio. Segundo o Ministério das Comunicações, no Brasil existem 2.426 emissoras FM e 1.771 AM, destas 178 se encontram no Paraná. Do total de emissoras, cerca de 40% pertencem a políticos e outros 30% ao segmento religioso.

Nunes (2000) revela que as classes C, D e E são as grandes consumidoras de programas em rádios AM, que têm como característica o linguajar popular de fácil

acesso aos ouvintes. Estes podem participar da elaboração do programa junto com o radialista por meio de telefonemas, emails e cartas.

Dos sete radialistas entrevistados seis construíram sua carreira radiofônica em emissoras AM. A exceção é Renato Gaúcho, que diferente dos outros comunicadores nunca fez programa de prestação de serviços, apenas de locução musical e variedades, como horóscopo, fofoca sobre a vida de celebridades, receitas e etc. Dentre os outros entrevistados, alguns começaram no rádio como locutor esportivo, ou fazendo programa policial, mas todos eles em algum momento mudaram para o gênero variedades que inclui a prestação de serviços.

Os radialistas foram separados em três categorias baseadas nas eleições que obtiveram vitórias eleitorais no período analisado: i radialistas que nunca perderam uma eleição para deputado estadual; ii radialistas que não conseguiram se reeleger em algum momento da carreira; iii radialistas que não tentaram a reeleição. Na primeira estão Antonio Belinati, Carlos Xavier Simões e Jocelito Canto. Na segunda Algaci Túlio, Ricardo Chab e Luiz Carlos Martins. E por fim, na última categoria, somente o radialista Renato Gaúcho que não concorreu a reeleição. As entrevistas serão apresentadas separadamente, de acordo com enumeração acima, para facilitar a leitura e análise.

#### 4.2.1 Antonio Belinati: “eu me relaciono bem desde o faxineiro ao presidente da ALEP”

Antonio Casemiro Belinati nasceu em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e veio para o Paraná ainda criança. Percorreu com a família diversas cidades do estado antes de estabelecer-se em Londrina, onde começou sua carreira pública. A primeira participação no rádio foi por influência de seu padrinho político, Otássio Pereira da Silva, radialista londrinense que também se elegeu a cargos políticos. Na época, década de 1960, Otássio tinha um programa realizado em praças públicas que percorria os municípios do Paraná. O apresentador convidava artistas para participar, fazia gracinhas, imitava o Silvio Santos: um programa de variedades que lhe garantiu bastante popularidade na região norte do estado. A primeira participação de Belinati no rádio foi nesse programa. A gravação estava sendo realizada em Cornélio Procópio, e como o locutor que fazia os reclames havia faltado, Otássio o convidou para ler os comerciais.

Eu tive uma carreira brilhante no rádio e ela durou apenas um final de semana. O “Lombardi” do nosso Silvio Santos deu o cano, não apareceu. Aí ele me disse “olhe, você vai ter que ler os reclames comerciais porque o locutor faltou”, e eu todo emocionado, imagine, na minha cidade, eu guri de tudo, com 19 anos. Aí eu li os comerciais, achei até que fui bem, isso no domingo de manhã. Na segunda, o diretor da rádio chamou o Otássio e perguntou quem leu os reclames, e ele disse: “foi um guri que eu levei, faltou o locutor e eu dei uma chance para ele, mas ele foi muito bem”, aí o diretor falou: “esse analfabeto está demitido, aqui ele não trabalha mais, primeiro ele precisa estudar”. Um dos patrocinadores era a mortadela Diana e eu na empolgação usei o linguajar que todo povo usava, mortadela (*sic*) Diana. Então estreei no domingo e fui demitido na segunda. (BELINATI, 2010).

Depois de um tempo, passou a bronca e o diretor resolveu dar uma nova chance para Belinati que se tornou âncora do programa “A Voz do Povo”. Três anos mais tarde, em 1963, com a estréia da TV Coroados, ele foi o primeiro apresentador de televisão do interior do Brasil. O ex-deputado<sup>28</sup> reconhece a projeção que o rádio lhe ofereceu e, diz que sua entrada na política foi uma consequência da carreira como radialista. O gênero dos programas apresentados por ele se enquadra sempre em variedades, onde se inclui a prestação de serviços.

Eu tinha um programa de rádio que me fez ter um contanto muito grande com o povo, e a gente sentiu que dava para encarar uma eleição de vereador, o que se confirmou nas urnas. Eu tenho um apego muito grande ao rádio. Quando Tancredo Neves estava moribundo, tiraram uma foto que só foi publicada pós-morte: ele deitado no hospital e debaixo da cama um aparelho de rádio. A Associação Brasileira de Rádio fez uma divulgação “O último companheiro de Tancredo”, porque ele não podia ver TV, nem ler jornal, nem receber visita, mas ele tinha ali o rádio. Então o rádio é seguramente o veículo mais poderoso de comunicação. É evidente que todos os meios de comunicação são importantes, só que o rádio facilita muito: a mulher às vezes está limpando o banheiro, varrendo a casa, lavando a louça e está com o rádio ligado, o que nem sempre a televisão te propicia. Alguns trabalhadores me diziam: “a gente ia para roça e pendurava o rádio num pé de café para ficar ouvindo o seu programa”. Recentemente em uma pequena cidade, Nova América da Colina, perto de Cornélio Procópio, um cidadão olhou pra mim e disse: “quando o senhor fazia aquele programa, a ‘Voz do Povo’, só eu que tinha rádio, então a gente colocava na varanda e os vizinhos se reuniam para poder escutar”. Então você pode ter

---

<sup>28</sup> Nas eleições de 2010, Belinati teve o registro de candidatura indeferido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa, para o cargo de deputado estadual. O candidato tinha recebido condenação por prática de improbidade administrativa em ação civil pública. A acusação se refere ao recebimento de remunerações indevidas como membro do Conselho Fiscal da Companhia Municipal de Urbanização de Londrina – COMURB, entre dezembro de 1994 e maio de 1996. Além disso, o radialista é condenado por uso de recursos públicos em benefícios de particulares. (Agência de Notícias do TSE, 2010). Belinati teve os direitos políticos suspensos por oito anos, embora tenha afirmado na entrevista que foi decisão sua não concorrer às eleições de 2010. Portanto, quando foi entrevistado Belinati terminava de cumprir seu mandato referente a 16° legislatura, por isso é classificado no texto como ex-deputado.

um rádio ligado dentro da sacristia da igreja, num hotel, no carro, ou na roça. (BELINATI, 2010).

Além de confirmar a força do rádio como meio de comunicação, Belinati também credita a ele toda sua popularidade, isto porque, por onde ele passa na região de Londrina os ouvintes o conhecem. Entretanto, para ele: “da mesma forma que o rádio pode levar o político ao auge, também pode derrubá-lo, pois todo radialista está sujeito ao veredicto do povo, que não é bobo e muito menos concorda com todas as ações dos governantes: nem sempre popularidade é sinônimo de simpatia”. (BELINATI, 2010).

O Pelé, por exemplo, um dia ele podia até ser presidente do Brasil, mas ele falou que o povo brasileiro não sabe votar, certo ou errado ele, a frase marcou. O presidente Figueiredo, um dia visitando uma feira agropecuária em Goiânia, falou para um jornalista do Estadão - estava caminhando para ser implantada a reeleição no Brasil para ele ser reeleito - ele olhou para o jornalista e falou: “olha, eu gosto mais do cheiro de cavalo do que do cheiro do povo”, quer dizer, marcou... uma única frase pode ter custado a carreira política dele. (BELINATI, 2010).

O locutor também já foi dono de uma emissora de rádio em Londrina, e defende que a linguagem e os temas das transmissões do programa é importante para manter o contato com o ouvinte: “Tem que ser notícia que o povo entenda”. (BELINATI, 2010). Ele prioriza sempre assuntos locais, de interesse da população que o escuta. Além disso, de acordo com ele, o locutor tem que estar sempre se reciclando, acompanhando a evolução da sociedade.

Certa noite eu ouvi o noticiário da minha rádio e o locutor com aquela voz grossa deu uma notícia “BH: Associação Latino Americana de Livre Comércio marcou uma reunião para próxima quinta-feira” aí outra: “Porto Alegre: embaixador da Polônia no Brasil visitará Porto Alegre” eu não aguentei, peguei o carro em casa e fui lá, cheguei para o locutor e falei: “escuta, você se lembra da notícia que você deu? Eu só queria entender o que quer dizer esse negócio de Associação Americana de Livre Comercio”. Ele levou um susto parou para pensar e falou que não sabia. Aí eu disse: “escuta meu amigo, quando nem você estiver entendendo a notícia, quem dirá os ouvintes, então procura ver se a notícia está interessante primeiro para você. O que interessa para nós em Londrina saber que o embaixador da Polônia no Brasil vai visitar Porto Alegre? Se fosse visitar Londrina quase que já não seria notícia, imagine essa”. (BELINATI, 2010).

Belinati começou a carreira política em 1968, época da Ditadura Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) quando se elegeu vereador em Londrina.

Até hoje, em 42 anos de vida pública, foram onze vitórias nas urnas: o radialista foi vereador, prefeito de Londrina, deputado estadual e deputado federal. Nesses cargos, o ex-deputado nunca fez parte de mesas diretoras e não integrou as comissões parlamentares: “nunca ocupei nenhum cargo a não ser o mandato por eleição”. (BELINATI, 2010).

Em 1977, quando foi eleito prefeito pela primeira vez, consolidou, no seu ponto de vista, seu maior projeto político, o complexo habitacional “Cinco Conjuntos”, ou “Cincão” como é conhecido na cidade. O bairro da região norte de Londrina abriga mais de 100 mil pessoas e é a maior zona eleitoral da cidade. Para o locutor, ele recebeu uma ajuda que poucos prefeitos brasileiros tiveram durante o regime autoritário: “foi uma coisa fantástica. Conseguimos libertar o povo do aluguel.” (BELINATI, 2010).

A primeira vez que tentou uma eleição, Antonio Belinati era líder de audiência no horário que apresentava o programa, e a influência do rádio na vitória eleitoral ocorreu até no dia da eleição. Desta forma, ele concorda que antigamente era muito mais fácil fazer campanha no meio, entretanto, a potencialidade e a projeção que o veículo proporciona continuam abrindo portas para políticos até os dias atuais.

Na primeira eleição que eu disputei não tive que me afastar do rádio. Podia falar até no dia apresentando meu programa. Era uma concorrência desleal com quem não era radialista. Hoje a legislação determina que a partir do momento que você homologa sua candidatura você tem que se afastar do programa. Eu levei uma grande vantagem, porque sendo âncora passei a ser quase membro da família de quem me acompanha todo dia. Muitas vezes a pessoa nunca te viu, não sabe nem se você é moreno ou loiro, alto ou baixo, gordo ou magro e ela fica na ansiedade, te convidando para ir a casa dela, às vezes até em cidades distantes. É um caminho que se abre para você chegar até a casa do eleitor. Mas nem todos os radialistas conseguem a vitória, porque se você não tiver alguma habilidade para lidar com o povo não adianta. (BELINATI, 2010).

Belinati afirma que consolidou sua carreira política colocando em prática as expectativas dos eleitores. Para ele não adianta apenas seguir o embalo e a visibilidade proporcionada pelo rádio, porque todo radialista tem seu momento de fama, mas depender só do veículo não é garantia de sucesso, deve-se ir além:

Se o programa está liderando audiência, o apresentador vai junto. Eu aproveitei essa boa fase que o rádio me ofereceu para consolidar um projeto político. Quer dizer, não ficar apenas na sombra do rádio. Eu já vi muitos políticos caírem. Na eleição recente algumas grandes estrelas do rádio de pouco tempo atrás acabaram não se reelegendo, porque

dependeram apenas do sucesso do rádio. O que eu consolidei em Londrina? Um projeto habitacional que é um dos maiores do mundo, uma maternidade municipal onde a gestante ganha seu bebê e não paga nada. Já nasceram mais de 70 mil bebês lá. Então você tem que ter a obra também, para não ficar apenas no “eu falo bem e por isso vou ser eleito.” (BELINATI, 2010).

Desta forma, fica claro que para ele, além de manter o vínculo com o eleitor também é preciso fazer algo por eles. O ex-deputado afirma que é necessário ter cuidado no modo de tratar os ouvintes, pois eles são a principal forma de se manter na política. A receita do sucesso está na atuação política e no respeito com o eleitor.

Tem um caso de um grande radialista de Londrina que estava em primeiro lugar na pesquisa para vereador, e um dia ele me convidou para fazer uma visita na casa de uma família. Fomos até a casa, a família estava nos esperando, batemos palma e o cachorrinho da família veio latir no portão, o radialista com uma voz muito grave começou a falar para família: “tira esse vira-lata daqui”, pensei: “meu Deus, perdemos todos esses votos”. Por mais íntimo que você seja das pessoas, esse tipo de brincadeira não pode fazer nem com irmão, dentro da sua própria casa, porque você magoa, você fere o eleitor. Então eu coloquei na cabeça que aquele radialista que estava em primeiro lugar na pesquisa, por ele não achar que o cachorrinho era pedigree puro, ia perder, e acabou perdendo a eleição. Você tem que ser conhecido, mas também tem que ser respeitoso e carinhoso, tem que ter habilidade na conversa com o povo. (BELINATI, 2010).

Depois que saiu do MDB, Antonio Belinati mudou de partido mais duas vezes, primeiro se filiou ao PDT e depois ao PP, partido no qual está atualmente. Ele diz que os partidos chamam radialistas para puxar votos para legenda e que a troca às vezes é necessária para contemplar interesses políticos. Dentre os radialistas entrevistados ele é o que menos trocou de partido enquanto foi deputado estadual. Para ele, o grande número de legendas acaba causando problemas de representação, sem contar que a maioria não consegue completar a chapa e opta por lançar candidatos pouco expressivos, por isso o interesse nos radialistas: ganhar os votos perdidos por esses candidatos.

Se você pegar o resultado do TRE da última eleição, vai ver que tem candidato que sai para deputado e faz 50 votos, quando precisa fazer 40 mil. Então como a quantidade de partido é muito grande, acaba faltando candidato. A quantidade de votos é muito pouca na urna. Por isso que os partidos acabam tendo interesse em que os radialistas saiam candidatos. (BELINATI, 2010).

De todas as eleições que disputou para deputado estadual, Antonio Belinati não perdeu nenhuma, por isso sua classificação na primeira categoria de locutores. Entretanto, em pleitos para outros cargos o radialista já foi derrotado: “até Jânio não se elegeu vereador em São Paulo”. (BELINATI, 2010). Dos deputados entrevistados, ele, junto com Algaci Túlio, são os radialistas mais antigos na Assembleia paranaense. Ambos se elegeram em 1986, primeira legislatura do universo de pesquisa deste trabalho, mas vale lembrar que Belinati já tinha ocupado o mesmo cargo na época da Ditadura Militar. Para ele a forma de fazer política mudou muito de meados dos anos 80 até os dias atuais.

No meu primeiro mandato [1970] tinha mais vida nos debates da Assembleia. Nós éramos nove deputados na oposição, contra 45 que apoiavam o governo. Sendo que um era acertado com o governo, então restavam oito da oposição. A sessão começava duas e meia da tarde e muitas vezes a gente levava os debates até duas horas da madrugada. Havia mais entusiasmo. Na atual legislatura, mal terminou a eleição, e na segunda já tinha menos de 20 deputados no plenário. Nem comemoraram a vitória, e já estão cansados. (BELINATI, 2010).

A crítica não se estende apenas ao comportamento dos outros deputados quanto à questão de presença. O radialista diz acreditar que os colegas de profissão não têm muita opção na hora de votar projetos: têm sempre que seguir a base de apoio. Para ele isso empobrece o discurso e prejudica a democracia, pois quem sai perdendo é a população. Muitas vezes leis de interesse comum deixam de ser aprovadas porque foram elaboradas pela minoria parlamentar e não conseguem votos suficientes.

Há pouquíssimo debate. Nós estamos voltando quase à era do coronelismo. Quem é a favor do governo, vota tudo que o governo quer. Quem é oposição vota contra. Não deveria ser assim. Se o projeto é do governo e é bom, tem que debater e aprovar, e o mesmo o contrário. O Congresso Nacional, por exemplo, vai reiniciar seu trabalho, mas já passou quase 30 dias da eleição. Sendo que seis meses antes teve uma atividade totalmente apagada. Vão retornar o trabalho porque vão votar o orçamento da união, e os deputados são parte interessada. Só isso que motiva. O Brasil já teve grandes tribunas no Congresso Nacional, hoje é um Congresso que frustra a expectativa dos eleitores. (BELINATI, 2010).

Em toda entrevista Belinati reconheceu que os radialistas têm mais vantagens em alcançar o sucesso eleitoral em relação aos demais candidatos. Entretanto, ele confessa que muitas vezes para conseguir um cargo representativo o

esforço é menor, e cita dois casos típicos de políticos na Assembleia paranaense. De acordo com ele, a maior parte dos deputados é eleita com o apoio de prefeitos e da máquina do governo: “o prefeito não quer saber se ele é bom tribuno ou não, quer saber se o deputado está cuidando dos interesses dele e do município”. (BELINATI, 2010). Outra forma de ingressar na política, de acordo com ele, é pertencer ao segmento religioso: “é a Igreja Universal que elege um deputado, Evangélica Quadrangular. São cadeiras que não entram em disputa porque o peso dessas igrejas é muito grande”. (BELINATI, 2010).

Belinati afirma que em toda sua carreira política nunca precisou de apoio de prefeitos e tão pouco fez parte de movimento sindical ou religioso para se eleger, mas diz que se o candidato não é conhecido pode precisar de uma base de apoio para obter a vitória nas urnas: “a Dilma não seria eleita vereadora em lugar nenhum do Brasil, virou presidente. Em grande parte pelo tal do ‘QI’. Quem indicou? O Lula.” (BELINATI, 2010). O radialista já foi convidado a participar de campanhas de muitos candidatos e credita algumas vitórias em Londrina ao seu apoio, mas em se tratando da sua própria eleição ele defende que sua política é totalmente voltada no relacionamento com o povo.

Por outro lado, o radialista diz que acredita ser um dos deputados que melhor interage com os colegas na Assembleia: “eu me relaciono bem desde o faxineiro ao presidente da ALEP.” (BELINATI, 2010). Ele revela que chega a ser procurado por deputados da oposição para aconselhar nas decisões. Esse tipo de atitude antigamente, segundo ele, era impossível: “já tive que voar em cima de um deputado porque outro apontou uma arma pra ele. Já tivemos casos assim por mais de um momento, arma, agressão física ou verbal”. (BELINATI, 2010). Para o locutor, o bom entrosamento dentro da Casa também é fundamental para a permanência na política, isto porque a força do deputado estadual é quase nula, então para se ter sucesso lá dentro o bom relacionamento é necessário, assim como as alianças políticas.

Ao contrário dos deputados federais que têm verba de orçamento, nós não podemos nada aqui. Tudo que envolve matéria financeira não pode apresentar um projeto. Se precisar de um hospital em Sarandi, eu posso até defender isso, mandar requerimento ao governador, mas não tenho a autonomia que tem o deputado federal de bater o martelo, e fica o governo obrigado a fazer. Tudo que envolve matéria financeira não é possível. Você pode sugerir, mas não pode determinar. Isso dificulta muito e tem gente que

tem dificuldade de entender. Então nosso papel, mais do que isso, é sugerir e fiscalizar o governo e também de votar o orçamento. (BELINATI, 2010).

Já que os deputados estaduais não têm recursos financeiros para realizar grandes obras para seus eleitores, a ajuda do radialista acaba sendo particular. Embora seja considerado um político populista, Belinati diz que hoje em dia é praticamente impossível fazer assistencialismo. De acordo com ele, antigamente, quando ainda existia verba de gabinete ficava mais fácil atender aos pedidos dos eleitores, hoje, ele garante que a procura em seu gabinete diminuiu: “o eleitor está se conscientizando que o candidato está amordaçado. Você dá uma dentadura para o eleitor, é crime eleitoral e você perde o mandato, perde direitos políticos”. (BELINATI, 2010). Para ele, com a atual legislação, qualquer ato pode custar o mandato do político, e até mesmo fora do período eleitoral as ações podem ser mal interpretadas:

Outro dia eu estava em uma lanchonete em Londrina, passaram dois andarilhos, que nem me conheciam e falaram que estavam com fome. Mandeí servir um lanche para eles e continuei tomando um café com um amigo meu. De repente chegou mais um andarilho, a mesma coisa. Depois parei para pensar: são andarilhos, não me conhecem, quase certeza que não têm título de eleitor, mas se tiver alguém da justiça eleitoral aqui vai me enquadrar dentro de abuso de poder econômico, dizer que eu estou comprando voto, e nem período de eleição é. (BELINATI, 2010).

Ele diz que recebia mais pedidos quando era prefeito, até porque sua base eleitoral está na região norte do Paraná e afirma que sempre deu muita atenção para todos que o procuravam. Em Londrina, ele abria o gabinete às cinco horas da manhã, as pessoas entravam e faziam as reclamações, pedidos, etc: “na minha cidade não tem um eleitor, um cidadão que tentou falar comigo e não conseguiu. Nem sempre é possível resolver os problemas, mas o respeito e a atenção têm que ter”. (BELINATI, 2010).

Durante todo o tempo em que foi político, Belinati nunca abandonou o trabalho no rádio, exceto em períodos eleitorais quando a legislação não permite a apresentação de candidatos nos meios de comunicação. Ele reconhece que nem todo radialista que tenta se eleger consegue, e para ele, isso ocorre por dois motivos: aqueles que são novos na política muitas vezes não conseguem entrar porque são poucas as cadeiras na Assembleia e em relação aos locutores que não conseguem se reeleger, Belinati tem sua teoria: “o povo enjoa da gente”. Segundo ele, a concorrência entre radialistas é muito grande e em determinado momento da

carreira os ouvintes podem cansar e procurar outros programas com nomes novos: “de repente surge outro com um programa melhor, mais moderno, que agrade mais, o povo já te põe na prateleira”. (BELINATI, 2010).

Para não correr esse risco o locutor diz que está sempre se reciclando e permitindo a participação dos ouvintes. Hoje em dia com o rádio e a televisão por satélite ele conta que recebe cartas e telefonemas de pessoas de todos os cantos do Brasil:

Eu me lembro de uma moça que me escreveu uma carta de Duque de Caxias no Maranhão e falou: “seu Belinati, minha mãe assiste o senhor todo dia na TV, ela falou que o senhor não deixa o almoço para janta.” Aí um dia fiz um comentário, falei que esse ano teria eleição e pedi a opinião das pessoas perguntando qual cargo eu deveria disputar. Acho até que eu infringi a lei eleitoral. Eu terminei o comentário me falaram que tinha telefone para mim: “aqui é o fulano de Olinda, estava assistindo o senhor e acho que o senhor deve ser candidato a senador”. (BELINATI, 2010).

Para o radialista sem a participação da população não existe programa, e essa interação, em parte, é responsável pelo sucesso do comunicador na política, mas depois que ele é eleito tem que mostrar trabalho, apresentar projetos para àqueles que o elegeram, mostrar que está fazendo algo pelos seus eleitores por mais que esses não sejam aprovados. Hoje em dia, de acordo com Belinati, ninguém se elege deputado estadual sem saber o que tem que ser feito, quem entra no cargo pela primeira vez tem diferentes meios de saber quais são as artimanhas da casa para sobreviver lá dentro: “mal o deputado entra aqui e já tem doutorado em experiência”. (BELINATI, 2010).

Analisando a entrevista é possível notar que Antonio Belinati reconhece em vários momentos que o rádio estreitou seu contato com público, lhe proporcionou visibilidade e popularidade. Pode-se associar algumas falas do radialista com a noção de capital social de Bourdieu, quando, por exemplo, ele se diz fazer parte da família ao entrar na casa do ouvinte todos os dias por meio de seu programa, bem como a preocupação de manter uma relação de respeito com o eleitor.

Todo o tempo que esteve na esfera pública, o radialista se preocupou em atender os eleitores, mesmo que fosse apenas para ouvir as reivindicações. Desta forma, Belinati fez essas pessoas acreditarem - seja verdade ou não - que ele sempre esteve presente e disposto a ajudar, por mais que realizar grandes obras muitas vezes não fosse possível. Além disso, é evidente que grande parte do capital político acumulado pelo radialista se deu nos seus mandatos como prefeito, onde o

poder de sancionar projetos cabia a ele, isto porque, segundo o locutor: “a força do deputado estadual é quase nula”. (BELINATI, 2010).

O capital político de Belinati é também reconhecido por ele – mesmo que sem citar o termo – quando revela que é constantemente procurado para apoiar outros candidatos, principalmente em Londrina, onde sua força política é maior. Isso demonstra que a confiança dos ouvintes se mantém apesar dos inúmeros processos que existem contra ele. Em 2009, por exemplo, quando ganhou as eleições para a prefeitura de Londrina, não pode assumir o cargo. Na ocasião houve um terceiro turno, e o candidato apoiado por ele, Homero Barbosa Neto, também radialista, venceu a eleição.

Diferente do capital político dos notáveis, definido por Bourdieu (2009), como uma acumulação contínua baseada na reputação do político, o capital acumulado pelo radialista é fruto de sua participação no rádio e sustentado pelo apoio de sua base popular, que apesar de uma reputação manchada por diferentes escândalos continua transmitindo confiança aos seus eleitores.

Desta forma, Belinati se mostra como o típico político personalista, cuja imagem é mais importante que sua atuação e ideologia. E também ao revelar que já foi algumas vezes convidado a mudar de partido político para puxar votos, confirma a ideia de que o sistema eleitoral brasileiro favorece o personalismo. Ao jogar dos dois lados, se relacionado bem com os colegas de profissão e com os ouvintes/eleitores, ele garante a acumulação contínua do capital social convertido, nos seus mandatos, em capital político, fundamental para dar continuidade a sua trajetória dentro do campo do poder.

#### 4.2.2 Carlos Xavier Simões: “o rádio me projetou 100%”

Carlos Xavier Simões<sup>29</sup>, assim como Antonio Belinati, nunca perdeu uma eleição para deputado estadual. Foi o radialista que mais vezes foi eleito para o cargo – no total, cinco mandatos durante o período analisado – e chegou a ser o deputado mais votado do Paraná. Entretanto, quando disputou a prefeitura de

---

<sup>29</sup> Como já foi citado, todos os radialistas responderam as mesmas perguntas, a diferença de tamanho das entrevistas é decorrente do material aproveitado que seria relevante para a pesquisa, bem como da objetividade de cada locutor em responder as perguntas.

Curitiba, em 1996, não obteve sucesso: conquistou 33% dos votos e foi derrotado no primeiro turno pelo candidato Cássio Taniguchi.

O locutor é de Pato Branco, cidade do interior do Paraná e começou sua carreira no rádio, na década de 1980, ao lado de Ratinho e Augusto Canário. Ele conta que não pensava em ser comunicador, mas surgiu o convite de trabalhar junto com os dois apresentadores, e isso o levou a entrar para a vida de radialista. O que no começo era uma brincadeira, com o tempo se tornou sua profissão. O programa que eles faziam é classificado pelo radialista como algo novo para época: “era popular, que o pessoal ligava no ar, reclamava. Vivíamos um momento bacana da democracia então nós crescemos no rádio”. (SIMÕES, 2010). Mais tarde, Simões recebeu um convite da Rádio Difusora, para fazer um programa na Praça Rui Barbosa – no centro de Curitiba – que recebeu o nome de “Cabine da Esperança”: “era um quiosque que tinha um estúdio de rádio, eu atendia a população, fazia apelos no ar, tinha muita reclamação, muita briga com prefeito”. (SIMÕES, 2010).

O radialista já apresentou programas no rádio e na televisão, no primeiro sempre optou por trabalhar em frequências AM, pois considera a FM muito padronizada: “o rádio AM tem uma ligação diferente com a população, é mais quente com o povo, você fala mais forte, grita, você se expressa de uma maneira mais natural, é mais simples e diversificada.” (SIMÕES, 2010). Para Simões, é importante que a notícia seja de interesse do povo e transmitida de forma simples, para facilitar a compreensão. Por muito tempo, o radialista foi líder de audiência, e seus programas, durante toda sua trajetória no meio de comunicação, sempre tiveram a estrutura da maioria dos apresentados pelos locutores políticos: prestação de serviço e variedades. Simões avalia que o “Cabine da Esperança”, foi o responsável por sua entrada na política: a consequência foi o assédio da população que começou a procurá-lo solicitando que ele se candidatasse.

O povo começou a nos assediar, procurar, escolhendo a gente como defensor deles, uma voz que eles não tinham. Naquela época as rádios eram muito fechadas, até porque nos anos 80, a televisão e os jornais eram muito distantes da população. Não existiam esses comunicadores simples como nós. Embora já estivesse formado em direito eu era o único radialista de Curitiba que tinha nível superior. Nós rompemos esse silêncio. Daí nasceu a questão política. Tanto eu como do Ratinho. Fomos vereador juntos, depois eu deputado estadual, ele federal. (SIMÕES, 2010).

Simões diz que foi o trabalho no rádio o responsável pela confiança que os ouvintes/eleitores depositaram nele, por isso surgiram os apelos para ocupar cargos

públicos: “criamos um elo com os ouvintes. O rádio permite acesso, a política nem sempre. O político vai ao gabinete às três horas da tarde, nem sempre você acha ele. No rádio você liga e ele está lá, a pessoa sente que você está na casa dela.” (SIMÕES, 2010). O locutor reconhece que o meio de comunicação foi a principal causa de seu sucesso eleitoral: “o rádio influenciou totalmente minha eleição. Eu fazia campanha sem dinheiro. Saia na vila, até hoje, onde paro as pessoas me conhecem sabem o meu trejeito, elas se identificam, pelo menos parcela da população”. (SIMÕES, 2010). Desta forma, não fosse pelo trabalho como radialista, Simões reconhece que não teria chegado ao auge político:

Eu não era conhecido, era uma pessoa do interior, filho de agricultores colonos, trabalhava na roça. Cheguei em Curitiba sem dinheiro, sem pai, sem mãe, pagando faculdade, como vou ser deputado? Foi o rádio que me projetou 100%. As pessoas negam isso, mas não tem como negar. (SIMÕES, 2010).

O radialista começou a carreira política no PMDB, em 1988, quando foi eleito vereador em Curitiba. No decorrer da sua trajetória mudou de partido cinco vezes. Passou pelo PFL, PDT, PSDB – quando disputou a prefeitura – e hoje é filiado ao PR. Para ele, é comum os radialistas serem convidados a entrar nos partidos, pois estão sempre entre os deputados mais votados, e também, é natural que eles aceitem por conveniências políticas de acordo com os cargos pretendidos.

Carlos Simões diz que a primeira vez que se elegeu deputado estadual, imaginava que seria muito fácil fazer política na ALEP, pois já tinha um pouco de experiência da Câmara de Vereadores, mas quando chegou à Assembleia se deparou com uma realidade totalmente oposta, o que, para ele foi uma decepção: “eu achei que chegava lá e com minha expressão ia propor um projeto e que as coisas iam andar e mudar. Não é assim, não muda. Depois com o tempo você vai se acostumando”. (SIMÕES, 2010).

Para o locutor, o maior problema que o deputado estadual enfrenta é a falta de verba e os vetos do Executivo: “deputado, senador não faz nada, você acompanha, vota os projetos, propõe um monte de ideias, que na verdade não serão colocadas em prática”. (SIMÕES, 2010). Segundo o radialista, a solução para conquistar espaço dentro da ALEP é manter uma boa relação com governador, caso contrário nenhum projeto caminha.

Você não consegue fazer nada, o Executivo veta. O pessoal vai para Brasília, para Assembleia com ideias magníficas, mas é uma dificuldade enorme aprovar. Aí quando você aprova vai para sanção do Executivo, que, normalmente veta, mesmo que seja legal. Ele [o Executivo] não aprova porque quer fazer a mídia dele, não quer a minha ideia, quer a ideia dele. Em Brasília, quem tem uma ideia em prática? Zero! Só o Lula. (SIMÕES, 2010).

Além disso, Simões confessa que o voto dos deputados é sempre de acordo com a vontade do governador. Para o radialista está cada dia mais complicado fazer política no Brasil, se não for cargo Executivo, o político não tem meios para realizar grandes mudanças sociais: “quem mexe com o dinheiro é o Executivo, ele não permite que você tenha ideias. Ele pega sua ideia e coloca na mídia dele. Legislativo é onde a imprensa fala mal”. (SIMÕES, 2010). O ex-deputado, que nunca fez parte da mesa diretora da ALEP, participou da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também foi líder da bancada do PTB na Assembleia: “na mesa nunca quis participar, não tinha tempo e nunca me propus. Acho uma coisa muito enfadonha. Você não vai mudar nada”. (SIMÕES, 2010).

Frente à morosidade do Legislativo, Carlos Simões afirma que os deputados radialistas são assistencialistas, já que esse é o único meio de atender aos pedidos dos ouvintes. O locutor reconhece que por onde ele passa - na rua, rádio ou Assembleia - recebe solicitações de ajuda, e diz que, quando pode, colabora. O radialista conta que tinha um estúdio avançado de rádio, e comprou um andar no mesmo prédio para fazer “A Casa do Povo”.<sup>30</sup> As necessidades dos eleitores variavam de bens materiais como óculos, dentaduras, cadeiras de rodas, até pagar conta de água e luz, pedidos de doação de sangue e ajuda para fazer mudanças: “como o Lula elegeu a Dilma? Com o povão! Dando luz, água, comida, vale gás. É a realidade. Como você vai votar na Dilma se você nunca a viu? Feia, ‘braba’ e mal humorada”. (SIMÕES, 2010).

Como toda experiência que teve dentro da Assembleia Legislativa, Carlos Simões diz que o mais importante é manter o contato com os ouvintes, mas considera seu entrosamento com os parlamentares “ótimo”. Ele nunca se afastou do rádio enquanto foi político: “dentro da ALEP é pouca gente, sou eu e mais 53. É

---

<sup>30</sup> A “Casa do Povo” foi fechada pela Polícia Federal (PF) em 2006. Junto com o irmão, o então deputado federal Íris Simões, que também é radialista, ele foi acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Ambos utilizaram o programa de televisão para promover suas candidaturas e fizeram doações de fraldas, cadeiras de roda, remédios, etc. para a população. Para receberem os presentes as pessoas tinham que apresentar o título de eleitor. (LIMA, reportagem do jornal Gazeta do Povo, 2008).

restrito. Aqui fora não, é um universo”. (SIMÕES, 2010). Tanto, que ele diz acreditar que conseguiu atender na medida do possível as expectativas dos eleitores: “o povo é pobre. Se você for para periferia você vê. Nós temos a visão que Curitiba é magnífica. Vai lá para o Cajuru, Sítio Cercado, são 300 mil pessoas, 300 mil problemas”. (SIMÕES, 2010). Por isso que, segundo ele, não adianta apenas ser radialista para ter sucesso no campo político, tem que mostrar interesse, fazer algo pelas pessoas que o elegeram:

Falta mais sinceridade, e autenticidade para os políticos radialistas. Não se conquista o povo de maneira fácil. Pessoa simples é desconfiada, prevenida. Não é só chegar e tomar conta da família dela. Tem que ter habilidade, se não todos seriam eleitos. Tem gente que me adora que tem fotos minhas em casa, no quarto, desde o começo. Fãs, ouvintes, amigos, pessoas que se comovem com a maneira de você falar. (SIMÕES, 2010).

Em 2009, Carlos Simões teve seu mandato cassado definitivamente pelo TRE – PR, e na última eleição, em 2010, não disputou nenhum cargo, até porque não se enquadrava nas exigências da Lei Ficha Limpa. Para o futuro político ele diz que pretende algo maior: em 2012 quer sair candidato a prefeito de Curitiba. Para ele, a política ficou muito cara e complicada, mas o radialista não se diz desiludido e acredita que tem a solução para conseguir atender às necessidades da população: “só ser prefeito e ser governador vale a pena. Você vai mudar as coisas, é você que define, que manda. O Executivo faz o que ele quer dentro de um padrão legal”. (SIMÕES, 2010).

Carlos Simões reconheceu, do mesmo modo que Antonio Belinati, a importância do rádio na sua projeção e trajetória política. Entretanto, para Simões, concorrer às eleições partiu do desejo dos ouvintes. O programa do locutor<sup>31</sup> é descrito por ele próprio como polêmico, e com constantes brigas com prefeitos e governadores, principalmente antes do comunicador entrar no campo político. Desta forma, Simões tentava mostrar aos seus ouvintes que tinha fôlego para enfrentar os governantes, mesmo que afirme que não pensava em concorrer a cargos representativos. Ao reivindicar pelos direitos da população construiu uma relação de confiança que lhe foi confirmada com sucessivas vitórias nos pleitos disputados.

---

<sup>31</sup> Não foram analisados, para este trabalho, os programas apresentados pelos radialistas. Isto porque o gênero, com exceção de Renato Gaúcho, é o mesmo em todos os casos. O programa mostraria de que forma o locutor se relaciona com o ouvinte para criar a confiança e favorecer, na hora da eleição, o personalismo. Entretanto, sustentamos essa análise com base na produção bibliográfica já existente sobre o assunto que sempre chega à mesma conclusão: programa de prestação de serviço gera confiança que se concretiza em voto.

O capital social, evidentemente acumulado por ele no rádio, se mostrou frágil dentro da Assembleia Legislativa. Isso é perceptível quando Simões diz que pensou que chegaria à ALEP e, com sua popularidade conseguiria provocar transformações sociais. Com o tempo, e experiência dentro da Casa, ele percebeu que só com o voto dos ouvintes não chegaria muito longe, por isso mudou o discurso e a forma de agir na Assembleia.

Simões conseguiu estender a confiança dos eleitores também para os parlamentares. Envolveu-se no jogo político, participou da CCJ e foi líder do PTB na ALEP, ou seja, era responsável pelas decisões e falava em nome dos filiados. A acumulação de capital político somada ao seu permanente capital social lhe conferiu um convite para disputar a prefeitura de Curitiba, logo após ter feito mais de 90 mil votos como deputado estadual. Embora tenha sido derrotado no primeiro turno, obrigou a coligação<sup>32</sup> de Cássio Taniguchi, seu adversário, a escolher o radialista Algaci Túlio como vice-prefeito para disputar de forma balanceada os votos de ouvintes.

Fora isso, reportagem do jornal Gazeta do Povo<sup>33</sup>, revelou que em 2008, três grandes partidos disputaram o apoio do radialista na eleição para prefeitura de Curitiba, o PMDB, o PT e o PSDB. Isso mostra que mesmo com todos os escândalos envolvendo seu nome, como as denúncias feitas pelo MP, Carlos Simões continua dando continuidade a sua trajetória política. Apesar do seu número de votos ter se reduzido significativamente de 1994 para 2006, o radialista pretende encarar mais uma eleição para prefeito.

Vale destacar, que diferente de Jocelito Canto, e Antonio Belinati que conseguiram se eleger para o Executivo municipal, em Ponta Grossa e Londrina, respectivamente, Carlos Simões enfrenta grande concorrência em Curitiba, onde a quantidade de rádios e de ouvintes/eleitores é maior que nas cidades do interior.

#### 4.2.3 Jocelito Canto: “sou o deputado que mais compra cadeira de rodas”

---

<sup>32</sup> Esse fato foi narrado por Algaci Túlio na entrevista realizada para este trabalho.

<sup>33</sup> LIMA, C.C. Reportagem do jornal Gazeta do Povo, 2008.

Jocelito Canto foi o último radialista entrevistado que nunca perdeu uma eleição para deputado estadual. Gaúcho, de Passo Fundo, ele veio ao Paraná conhecer o pai, que morava em Ponta Grossa, além disso, havia sido convidado para seguir carreira de radialista em uma emissora paranaense.

O locutor revela que desde cedo desejou trabalhar no meio de comunicação: “meu sonho sempre foi ser radialista. Quando eu era pequeno trepava nas árvores para transmitir os jogos de futebol”. (CANTO, 2011). O começo de sua carreira, ainda no Rio Grande do Sul, foi como operador de rádio de uma emissora em Três Passos. Como a cidade era pequena, os programas seguiam uma linha conservadora e por isso não apareciam muitas oportunidades para o locutor: “só podia trabalhar na rádio quem tinha voz grande, bonita, e a minha sempre foi desse ‘tamaninho’ (*sic*), de taquara rachada, quando eu comecei até lavava o carro da rádio.” (CANTO, 2010). Depois de um tempo, Canto conseguiu ser apresentador de um programa que era transmitido aos finais de semana, até que um dia durante a narração de um jogo de futebol, recebeu uma proposta de um locutor que estava ouvindo a transmissão, para ir apresentar um programa na rádio que ele estava montando no Paraná.

No início de sua trajetória no rádio, o locutor optou pelo gênero esportivo: foi comentarista e locutor. Entretanto, quando mudou para o Paraná e se estabeleceu em uma rádio pequena, foi obrigado a fazer também outros tipos de programas. Canto diz que além da vontade de conhecer seu pai, o que o motivou a mudar-se foi o conselho de seu mentor no rádio, Marcos Junior: “ele sempre me disse ‘quando puder trocar de rádio, troque, porque você vai conhecer novas pessoas, novos costumes, vai aprender e evoluir muito’”. (CANTO, 2010). Já no Paraná, o radialista passou por várias cidades até se fixar em Ponta Grossa e, segundo ele, foi essa experiência, adquirida em diferentes emissoras, que o ajudou a desenvolver e aperfeiçoar seu lado jornalístico. Com isso as notícias do dia a dia ganharam mais espaço em seu programa e o esporte foi deixado para segundo plano.

Eu passei a fazer jornalismo social, de atender as pessoas, fazer denúncias: o rádio como ele deve ser feito. Aí eu cresci muito. Especializei-me no jornalismo, fiquei muito forte, trabalhei com bons profissionais. Quando cheguei a Ponta Grossa, eu vim cheio de boas ideias, encontrei uma cidade totalmente conservadora, os radialistas todos superados, antigos. Coloquei meu estilo, tive uma oportunidade boa numa rádio e explodi. Tanto é que, dois anos depois, fui deputado. Eu era o radialista mais ouvido em Ponta Grossa. Estávamos fazendo um rádio polêmico lá, na rua, conversando com

o povo, discutindo, debatendo, brigando. Eu sempre fui um radialista polêmico. (CANTO, 2010).

Na fala do locutor pode-se perceber que ele chama de jornalismo social o programa de prestação de serviços com ampla participação popular, assim como os dois comunicadores já apresentados: “radialista que não faz programa social não se elege, só se elegem os polêmicos”. (CANTO, 2010). A carreira política, segundo ele, foi uma consequência desse trabalho social no rádio. Canto diz que sempre gostou de política, e em algumas rádios nas quais trabalhou teve a oportunidade de ajudar em campanhas e ficar por dentro dos bastidores: “sempre estive envolvido com a política. Ou distribuindo santinho quando menino ou preparando campanhas”. Tanto que, quando morava em Ubatuba – cidade do centro-oeste do Paraná, com distância aproximada de 560 quilômetros da capital – recusou um convite para sair candidato a vereador. Entretanto, em Ponta Grossa, Canto diz que viu “de perto o sofrimento das pessoas, e as dificuldades que elas passavam para conseguir as coisas”, (CANTO, 2010) e resolveu se candidatar.

Um dia eu estava bravo e falei: “essa cidade não tem representante, acho que vou ser candidato a deputado”, brinquei. “Vou ser candidato a deputado para acabar com essa folia, esse sofrimento do povo”. Aí o povo começou a gritar “você tem que ser Jocelito”. Um dia bateram uma pesquisa lá e eu estava nas cabeças. Me animei para ser candidato a deputado e foi onde começou. Eu fiz uma campanha muito bonita de deputado, muito simples, ganhei, e logo em seguida eu fui prefeito. (CANTO, 2010).

Jocelito Canto foi eleito a primeira vez para um cargo político em 1994, quando ingressou na ALEP. Em 1996 deixou a Assembleia para disputar a prefeitura de Ponta Grossa para a qual se elegeu. Em 2000 perdeu a reeleição de prefeito, e em 2002, retornou ao legislativo estadual onde ficou até 2010. Nesse tempo, Canto tentou novamente a prefeitura de Ponta Grossa, em 2008, mas sem êxito. Porém, em todas as oportunidades que concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa saiu vitorioso. O radialista trocou de partido quatro vezes ao longo de sua trajetória política. Começou no PSC como deputado, sendo o único eleito pelo partido na ocasião. Depois, para concorrer à prefeitura filiou-se ao PSDB, pois precisava de mais tempo no horário político gratuito. Quando voltou à ALEP, em 2002, estava no PRP e no pleito seguinte, em 2006 disputou pelo PTB: “todas as vezes que mudei de partido foi por conveniência, são momentos políticos, tem que aceitar.” (CANTO, 2010).

Jocelito Canto credita toda sua carreira política ao rádio, pois, segundo ele, o meio de comunicação é capaz de transformar pessoas desconhecidas - como no seu caso - em um radialista em que os ouvintes confiem, por meio do contato diário. Desta forma, cria-se uma empatia com as pessoas, pelo fato do radialista brigar e lutar, ou seja, ceder sua imagem, para buscar a solução dos problemas das comunidades e vice-versa. Para ele os ouvintes são seus principais cabos eleitorais, que defendem e apoiam sua candidatura: “a dona Maria que me escuta desde 1991, quando eu cheguei a Ponta Grossa, começou a gostar de mim e pensou ‘esse radialista é novo, fala a verdade, vou ficar com ele’. Pronto! No momento em que eu me candidatar ela vai votar em mim”. (CANTO, 2010).

Durante todo o tempo em que ocupou cargos públicos, Canto nunca deixou de apresentar seu programa no rádio. Segundo ele a campanha mais importante é a realizada todos os dias por meio do veículo. Para tanto, o radialista nunca mudou de Ponta Grossa, vai todos os dias a Curitiba, para a Assembleia, e volta no final da tarde. Ele diz acreditar que foi por isso que conseguiu todas as vitórias eleitorais nos pleitos que concorreu a deputado estadual.

Quando ingressou na Assembleia pela primeira vez, o radialista diz que não teve grandes dificuldades para se adaptar: “a gente tem muita facilidade, muita experiência, já passei por tantas rádios. Rapidamente me ambientei. O rádio é na verdade uma escola pública”. (CANTO, 2010). No começo, ele conta que tinha muita vontade de ajudar seus eleitores, era disposto a brigar com os parlamentares para conseguir o que queria, mas com o tempo, ganhou experiência e, viu que não era esse o caminho: diminuiu o ritmo e aprendeu a lidar com os deputados dentro da ALEP. Apesar disso, ele diz que sempre atendeu seus eleitores quando foi procurado: “apliquei muitos recursos que eu ganhei aqui ajudando pessoas. Todo mundo pensa que deputado é rico, eu não sou rico”. (CANTO, 2010). O radialista revela que muitas vezes o fato dele ser deputado não exerce influência, e que em alguns momentos teve que pagar com seu dinheiro os atendimentos.

Certa vez eu não consegui arrumar uma UTI para um gurizinho que estava morrendo em Ponta Grossa. Rapidamente eu vim para Curitiba, consegui dar um cheque de calção para colocar o guri numa UTI aqui no Hospital Vitta. O Guri estava numa favela, pobrezinho. Me custou 17 mil a internação, eu terminei de pagar este mês. O gurizinho certamente teria morrido se eu não tivesse feito aquilo. Outro exemplo: logo que eu ganhei a primeira eleição uma senhora me ligou na rádio e eu atendi o telefone no ar. A filha e o genro tinham morrido em um acidente em Cascavel, e ela

estava indo para lá. O vizinho que tinha um carro velho ia levar, porque a outra filha dessa senhora, que estava junto no carro, estava na UTI. Ela estava com medo que não atendessem bem a filha. Aí ela disse: “eu pensei comigo, poxa, se eu vou para Cascavel, era importante eu levar um cartãozinho seu de deputado, para eu mostrar no hospital e dizer que quem me mandou foi o deputado Jocelito”. Aí eu falei pra ela: “não, eu não vou lhe dar um cartãozinho”. E ela começou a brigar comigo: “mas como, eu sou sua eleitora, votei no senhor, confio no senhor, e o senhor não quer me dar um cartãozinho?” Aí eu falei: “não, eu não vou dar o cartão, eu vou junto com a senhora, eu vou deixar de fazer o programa aqui, vou pegar a senhora com o carro da Assembleia, que é do povo para levar a senhora em Cascavel”. A mulher não acreditou, e em dez minutos eu estava ali na casa dela, levei a Cascavel, resolvi a situação e voltei. Então o rádio me ajuda a ser o que eu sou. O rádio consolidou o meu mandato e eu não abandonei o rádio. (CANTO, 2010).

A ajuda que Jocelito oferece aos ouvintes e eleitores, segundo ele, é mais por fora da Assembleia. Desde antes de se eleger, o locutor mantém um programa chamado “Garagem da Esperança”, que virou uma instituição homônima em Ponta Grossa. É nesse espaço que ele recebe a população - mais que na Assembleia - pois como a sua base eleitoral está lá, ele prioriza o atendimento na cidade.

Para o radialista aprovar um projeto é muito difícil, pois as comissões são rigorosas e a verba é curta: “eu tenho projetos aprovados, mas nunca é aquilo que se espera”. (CANTO, 2010). Ele acredita que o papel real do deputado é fiscalizar o executivo, mas essa função permanece apenas na teoria: “fica de exemplo o escândalo da Assembleia: nunca ninguém fiscalizou nada aqui dentro”. (CANTO, 2010). Desta forma, como parlamentar, a maior ajuda que ele diz que pode oferecer ao povo é a de discutir e debater em nome deles, mesmo que não consiga grandes mudanças: “eu sou o único deputado aqui que não faltou em nenhuma sessão, nos quatro anos deste mandato e do passado. Eu sou o único do Paraná, e acho que do Brasil, que não faltou um dia em sessão”. (CANTO, 2010).

Por mais que Jocelito Canto discorde, durante a entrevista fica claro que ele é um deputado assistencialista. Segundo ele, essa prática é realizada por políticos populistas, o que de acordo com ele, não é o seu caso, pois o político populista tira proveito da sua posição: ajuda e pede algo em troca – o voto – e isso ele diz que não faz.

Sou o deputado que mais compra cadeira de rodas aqui, mas eu nunca me preocupei em documentar isso. Tem deputado que escreve atrás da cadeira de rodas “doação do deputado fulano”. Eu nunca deixei fazer. Isso é o princípio da demagogia. Eu sempre ajudo. Eu não sou daquela teoria que tem que ensinar a pescar. Eu sou da teoria que tem que fazer. Eu sempre penso “poxa, será que aquela criança vai pegar o dinheiro e fazer uso certo?” Na dúvida, sempre dou. A questão do assistencialismo depende de como você faz. Tem o cara que é popular e tem cara que é populista. O

popular é o que nasce simples. Ele não muda, ele pode melhorar um pouco de vida, mas mantém sua origem. Ele não consegue mudar! Esse sou eu. O populista é o malandro, é o cara que nunca fez nada e passa a fazer a partir do momento que ele quer ganhar algo em troca. (CANTO, 2010).

Na ALEP, Canto nunca participou da mesa diretora, mas faz parte da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cargo que conseguiu por manter uma boa relação com os demais parlamentares. De acordo com o locutor, é necessário ser bem visto dentro da Casa e saber o que deve ser feito. Ele diz que todo político tem um limite de verbas que pode ser usado lá dentro, todos os parlamentares retiram o dinheiro que é permitido, inclusive ele: “entrou para política é assim mesmo, por mais que você tenha princípios você acaba aderindo... a política é assim, tem que entrar no jogo”. (CANTO, 2010).

Em maio de 2010, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei da Ficha Limpa, Jocelito Canto anunciou o fim de sua carreira política. O radialista que tem mais de 30 ações<sup>34</sup> em andamento contra ele optou por não concorrer à eleição naquele ano, provavelmente para evitar uma possível impugnação. Ele disse que já que a lei é apoiada pelo povo não fazia sentido ele continuar sua trajetória política.

Na entrevista com o radialista também fica evidente o papel do rádio na sua trajetória política: reconhecimento e projeção. Para ele, o fato de ter concorrido a cargos representativos foi para cumprir a função que a classe política ignorava: resolver os problemas da sociedade. Mas é possível perceber que pouco o radialista fez para ajudar o coletivo, pois a maioria da assistência que realizou foi em casos individuais, por mais que tentasse socorrer todos que lhe procuravam o locutor não conseguiu focar nas necessidades gerais de seus eleitores.

Jocelito também percebeu, assim como Simões, que a Assembleia não seguia a mesma lógica do rádio, e que não poderia fazer do plenário uma extensão de seu programa. Desta forma, optou por praticar o assistencialismo para manter o voto de seus eleitores. E, embora tenha perdido duas eleições para prefeito de Ponta Grossa, seus votos aumentaram continuamente nas legislaturas em que ganhou como deputado. Embora no começo o radialista tenha apresentado dificuldades em se posicionar dentro do campo político, aprendeu com a experiência a jogar dos dois lados: manteve o bom relacionamento com os parlamentares, tanto que foi membro da CCJ e continuou mantendo o contato com seus ouvintes por

---

<sup>34</sup> RIBEIRO, Adriano. Reportagem do jornal Gazeta do Povo, 2010.

práticas assistencialistas, estas mais a causa de sua eleição do que a sua atuação parlamentar.

Os três radialistas apresentados até então – Antonio Belinati, Carlos Xavier Simões e Jocelito Canto – nunca perderam uma eleição para deputado estadual. Dentre eles, dois conseguiram se eleger prefeito em cidades do interior, e Simões perdeu a eleição para o Executivo em Curitiba. Vale lembrar também que Belinati, Simões e Canto se enquadram na lei da Ficha Suja, entre as acusações se encontra o assistencialismo por meio da distribuição de bens para os eleitores.

A seguir, serão analisadas as entrevistas dos locutores que se enquadram na segunda categoria: os radialistas que em algum momento da carreira política não conseguiram se eleger para o Legislativo estadual.

#### 4.2.4 Algaci Túlio: “já me pediram até para arrumar casamento”

Algaci Túlio é o único deputado entrevistado que nasceu na região metropolitana de Curitiba. Embora já tenha perdido duas eleições para deputado estadual no período analisado – 2002 e 2006 – nunca se afastou da política e do rádio. Além disso, Túlio já trabalhou em jornais e televisão, o que lhe rendeu o título de jornalista por direito. O comunicador tem mais de 50 anos de profissão apesar de não ter cursado Comunicação Social.

Quando mudou de Rio Branco do Sul para Curitiba, com dez anos de idade, Algaci Túlio já pensava em trabalhar no rádio. Ele relembra que todo dia ia à bodega da família ouvir as informações no veículo e quando tinha jogo de futebol na cidade, ia ao campo e usava pedaços de tronco para simular um microfone e fingir que era o narrador. Todo domingo seu pai ligava o rádio para as pessoas acompanharem a programação, pois na época poucos tinham um aparelho em casa. Segundo ele, a paixão pelo meio de comunicação e a vontade de ser locutor, que começou ainda quando criança, se concretizou com quinze anos, quando se tornou auxiliar esportivo. Na área do esporte Túlio também foi repórter de campo e, mais tarde, narrador de futebol.

Em 1968, quando entrou na Rádio Clube Paranaense, Algaci Túlio começou a fazer jornalismo policial junto com o radialista Artur de Souza no programa “Revista Matinal”: “na época era o que seria hoje o ‘Jornal Nacional’. Eu virei o repórter

policia de [Artur de Souza] e depois mais tarde acabei assumindo o programa quando ele se aposentou. Fui tocando por minha conta mesmo”. (TÚLIO, 2010).

O locutor conta que durante 25 anos foi líder de audiência em Curitiba, no horário em que apresentava o programa. Túlio, que sempre trabalhou em emissoras AM, diz que antigamente era muito difícil fazer rádio, pois não existia celular nem internet, o repórter tinha que buscar a notícia no local: “naquela época você tinha que acompanhar a polícia, às vezes chegar antes que a polícia, enfrentar os tiros, as ameaças”. (TÚLIO, 2010).

O convite para entrar na carreira pública foi uma consequência de seu trabalho no rádio. O radialista diz que nunca teve interesse pela política e, que a sua vontade era continuar no seu papel de apresentador: “eu sou amante da minha função de radialista, é minha cachaça”. (TÚLIO, 2010). Mas, quando trabalhava na Rádio Independência, o então deputado estadual Erondy Silvério o convidou para disputar uma eleição:

Ele [Erondy Silvério] via na portaria da rádio dezenas de pessoas aguardando para que eu atendesse, pedindo tudo quanto é coisa. A gente virava o salvador da pátria. Ele dizia assim: “Pô, Algaci Túlio como é que você vai aguentar com o salário de radialista atender essa gente? Um vem pedir cadeira de rodas, outro vem pedir perna mecânica, outro bolsa de estudo, óculos, dinheiro para pagar luz, gás”. Ele insistiu muito até que eu falei: “olha, eu não tenho nenhuma vontade de atuar politicamente, mas se você acha que eu tenho esse potencial, tudo bem”. Ele não teve a menor dúvida, em 1981 me lançou como candidato a vereador no antigo PDS. Eu fui eleito em 1982 com a maior votação proporcional ao número de eleitores até hoje. O rádio foi tudo na minha eleição, eu não tinha conhecimento político, foi o rádio que me levou para a Câmara de Vereadores. (TÚLIO, 2010).

Durante a carreira política Túlio mudou de partido seis vezes, mas no período que esteve na Assembleia Legislativa migrou apenas uma vez: do PDT para o PTB. O radialista diz que entrou no PDT porque o partido precisava lançar um candidato para prefeito de Curitiba, já que Jaime Lerner disputaria a prefeitura do Rio de Janeiro. Algaci Túlio começou a campanha e quando faltavam quinze dias para as eleições transferiram o título de Lerner para o Paraná e ele concorreu no lugar do radialista:

Eu virei vice do Lerner e em 12 dias a gente deu aquela revirada na cidade, foi a famosa “campanha dos 12 dias”. Eu fui o instrumento que deu essa oportunidade para que o Jaime Lerner pudesse voltar para a política. Fui eu quem carregou ele pelas ruas para que ele ganhasse um pouco de

popularidade, porque até então o Jaime tinha sido prefeito por duas ocasiões, mas nomeado pelo governo da ditadura. Mais tarde, na campanha do Cássio Tanigushi eu fui chamado pra ser vice porque ele ia enfrentar um candidato radialista, o Carlos Simões, dono de bom ibope também. Fui chamado para poder contrabalançar o lado técnico do Cássio com o meu popular, para poder dividir os votos com Carlos Simões. Nós ganhamos as eleições também no primeiro turno. (TÚLIO, 2010).

Na fala de Algaci fica claro o quanto os radialistas são cogitados pelos partidos políticos para ganhar votos. Ele nunca teve a oportunidade de disputar um cargo para o Executivo - embora já tenha assumido por 29 vezes o cargo de prefeito em exercício - mas foi convidado duas vezes para ser vice por ter um dos programas radiofônicos de maior audiência em Curitiba. Quanto às trocas de partido, ele justifica como sendo “consequências do grupo”, segundo ele, se quiser sobreviver na política tem que acompanhar a base de apoio dentro dela.

Túlio acredita que só é possível um radialista ter sucesso dentro da política se conseguir conciliar a carreira no rádio com o cargo que exerce. Além disso, ele revela que é fundamental ter uma equipe técnica por trás, com conhecimento político, que seja preparada para atuar politicamente e entenda de legislação, para ajudar a fazer projetos e reparar leis. A falta desse apoio faz com que muitos radialistas não se reelejam, porque acham que só a popularidade do rádio vai mantê-lo no cargo ou, também, porque abandonam o programa e começam a viver só da política. Algaci diz que sempre manteve sua base de apoio, tanto eleitoral quanto na Assembleia:

A gente continuou fazendo o trabalho normal no rádio, não mudou nada, o que contribuiu muito foi o fato de que eu não fiquei apenas sentado na cadeira de radialista ou de deputado achando que só falando no rádio eu iria me manter na política. Quem fez isso se ferrou. Vários radialistas que se elegeram com boa votação foram eleitos uma vez só. Começaram a abandonar o rádio. Eu não. Tem que aliar o rádio, ligar ele com a questão política, atuar politicamente. (TÚLIO, 2010).

Algaci, que está na política desde 1982, assume que a forma de atuar dentro da esfera pública mudou desde a primeira vez em que foi eleito até os dias atuais. Ele confessa que já teve muitos problemas na Câmara Municipal por levar para as sessões da tarde as reclamações que os ouvintes faziam em seu programa. Túlio diz que criticava muito a polícia e que mais de uma vez chegou ao “desforço físico” com outros colegas vereadores por dizer o que pensava. Entretanto, a experiência na Câmara serviu de aprendizado, pois quando chegou à Assembleia já conhecia

como funcionava, sabia o que podia ou não ser dito e focou seu trabalho em questões ligadas ao meio ambiente, saúde e educação.

Segundo ele, mudam os políticos e as formas que eles agem dentro da política, mas a regra do jogo se mantém a mesma: “sempre prevalecem os interesses partidários, os interesses de bancadas, você nem sempre consegue ser você sozinho dentro de um partido, você tem que fazer o jogo deles”. (TÚLIO, 2010). Para o radialista sem o apoio do partido não tem como se manter no cargo:

O político individualmente não vai chegar a lugar nenhum, é muito difícil, ele vai sobreviver pouco. Ele tem que se adaptar a regra do partido. Lamentavelmente, hoje os partidos têm pouco valor, porque já não seguem o que diz o estatuto, mas ainda existe uma diretriz de um líder de um partido, de uma bancada. Ele vai dizer: “tem que votar dessa maneira”, às vezes é mais interesse político partidário do que de dizer que o projeto realmente não é bom para cidade. Tem que fazer o jogo da oposição. (TÚLIO, 2010).

Na entrevista com o locutor é possível perceber que ele manteve suas raízes no rádio, não abandonou os ouvintes, e que sempre optou pela obediência partidária. Na política, segundo ele, mais importante do que fazer leis para apresentar à população é seguir o interesse de seu grupo dentro da ALEP: “o político acaba indo contra sua própria consciência, em vez dele ter vontade individual, votar de uma maneira em determinado projeto, acaba violentando sua consciência porque o partido quer que ele vote daquela forma”. (TÚLIO, 2010).

Algaci Túlio acredita que deixou de ter sucesso dentro da ALEP a partir do momento que rompeu com o grupo de Jaime Lerner. Ele conta que era contra a privatização da Copel e quando percebeu que Lerner estava apoiando a causa se aliou ao grupo adversário. A partir do momento que abandonou aqueles que sempre o ajudaram a se eleger, ele perdeu a liderança de votos em mais de quinze municípios paranaenses nos quais costumava ser o deputado mais votado. No entanto, ele garante que não se arrepende: “conseguimos segurar a Copel como patrimônio do povo do Paraná. Só isso valeria meus 20 e tantos anos de carreira política”. (TÚLIO, 2010).

Além da perda do apoio partidário, Túlio diz que na época em que rompeu com Lerner, estavam chegando à política novos radialistas, mais jovens, com ideias diferentes e, também, políticos de outros segmentos, como, por exemplo, o religioso.

Segundo ele, esses candidatos tinham mais dinheiro e estavam dispostos a gastar milhões para se eleger deputado estadual, o que deixou a disputa desigual.

No meu segmento, que é o do rádio, a cebola foi dividida entre 20, 30 radialistas. Como eu não tinha também um segmento evangélico, sindical ou coisa parecida, tive que buscar o voto pingado que custa caro e não dá o resultado que você espera. Quando eu perdi a eleição em 2002, eu achava que não ia perder, mas foi justamente em função do resultado da nossa briga para defender a Copel. Eu achei que o povo ia entender aquilo e infelizmente não entendeu. Achou que a Copel é do governo e não dele. Tinha gente que falava: “como é que a Copel é minha se eu tenho que pagar luz?”. (TÚLIO, 2010).

O radialista reconhece também que o assistencialismo é muito grande dentro da profissão: “não tem como deixar de ajudar quem vai ao rádio, aqueles que fazem filas no gabinete. Já me pediram até para eu arrumar casamento. Quando o ouvinte é fã, o radialista para ele é um deus, é o cara que ele acha que vai resolver todos os seus problemas”. (TÚLIO, 2010). Para o locutor, é impossível não existir assistencialismo em um país com tanta desigualdade social como o Brasil, pois as pessoas são muito pobres e veem na figura do comunicador, que elas ajudaram a eleger, e que agora as representam na esfera pública, a última esperança para solucionar seus problemas. Ele diz que é ruim para a política a prática assistencialista, mas esta é a consequência da diferença de renda, e é o que mais acontece nos gabinetes políticos. Segundo ele, o político deixa de fazer o seu papel de legislador para resolver problemas individuais, e a função real, para qual ele foi eleito, acaba em segundo plano.

Você tem que ser um misto de legislador e, às vezes, até muito mais, um pai. O cara que vai resolver. O cidadão chega ao seu gabinete e fala: “o senhor é minha última esperança, se o senhor não resolver o meu problema eu vou me matar, minha família vai passar fome, eu vou roubar para poder sobreviver”. Eu sei que isso tudo faz com que a classe política seja bastante desvirtuada, mas pela cultura do povo brasileiro, pela situação do nosso país, você acaba virando um conselheiro, um quebrador de galho, um despachante de luxo na política ganhando um salário que não é pequeno para resolver problemas individuais. (TÚLIO, 2010).

Contudo, Algaci Túlio diz que leva da política a sensação de dever cumprido: “fizemos uma grande transformação na cidade, no transporte coletivo, na questão do meio ambiente, fizemos de Curitiba a capital ecológica do país. Criamos o Jardim Botânico, a Rua 24 horas, a Ópera de Arame”. (TÚLIO, 2010). Para ele candidatar-se novamente é segundo plano, mas tem uma certeza: vai continuar no rádio.

Embora o radialista diga que nunca teve interesse pela política, junto com Antonio Belinati, é o que tem a maior trajetória na esfera pública. Remetendo à definição de trajetória de Bourdieu - na qual para se manter em determinado campo é preciso ter capital, que é adquirido pela capacidade do indivíduo em internalizar as regras de funcionamento daquele espaço social – nota-se que Túlio desde que ingressou no campo político não o abandonou, por mais que não tenha sido eleito, conseguiu outros cargos por meio de nomeações. Em 2002, quando perdeu a reeleição para deputado estadual foi empossado coordenador estadual da Procuradoria de Proteção de Defesa do Consumidor (Procon). Em 2008, se elegeu vereador e em julho de 2010, foi convidado pelo então governador paranaense Orlando Pessuti, para ser Secretário de Assuntos da Copa<sup>35</sup>, cargo que exerceu até o final de 2010. Enquanto esteve na Assembleia sempre participou como membro em diferentes comissões e atualmente é líder de bancada no PMDB na Câmara de Curitiba.

É notável a acumulação de capital político pelo radialista. Sua trajetória política de 20 anos, sustentada por cargos representativos ou nomeados confirma a capacidade do locutor em incorporar as regras do jogo. Analisando a entrevista, percebe-se que essa possibilidade foi reforçada pela presença de uma equipe especializada e também por uma rede de relações dentro do campo. Por mais que o rompimento com o grupo de Lerner e a saída do PDT, tenham sido mal vistas pelos eleitores e provocado queda no número de votos, Túlio continuou atuando na política paranaense.

Outros dois pontos valem ser destacados sobre a entrevista de Túlio: o personalismo e o assistencialismo. No primeiro caso a participação do radialista nas eleições para o Executivo municipal como vice-prefeito confirma a democracia de público brasileira, isto porque, ele foi convidado pela sua popularidade, para atrair votos para outros candidatos, sendo que ele mesmo, nunca teve a oportunidade de concorrer ao cargo. E, por fim, o assistencialismo, reconhecido pelo radialista, também foi constante durante seus mandatos, decorrente da impossibilidade de solucionar problemas coletivos, Túlio, muitas vezes teve que optar pela ajuda individualizada.

---

<sup>35</sup> Cargo que estava exercendo quando foi realizada a entrevista.

#### 4.2.5 Ricardo Chab: “só quem não tem *lobby* é o povo”

Ricardo Jota Chab nasceu na região noroeste do Paraná, no município de Santa Isabel do Ivaí - cidade próxima de Paranavaí – e, veio para Curitiba ainda jovem para fazer faculdade de jornalismo. De todos os radialistas entrevistados ele é o único que tem graduação na área. No começo de sua carreira no rádio fez estágio em algumas emissoras sem ganhar remuneração, isto porque, segundo o locutor, na época tinha que ter voz padrão para trabalhar no meio de comunicação e, como não era o seu caso, aceitou um período de experiência. O locutor iniciou na Rádio Colombo - emissora AM da capital paranaense – onde foi encarregado de criar um departamento de jornalismo. Chab conta que fazia o que na área é chamado de *Gillette Press*: recorte de notícias de jornais e revistas. Além disso, Chab era responsável por abrir e fechar a emissora, ele chegava às cinco da manhã e acabava o expediente à meia noite.

Foi nessa emissora que Chab ganhou seu primeiro programa, o “Agente Colombo”. A pauta combinava notícias policiais com prestação de serviço para a comunidade. O radialista, que se considera um apresentador polêmico, diz que uma de suas marcas é discutir no veículo notícias que ninguém tem coragem de debater no ar. Ao longo de sua carreira como apresentador em Curitiba, trabalhou em diversas rádios e também fez televisão. Hoje Ricardo Chab tem sua própria emissora, a Rádio Mais, em São José dos Pinhais, cidade limítrofe a Curitiba. O programa que ele apresenta tem como característica intensa participação popular. O radialista conta que com uma manchete polêmica consegue fazer um programa de horas, só com ligações de ouvintes: “nosso slogan é: ‘A rádio que ouve você’.” (CHAB, 2010). Segundo ele, por todas as emissoras que passou, foi primeiro lugar em audiência, e que por mais que tenha trabalhado em FM, nunca fez programas musicais.

A carreira política, de acordo com Chab, foi uma consequência do trabalho como radialista: os ouvintes o levaram às urnas. O incentivo da população, acredita ele, foi por sua constante atuação em reuniões de bairro. Ele ia à comunidade e levava para debater no rádio os problemas e dificuldades em resolvê-los:

Na verdade não é o radialista que desperta o interesse pela política, não temos aquela coisa pelo poder. São os ouvintes que levam você: “olha Ricardo, nós precisamos que você venha em uma reunião que vai ter hoje

aqui no conjunto Gralha Azul, eles não querem fazer a creche aqui”. Aí você vai à reunião, pega essa reivindicação e passa a discutir isso no rádio. Você passa a ser um instrumento daquela comunidade e a comunidade acaba empurrando você para política. É uma coisa natural. O radialista é o mediador entre o estado e a sociedade. (CHAB, 2010).

Chab acredita que a função dele como radialista é suprir às necessidades que o governo desconsidera. A partir do momento que ele torna o problema público, chama atenção das autoridades para aquelas pessoas que precisam de uma solução rápida. O destaque que o rádio lhe ofereceu garantiu seu ingresso na ALEP nos pleitos de 1994 e 1998, entretanto, em 2002, quando tentou a reeleição pela segunda vez foi derrotado nas urnas.

Durante o tempo em que esteve na Assembleia mudou de partido uma vez, saiu do PMDB para o PTB. Hoje ele é filiado ao PDMB novamente, mas não concorreu a nenhuma eleição após a derrota: “depois que não me elegi perdi o embalo”. (CHAB, 2010). Ele foi o único locutor entrevistado que disse acreditar que os partidos políticos têm birra de radialistas, porque normalmente eles se elegem com muitos votos e “acabam ofuscando os caciques”, (CHAB, 2010) que chegam a essa posição pela força e pelo poder econômico, e não pela popularidade como é o caso dos comunicadores:

Todas as campanhas que fiz foi com carro velho, sem dinheiro. Nunca gastei, nunca peguei dinheiro meu. Como eu fazia campanha? Sempre brincava, andando, apertando mão. As minhas campanhas eram o seguinte: eu comprava três pares de tênis, cinco calças e dez camisas. Passava três meses cumprimentando as pessoas e andando na rua. Não tem que fazer grandes coisas, tem que cumprimentar o eleitor, aquele que te conhece. (CHAB, 2010).

Para o locutor, o rádio foi o principal instrumento para o seu sucesso político. Ele diz que o comunicador se torna íntimo do ouvinte, pois essa é uma das características do meio, isto porque, o fato de a pessoa escutar ao programa, sozinha, gera uma intimidade com o radialista. Para ele, o contato diário com o ouvinte acaba transformando-o em um amigo. Chab diz que, antigamente, a informação no rádio era mais útil e o meio de comunicação defendia uma causa social, mas, hoje em dia, a poluição religiosa fez o veículo perder sua credibilidade: “não tenho nada contra a religião, mas eles vendem fé no rádio. É lastimável. O cara vende carnê e lugar no céu. São poucas as rádios que desenvolvem o papel que cabe ao rádio: uma concessão pública de serviço público”. (CHAB, 2010).

Sobre o seu trabalho como deputado estadual, ele diz que no começo conseguiu emplacar alguns projetos, mas que a demora com que caminham os processos frustra o locutor que está acostumado com o imediatismo do rádio. Com o tempo ele começou a perceber que não tinha muita força dentro Casa, pois de acordo com o radialista, as propostas têm que estar ligadas com a conjuntura atual. Ele acredita que só conseguiu criar o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (SICRIDE), porque na época estavam ocorrendo muitos casos na capital. Entretanto, revela que se quisesse defender os interesses de segmentos determinados da população não conseguiria, porque os outros deputados teriam que concordar também que aquilo é necessário.

Ricardo Chab defende que para se manter no poder tem que atender ao interesse de grupos econômicos: “é muito *lobby*. Só quem não tem *lobby* é o povo, jornalista tem, advogado, servidor público, fazendeiro, e o povo não. Quem usa o SUS [Sistema Único de Saúde] não tem *lobby*”. (CHAB, 2010). Além disso, é preciso, segundo ele, ter entrosamento político dentro da Assembleia:

Vou falar bem a verdade, para você pensar na sua reeleição, pensar em carreira política, em se perpetuar na política tem que estar em paz ali. É aquela relação: você não entra no meu terreno eu não entro no teu, você me protege que eu te protejo. Quando você não faz esse jogo você está fadado a não ter uma carreira política. Você vai ter um, dois, três mandatos e acabou. (CHAB, 2010).

O radialista diz que durante todos os anos em que assumiu o cargo político o que mais se fez presente foram pessoas pedindo ajuda. Tanto que usou toda a verba de gabinete para assistir as pessoas, mesmo sendo contra essa posição. Os pedidos eram os mais variados, ajuda para família, remédios, cadeiras de roda: “o que eu vou falar: ‘não, não vou dar porque sou contra dar cadeira de rodas?’ Não, você vai falar assim: ‘dou, mas não conta para ninguém que eu dei’”. (CHAB, 2010). Entretanto, embora os radialistas sejam considerados assistencialistas, Ricardo Chab afirma que os políticos tradicionais são muito mais porque eles têm meios fáceis de conseguir, além do dinheiro público à disposição. Os locutores, como no caso dele, muitas vezes têm que pagar com seu próprio dinheiro a ajuda solicitada pelos eleitores.

O político profissional pega o telefone liga para o secretário de saúde e fala: “estou mandando uma Kombi de pacientes quero que você atenda hoje”.

Acabou, vai ser atendido. Mesmo se tiver uma fila de cem pessoas esperando. Agora veja se o radialista consegue isso, não! Ele vai atender os cem, um por um, e vai tentar resolver um problema de cada vez, ou seja, ele faz o trabalho de formiguinha ao passo que outro faz o trabalho com o poder público, usando o dinheiro público e a máquina pública, sem gastar nada. O radialista resolveria no caso a caso. Pega o telefone, pede no ar: “você que é médico e pode ajudar...”. Hoje por exemplo, me ligou uma senhora e falou: “senhor Ricardo, todo ano eu faço um almoço para crianças carentes, este ano vou fazer um risoto, será que o senhor não consegue me arrumar 20 frangos?” Pedi para minha produção fazer contato com as empresas que vendem frango, quem se dispôs a doar os 20 frangos, nós fazemos um comercial para eles aqui. É uma maneira de ajudar. Vamos ver o contrário, eu sou político tradicional, deputado de carreira, tenho sete mandatos, essa mesma mulher liga no meu gabinete: é pra já! Pego o telefone, e ligo para onde? Para o município dela. Falo com prefeito: “pega dez frangos da merenda escolar e passa para fulana que ela vai fazer um almoço”. Está resolvido. A diferença é essa. (CHAB, 2010).

Para o locutor os obstáculos em atender aos pedidos sendo radialista são muito grandes, e pioram com os empecilhos dentro da Casa como, por exemplo, a dificuldade de se relacionar com os demais políticos. Quando foi indagado sobre o principal problema dentro da ALEP respondeu no ato: “o relacionamento. O poder público brasileiro é assim, por causa das oligarquias, das hierarquias, isso tudo existe, basta você pegar os sobrenomes dos políticos”. (CHAB, 2010).

Ele nunca fez parte da mesa diretora, mas já presidiu a Comissão de Segurança Pública e revela que os principais cargos só se alcançam negociando: “o jogo político é esse. Eu vou te apoiar, o que você vai dar em troca? Cargos envolvem gente, dinheiro, poder. O político quer poder”. (CHAB, 2010). Em relação às votações dentro da ALEP, Ricardo Chab diz que discutia com os ouvintes no rádio e optava pelo o que achava certo, sem seguir interesses partidários:

Eu sempre votei de acordo com a minha consciência. Sempre discuti no rádio. A questão da Copel, por exemplo, eu fui favorável, porque naquele momento era interessante. Como ia ter uma empresa pública diferente das demais privatizadas? E eles venderam a ideia de que a Copel é nossa. É nossa como, se o povo paga a luz? E paga caro! Se fosse nossa, nós teríamos os dividendos, você como paranaense receberia um cheque no final do ano com o lucro da Copel dividido, a Copel não é nossa? Eu votei de acordo com a minha consciência. (CHAB, 2010).

Chab conta que na última eleição que concorreu já estava desanimado da política, e que isso pode tê-lo levado à derrota nas urnas. Para ele, o fracasso dos radialistas na política ocorre principalmente quando eles deixam de se envolver com a comunidade, pois é a população que vai votar e eleger o deputado: “o Luis Carlos Martins ficou distante da comunidade, achou que mandando os outros resolveria.

Enquanto isso outro candidato passou lá e falou: ‘ô dona Maria, dá um abraço aqui’. É diferente. Isso é cansaço não é culpa dele”. (CHAB, 2010). O radialista diz que recebe muito pedido dos ouvintes para voltar à política, mas garante que por enquanto não tem interesse:

Eu já não queria sair a candidato [em 2002], mas não falei porque muita gente dependia de mim, vereadores... Mas eu estava cansado, não vi minhas filhas crescerem, fui um pai ausente. Você tem que trabalhar... eu ia a todas as reuniões. Achava que esse era o papel que tinha que ser feito, e fazia. Isso demanda tempo, você não vê a sua família crescer, ao passo que o político tradicional não faz isso. Ele vai conversar com o prefeito, o prefeito passa para o vereador e o vereador dissemina na comunidade. Nós não. É o trabalho formiguinha: “vai ter um chá aqui em casa Ricardo, eu vou reunir as mulheres porque nós queremos a creche, você tem que vir aqui”. E tem que ir. Eu perdi o encanto. (CHAB, 2010).

Ricardo Chab revela que até chegaram a oferecer para ele um cargo público: “me falaram: ‘você vai esperar uma vaga, uma cadeira na Assembleia lá no Detran’. Tá louco que vou ter cargo em Detran! Tenho profissão, sou jornalista, sou advogado. Tem gente que está na política em busca de emprego e tem gente que esta lá para fazer política.” (CHAB, 2010).

O radialista demonstrou na entrevista pouco envolvimento com o jogo político, além de dificuldade em manter relacionamentos com os deputados dentro da ALEP. Por mais que soubesse como funcionavam as regras dentro da Casa, diz que sempre seguiu sua consciência e votou de acordo com a vontade de seus eleitores. Chab se revelou tímido em relação ao assistencialismo, enquanto todos os outros assumiram que é uma prática corriqueira. Além disso, diferente dos comunicadores entrevistados, ele defende que os partidos políticos não têm interesses em convidar radialistas para somar votos.

Depois que não conseguiu se reeleger em 2002, Chab ficou um tempo fazendo televisão, e em 2008 foi preso em flagrante acusado de extorsão. Na ocasião ele teria chantageado o dono de uma agência de segurança de Curitiba: em troca de R\$ 70 mil reais, o radialista não divulgaria em seu programa irregularidades envolvendo a empresa. A prisão lhe rendeu a demissão por danos morais da Rede Independência de Comunicação (RIC), filiada da Rede Record no Paraná, onde trabalhava na época.

Chab teve problemas para se posicionar dentro do jogo político, e se mostrou inconformado com a situação de outros deputados que, mais que os

radialistas, praticam assistencialismo e conseguem atender aos pedidos com mais eficiência por causa de sua influência e rede de relações. Somou-se a isso o desânimo e o cansaço de manter um cargo público com seu trabalho no rádio, e a dificuldade de administrar as duas profissões. O resultado foi a não reeleição. Além disso, ao recusar o convite para trabalhar em um órgão público revelou o distanciamento com o campo político.

#### 4.2.6 Luiz Carlos Martins: “neste país você muda de partido como muda de roupa”.

Luiz Carlos Martins está entre os três radialistas que, em algum momento da carreira, perderam a reeleição para deputado estadual. No caso do locutor, dentro do universo de pesquisa deste trabalho, ocorreu uma vez, em 1998. Mas, vale ressaltar que, em 1986 quando concorreu pela primeira vez a uma vaga na ALEP, não foi eleito e, em 2010, Martins foi derrotado nas urnas quando tentou a reeleição ao cargo.

O radialista nasceu em Bilac, cidade localizada no noroeste paulista, e quando criança mudou-se com a família para Birigui, também no interior do estado. Com 20 anos veio ao Paraná, a Jacarezinho, no Norte Pioneiro. Lá cursou faculdade de Educação Física, mas não seguiu carreira na área, pois sua vontade sempre foi continuar o trabalho no rádio que começou aos 16 anos, ainda em Birigui.

Depois de formado, na década de 1970, mudou-se para Curitiba, com o sonho de ter sua própria emissora. Na capital trabalhou em muitas rádios, todas AM, e sempre em programas de prestação de serviços. Martins conta, que quando chegou a Curitiba, havia muita censura por causa da Ditadura Militar, por isso era difícil realizar o programa com participação popular: “na época tínhamos dificuldade de colocar o telefone no ar, havia uma vigilância muito grande, muita censura. A gente era muito vigiado”. (MARTINS, 2010). Além disso, as emissoras tinham o conteúdo exclusivamente voltado para área musical, o que dificultou colocar em prática sua proposta de jornalismo social.

Com o tempo, o radialista revela que a vigilância foi diminuindo, e ele finalmente conseguiu fazer o programa como queria: “eu fui mudando, me inteirando, sempre achei que o rádio é um instrumento de transformação, ele tem uma função social muito grande. Fui buscar aquilo que entendia que era o rádio: um meio solidário, comunitário e questionativo”. (MARTINS, 2010).

Na Rádio Clube, primeira emissora na qual trabalhou em Curitiba, ficou no topo da audiência ainda no começo da carreira. Ele conta que antigamente os radialistas vendiam o passe para mudar de emissora, e que os mais cobiçados ganhavam muito dinheiro desta forma, como no seu caso. Tudo que juntou foi visando seu objetivo final: ter sua própria rádio. Hoje, o locutor é proprietário da Banda B, na capital paranaense.

O radialista revela que não pensava em ser candidato, embora sempre tenha se interessado pela política. Ele lembra que, quando criança, ficava inconformado de ver seus pais junto com vizinhos fazendo abaixo assinados para conseguir o mínimo: “sou de uma família muito pobre. Não tinha luz, água, nem esgoto na minha casa, saneamento não existia. Eu pensava ‘tá tudo errado eles pagam impostos!’ Aí comecei minha interação com a política”. (MARTINS, 2010). Em 1982 recebeu o primeiro convite para concorrer em uma eleição: “o Ney Braga era governador, ele gostava muito de mim, queria que eu fosse candidato. Eu não queria dizer não para ele. Mas acabei não aceitando”. (MARTINS, 2010). O locutor conta que chegou a declarar que não seria político, “mas houve um clamor popular muito forte aqui em Curitiba” (MARTINS, 2010), e ele decidiu ingressar na esfera pública.

A primeira eleição de Luiz Carlos Martins foi em 1986, quando concorreu para deputado estadual pelo PSC. Ele diz que embora tenha sido o mais votado da legenda, o partido não conseguiu eleger nenhum representante. Em 1988 disputou uma vaga na Câmara Municipal, mas, desta vez, com sucesso: foi o vereador mais votado.

Ele acredita que o rádio influenciou sua eleição porque o meio o tornou conhecido, mas revela que é difícil transformar o ouvinte em eleitor, e cita que muitos radialistas que tentam se eleger para cargos representativos não conseguem:

A relação que se cria entre o ouvinte e o apresentador muitas vezes é de amizade, companheirismo, e o ouvinte tem medo de perder essa pessoa no microfone. O rádio ajudou na minha vitória da mesma forma que, se eu fosse médico, o consultório também ajudaria. (MARTINS, 2010).

Na opinião do locutor, os programas de rádio, principalmente os que prestam serviços, cumprem a função social que é designada ao veículo: a mediação da população com a esfera pública, já que as comunidades têm pouco, ou nenhum, acesso aos governantes:

As pessoas buscam o rádio e as portas estão sempre abertas, a interação é muito forte. As portas do setor público estão sempre fechadas, ou melhor, trancadas. No rádio as pessoas podem falar com a gente por telefone, mensagem de texto, email, portal de voz, cartas, pessoalmente. Então a gente acaba sendo o mata borrão da sociedade. (MARTINS, 2010).

Martins diz que muitas vezes foi convidado a filiar-se a partidos políticos. Durante sua trajetória na Assembleia Legislativa mudou de partido em todos os pleitos, mas se diz contra a troca. Às vezes que migrou para outras legendas, de acordo com ele, foi por não concordar com as decisões gerais do partido. Ele afirma que é necessário uma reforma partidária que cobre, inclusive, a fidelidade, pois da forma como é hoje prejudica a representatividade.

Mudei várias vezes de partido, é uma loucura. É uma vergonha, neste país você muda de partido como muda de roupa. Os partidos têm donos, têm exceções, o PT, na minha opinião, não tem dono, PSDB, PMDB, também não. Mas os outros têm, e se você não segue a linha do proprietário partidário, já era! Aí muda. É desagradável, eu não me sinto bem. Acho que isso não é bom para a democracia. Tem que ter voto distrital. Eu vivo aqui, o fulano vive lá, então é lá que ele tem que dar conta das intenções e projetos. A concorrência é muito grande. Eu sou a favor da fidelidade partidária, tem que ter. Se tivesse eu não teria mudado tanto de partido. Muitas vezes é nojento. (MARTINS, 2010).

Nos quatro mandatos que ficou na ALEP, Martins nunca deixou o rádio: “eu sou radialista não sou político.” (MARTINS, 2010). Ele diz que o veículo aproxima as pessoas do locutor mais do que a televisão e atribui seu sucesso eleitoral ao fato de ter conseguido transparecer em seus programas sua história de vida com sinceridade: “o rádio é emoção. Se o ouvinte imaginar que você está mentindo acabou”. (MARTINS, 2010).

Para se adaptar às regras da Casa, quando entrou na Assembleia Martins conta que seu primeiro ato foi ler o regimento interno para compreender o que poderia ou não ser feito: “infelizmente tem ex-deputados que saíram e só descobriram a prerrogativa que eles tinham depois. O parlamentar tem muitas prerrogativas. Tem que saber usá-las no momento certo”. (MARTINS, 2010). E uma das lições que aprendeu, na prática, foi que o entrosamento com os demais deputados é fundamental para conseguir atender seus eleitores: “não seria uma troca, mas um trabalho de convencimento, minha relação na ALEP sempre foi ótima”. (MARTINS, 2010). A persuasão é importante para mostrar aos parlamentares o porquê determinado projeto vale a pena ser aprovado. Em relação às dificuldades,

no seu caso, a principal foi falta de dinheiro disponível para realizar o trabalho para os eleitores.

O obstáculo é você não ter a prerrogativa de legislar sobre o financeiro. Aquilo que mexe com o dinheiro do estado o deputado não pode. Vai enchendo a paciência que chega um ponto que você pergunta: o que eu estou fazendo aqui? Por que eu fui eleito se eu não posso nada? Essa informação parece que o povo não tem e eles fazem questão de não estender para o povo. O povo acha que a culpa é do deputado que não quer fazer. Você tem que ter amizade com o governador ou com o prefeito para convencer. Você como deputado não pode mexer na parte tributária do estado. (MARTINS, 2010).

Na ALEP, o ex-deputado foi 1º Secretário da Mesa Diretora por dois mandatos - cada um de dois anos - inclusive em 1998, ano em que perdeu a reeleição: “fui dormir eleito e acordei suplente, abriram uma urna lacrada às três horas da manhã numa cidade do interior e me tiraram a eleição. Quando morreu Aníbal Khury eu fiquei no lugar dele”. (MARTINS, 2010). Entretanto, ele diz que nunca se aproveitou do cargo para conseguir vantagens: “eu não usei isso para ajudar os eleitores. Se quiser pode sim, tem mais facilidades. Mas tudo depende da sua formação, de como você pensa a política”. (MARTINS, 2010). Para ele a indicação para o cargo se deu pelo seu “senso administrativo” e por sua credibilidade.

Martins diz que na hora de votar projetos, muitas vezes teve que ir de acordo com os interesses do partido, mas sempre que pôde seguiu sua consciência e optou pelo o que julgava melhor para seus eleitores. Ele garante que nunca recebeu em suas campanhas doações e, portanto, não se prendeu a qualquer empresa na hora de tomar decisões.

Para o apresentador os locutores não são assistencialistas: “muitas vezes ele acaba fazendo o que eu chamaria de promoção humana e social”. (MARTINS, 2010). De acordo com ele, os radialistas fazem o trabalho que o estado deveria fazer, mas não consegue: “as pessoas vem bater aqui na rádio, ai eu apresento no ar, de repente a pessoa está ouvindo e tem uma cadeira de rodas e doa. Se faz uma corrente”. (MARTINS, 2010). Ele conta que recebe muitos pedidos, mas que a maioria deles é orientação para problemas pessoais:

Material só no caso de saúde. Cadeira de rodas, muleta, colchão-d'água. Atendi muitos casos. Mesmo sabendo que não era meu papel. Mas não pensando em troca de voto. Sem aquela história de pedir título de eleitor da

peessoa. Isso humilha. Fiz sempre com o meu dinheiro ou fazia permuta de propaganda. (MARTINS, 2010).

Martins acredita que não conseguiu se reeleger em 2010 por causa do apoio eleitoral dentro do partido. Para ele os ouvintes não compreenderam o fato dele ter apoiado Osmar Dias na campanha ao governo de estado em vez de Beto Richa. Somado a isso, ele diz que quase não fez campanha no rádio e na televisão e que os eleitores não tinham o seu número na hora de votar. Para o radialista perder o pleito em 2010 foi uma surpresa:

Eu sou do PDT, o PDT tinha um candidato ao governo, eu não podia trair o Osmar, tinha que ser leal ao partido, mas eu sempre fui amigo do Beto Richa. Em momentos difíceis eu sempre estava com ele. Se eu estivesse com o Beto teria conseguido, porque Curitiba ia decidir a eleição. Meus ouvintes separam isso. Eu perdi muito voto, em torno de 15 mil votos. Eu estou refletindo muito sobre isso, até porque foi uma surpresa. Se bem que foram 38 mil votos, mas todas as pesquisas indicavam que seria um dos mais votados. O que aconteceu? As pessoas não tinham meu número! Houve uma falha muito grande dos Correios nessa eleição, porque eu mandei material. E como as pessoas vão votar se não têm o meu número? Eu não usei rádio e muito pouco a televisão. Podia ter usado mais. Eu me questionei muito depois das eleições, se valia a pena, com o que eu tinha contribuído para melhorar a vida da minha gente. Eu nunca gostei de ser empecilho, sempre gostei de levar solução. Se você for analisar, eu saí do processo meio que vítima dele. Eu sempre procurei cuidar para não me envolver em escândalo nenhum para o meu eleitor não ter vergonha de mim. Eu sou livre para fazer o que eu quiser, mas tem coisas que eu não devo fazer porque senão eu vou atrapalhar a comunidade. Mas não me arrependo. Eu procurei utilizar os mandatos em benefício daqueles que mais precisam. Dos sem voz. (MARTINS, 2010).

Assim como todos os radialistas expostos até então, Luiz Carlos Martins fez programas de prestação de serviço. Ele defendeu que seu ingresso no campo político decorreu do pedido dos ouvintes, entretanto, para o locutor, o rádio ajudou sim na sua vitória eleitoral, mas ele acredita que só o envolvimento com o veículo não é suficiente, porque os ouvintes têm receio em perder o radialista para a esfera pública, por isso sempre cuidou em se manter próximo da população.

A falta de dinheiro para soluções imediatas também se revelou um problema para o apresentador, esta informação de pouco acesso aos eleitores, na opinião dele, acaba prejudicando a relação entre representante e representado, isto porque, fica para as pessoas, a impressão que é falta de vontade do deputado tentar solucionar os problemas.

O radialista mostrou contradição em alguns pontos da entrevista. Ele se queixou da legislação partidária, chegou a dizer que é uma vergonha as constantes

trocas de partidos por parte dos políticos, sendo que, ele próprio concorreu a cada eleição em uma legenda distinta. Fora isso, disse que os radialistas não são assistencialistas, mesmo tendo feito uso da prática durante toda sua trajetória política.

Para o locutor a política é um jogo duplo, onde o bom relacionamento dentro e fora da Assembleia é fundamental para se manter no poder. De um lado estão os eleitores, que cobram medidas para solucionar problemas comunitários e, do outro, os parlamentares que precisam concordar que a demanda é de fato algo que precise ser resolvido. Sendo assim, o deputado necessita da ajuda dos demais representantes para conseguir aprovar projetos.

Comparando a trajetória política de Martins e Túlio e remetendo a Kaseker (2004) essa comparação duas questões importantes são levantadas. A primeira é que diferente de Túlio, Martins se manteve afastado dos grupos de poder institucionalizados, fato que pode ser comprovado pela constante troca de partidos políticos em todos os pleitos. Embora Túlio também tenha mudado de partido muitas vezes, durante o período que esteve na Assembleia, se manteve, em grande parte, fiel ao PDT. Além disso, Túlio credita sua derrota nas urnas ao rompimento com a legenda e àqueles que estavam constantemente ao seu lado nas campanhas. O segundo ponto a observar, tomando como referência a autora, é o fato de Martins nunca ter se apoiado na imagem de um candidato forte. Pela entrevista do locutor fica evidente que esse cenário mudou, porque ele mesmo ressalta que não ter aparecido ao lado de Beto Richa – atual governador do Paraná – foi um dos motivos de sua não reeleição em 2010.

Essas comparações revelam que justamente por Algaci Túlio ter sido leal a um grupo específico, ele pôde converter, em sua trajetória política, o capital social adquirido pela sua exposição nos meios de comunicação em capital político. O que lhe rendeu, mesmo fora da ALEP, constantes nomeações para permanecer no campo. Já Martins depende mais do voto de seus eleitores, isso porque priorizou durante seus mandatos, o contato com o ouvinte/eleitor em detrimento de apoio governamental.

Finalmente será exposto o último ex-deputado radialista entrevistado: Renato Gaúcho. Sua classificação em uma categoria a parte de todos os demais locutores ocorre por um motivo: Gaúcho deixou a política por vontade própria.

Descontente com a conjuntura dentro da ALEP optou por não concorrer mais a cargos representativos.

#### 4.2.7 Renato Gaúcho: “o rádio não influenciou a minha eleição, ele determinou”

Renato Gaúcho como ele o próprio se define é uma exceção no universo dos radialistas políticos. Diferente de todos os locutores que foram entrevistados – que se elegeram a base do gênero prestação de serviço – durante toda sua carreira no rádio só apresentou programas musicais. Natural de Porto Alegre, o comunicador veio para o Paraná em busca de novos desafios, mas a sua trajetória no meio de comunicação começou em sua cidade natal: “fazia programas musicais, variedades, horóscopos, fofocas de artistas”. (GAÚCHO, 2010). Em Porto Alegre chegou a trabalhar em algumas emissoras AM, mas desde que se mudou para Curitiba migrou definitivamente para as rádios FM.

O radialista afirma que não tem nenhuma afinidade com a política: “interesse nunca tive, tanto que sai”. (GAÚCHO, 2010). Ter se envolvido nela foi uma consequência da popularidade que conquistou como apresentador, que lhe gerou um convite, – do agora senador pelo Paraná, Álvaro Dias, que também foi radialista na década de 1960 no interior do estado – aceito por curiosidade. Em 1996 se elegeu para o primeiro mandato político: vereador de Curitiba. Em 1998 deixou a Câmara para concorrer ao cargo de deputado estadual, ao qual foi eleito e reeleito em 2002. O apresentador defende que qualquer pessoa com popularidade é isca para partidos políticos ganharem mais votos.

Quem é público tem mais chance de eleger, porque as pessoas gostam de quem tem fama, seja porque é radialista, pastor, padre Marcelo Rossi, Tiririca, todas as pessoas que têm fama acabam tendo mais votos em qualquer eleição. O fato de ser radialista de trabalhar em algo que você entra em contato com milhões de pessoas é evidente que determina a eleição, no meu caso foi 99%, isso sem dúvida. O rádio não influenciou a minha eleição, ele determinou. (GAÚCHO, 2010).

Renato Gaúcho ingressou na política no PSDB e mudou de partido uma vez. Quando concorreu ao segundo mandato para o Legislativo estadual filiou-se ao PDT. Entretanto, dentro do campo político, o locutor acredita que não realizou muitas contribuições para os eleitores:

Política é um instrumento que não permite que você contribua. Não é como a minha vida pessoal, que eu tenho um objetivo, estabeleço um plano de ação, arregajo as mangas, construo e faço. É devagar, passa por comissão a comissão, engaveta, aí vem outro, tem outro interesse, passa um ano, dois, três, até que chega uma época que seu projeto é aprovado, isso depois de cinco anos. E depois que é aprovado, você pensa que fez uma contribuição, e na verdade não adianta, porque a lei não é cumprida. É por isso que não funciona. (GAÚCHO, 2010).

Quando chegou à Assembleia, Renato Gaúcho assume que era leigo em relação aos assuntos políticos, pois não tinha nenhuma noção de como funcionavam as regras dentro da Casa. Isto porque, ele compreendeu com o tempo, que eram necessários conhecimentos específicos diferentes do mundo externo do poder, que ele, como radialista, não tinha.

Eu nunca pensei, nunca tive ideia, eu não faço pré-julgamento de uma coisa que eu não sei. Eu fui para conhecer para saber como é. Há diferenças de opiniões, de interesses e as coisas não acontecem como a lógica do incauto, da pessoa que está de fora e acha que é de outro jeito. É outra lógica, é uma arte. É a mesma coisa que eu, ignorante em pintura, olhar um quadro que tem um monte de riscos e dizer que tem um monte de riscos. O pintor tem uma leitura que eu não tenho, e a política é a mesma coisa. É uma arte que para você se adaptar a ela tem que ler de uma determinada forma, tem que ser diferente da pessoa que está de fora. (GAÚCHO, 2010).

Além de não saber quais eram as regras do jogo político, Renato Gaúcho se deparou com outro problema na Assembleia: o entrosamento com os demais parlamentares, pois sem isso não é possível conseguir apoio para aprovar projetos. Se o radialista não tem essa base dentro da ALEP, conseqüentemente não coloca em prática suas ideias e assim, não defende os interesses dos eleitores. Este foi o maior obstáculo para o locutor dentro da Casa. Ele diz que nunca teve muita facilidade em fazer amizades por causa de seu temperamento fechado, mas que conseguiu se relacionar durante os dois mandatos que esteve na ALEP com a maior parte dos deputados.

O relacionamento que consegui lá foi o mesmo que consigo em qualquer outro lugar da sociedade. Um bom relacionamento com 90%, alguns mais chegados e problema grave com ninguém. Mas relação de amizade mesmo, com um ou outro. Até porque a política não é uma área em que se faça amizade com facilidade. (GAÚCHO, 2010).

Muitas vezes por causa da rede de relações dentro do Legislativo o deputado é obrigado a se distanciar de seu posicionamento inicial. Ele conta que era comum

ver radialistas que defendiam um ponto de vista no rádio votando de forma contrária ao que expunham aos ouvintes para não arrumar confusão dentro do partido. Contudo, o locutor não considera o fato necessariamente uma traição aos eleitores e sim uma forma de jogar para conseguir mais recursos:

Às vezes acontece da pessoa utilizar o meio em que ela atua para moldar uma realidade que se você for à Assembleia assistir a sessão você não vê. As pessoas não estão lá na sessão para saber. Então é muito comum alguém no rádio ou na TV fazer um discurso e se você for assistir a uma sessão para ver a participação da pessoa, ou em que projeto ele vai votar, se vai ser favorável ou não, você vai perceber discrepâncias entre uma coisa e outra. Tudo depende do objetivo dele, é difícil manter o mesmo discurso do meio de comunicação que ele atua se ele não tiver um bom relacionamento lá dentro para arranjar parceria, apoio, para nem que seja um projeto de vez em quando ele aprovar. Se ele não tiver um relacionamento razoável ele não consegue e aí dificulta ele manter o interesse dos ouvintes. (GAÚCHO, 2010).

Ranato Gaúcho garante que nunca priorizou interesses partidários em detrimento aos seus, “eu seguia o que a consciência mandava” (GAÚCHO, 2010), mas garante que a maioria dos deputados não tinha a opção de fugir do que era determinado pelos líderes de bancada: “quem faz parte da base do governo, evidentemente vai votar de acordo com a vontade do governo, é muito raro um membro da bancada se indispor com o governador e votar contra, não existe isso”. (GAÚCHO, 2010). Ele diz que o projeto que mais se orgulha de ter realizado é a Lei de Proteção aos Animais: “levou quatro anos ou cinco para ser aprovado e, uma vez aprovado, não é cumprido. Por essas e outras você chega à conclusão de que está perdendo tempo”. (GAÚCHO, 2010).

Durante seus mandatos na Assembleia Legislativa, Gaúcho participou da Mesa Diretora como 3º Secretário, mas ele garante que o cargo não modificou em nada seu poder de decisão e muito menos lhe trouxe vantagens em relação aos demais deputados:

É bom que se diga que os cargos representativos da mesa são Presidente e 1º Secretário, o resto é figurativo, não participa de reuniões de comissão, não toma decisões, não assina nada, é puramente decorativo. As únicas duas pessoas que têm poder decisório na mesa diretora nessa ordem são: Presidente e 1º Secretário. (GAÚCHO, 2010).

Renato Gaúcho também confirmou que os radialistas são assistencialistas. De acordo com o ex-deputado todos os locutores fazem uso da prática, menos um:

ele. O apresentador revela que recebia pedido dos ouvintes em seu gabinete, mas em proporção muito menor que os demais colegas de profissão. O principal motivo de não ser procurado pelos eleitores é que o seu programa era diferente dos outros comunicadores e no rádio ele nunca se propôs a fazer prestação de serviço.

Eu sou um caso totalmente a parte de todo mundo. Primeiro porque se você procurar no Brasil todo muitos radialistas se elegeram deputado, vereador... eles fazem programa assistencialista, tem um único que não fez: eu. Eu nunca tive voto de eleitor, eu tive voto de fãs do programa. Se você comparar o meu gabinete com o gabinete do Carlos Simões, Luis Carlos Martins, lá tinha mil pessoas pedindo ajuda, no meu tinha um por semana. Ou seja, as pessoas que votaram em mim nunca me pediram nada e não pediam porque não esperavam, não votaram em mim para pedir. Votaram porque gostam de mim e pelo programa no rádio. Por isso que eu sou um caso a parte. Eu nunca usei o rádio para fazer assistencialismo. E não estou dizendo isso pra me gabar é que eu não tenho temperamento para fazer isso. Dificilmente eu faria um programa policial, tem que ter estômago, tendência, vocação. Nunca fiz programa de prestação de serviços, nem antes, nem durante nem depois. (GAÚCHO, 2010).

Embora se diga não assistencialista ele confessa que algumas vezes atendeu aos apelos em seu gabinete: “na hora da necessidade de uma pessoa, seja teu eleitor ou não, tem que ajudar. Hoje eu não sou deputado, e se alguém vem me pedir ajuda e eu tenho condições de ajudar, eu faço”. (GAÚCHO, 2010). A prática muitas vezes é realizada pela impossibilidade de atender o coletivo, isto porque, ele acredita que para o radialista se manter no poder, de alguma forma ele tem que ajudar os ouvintes/eleitores que lhe deram o mandato, ou pelo menos persuadi-los que estão legislando em favor deles.

O radialista tem que fazer alguma coisa ou fingir que faz. Como fazer é difícil ele tem que fingir. Eventualmente conseguir uma coisinha aqui outra ali e fazer daquilo um Everest. Valorizar o objetivo conquistado e fazer as pessoas acreditarem que aquilo é uma rotina, que ele está atuando o tempo todo e conseguindo coisas. Na verdade tem que convencer as pessoas. Aí depende da capacidade de convencimento e do grau de credibilidade de quem está ouvindo o programa. A tua necessidade é valorizar aquilo de uma forma que pareça uma de tantas coisas que você está conseguindo. Aí vem a capacidade do comunicador. É você convencer de que está fazendo coisas que são capazes de te colocar numa posição de reeleição. Você desperta a esperança das pessoas ao se eleger pela primeira vez. Você tem que, em quatro anos, manter esse interesse de uma boa parte e conquistar outras para conseguir o número de votos suficientes. Como a ferramenta do comunicador é a palavra aquele que é mais capacitado a convencer pela emoção é o que está mais apto a conseguir até uma determinada época, porque tudo tem prazo de validade. Não que esses candidatos que se elegem não saibam que não vai ser possível fazer algo pelos eleitores, mas eventualmente é bom para conseguir votos, e o povo pode até desacreditar daquele, mas se vier outro com a mesma conversa

depois eles votam no outro de novo. Sempre tem a esperança de que alguém prometa e cumpra. (GAÚCHO, 2010).

Renato Gaúcho acredita que os radialistas têm fácil acesso ao campo político porque o voto no Brasil é personalista. Ele diz que as pessoas, na hora de escolherem seus representantes, não levam em consideração partidos ou propostas, optam por aqueles com quem mais se identificam. Para o locutor, a não reeleição dos comunicadores também está ligada a essa causa. Ele arrisca o palpite de que o fracasso possa estar ligado com o distanciamento ou com a impossibilidade de manter a mesma posição que defende para seus ouvintes/eleitores no meio de comunicação. Ou seja, o campo político influenciaria uma transformação no discurso do radialista, e agora deputado, que por mais que ele não concorde com as ideias do partido tem que segui-las.

Tem radialista que de repente consegue uma grande popularidade, entra para política se entusiasma e esquece o rádio. Sendo que quem o elegeu não foram eleitores, foram ouvintes, pessoas que votam no radialista pelo programa dele, pela personalidade que ele faz transparecer durante o programa. As pessoas votam 99% pela emoção, votam por achar que a pessoa é boa. Se um candidato aqui mostrar cem leis aprovadas no estado do Tocantins, te prova que tem um QI superior aos outros. Mas se vem uma pessoa que com uma palavra consegue te comover, você vota naquela pessoa, não vota no competente, no inteligente. As pessoas não votam pela competência ou pela capacidade política, votam pela pessoa. Então quando o radialista deixa de parecer aos ouvintes que o elegeram, fica diferente de quem ele era. Evidente que as pessoas acabam desacreditando. Outra razão é a pessoa para se eleger fazer o programa de assistencialismo e dizer que quando for eleito vai arrebentar com tudo, vai resolver todos os problemas, é o que muita gente faz, aí chega lá não remaneja nada. (GAÚCHO, 2010).

Durante as duas legislaturas na Assembleia, Gaúcho nunca deixou de apresentar seu programa no rádio. Quando terminou seu mandato de 2002, o radialista optou por não concorrer mais às eleições. O que o motivou a deixar a política foi a falta de interesse que, durante todos os anos em que se manteve no poder só aumentou. O locutor revela que percebeu que ser deputado era uma perda de tempo, já que não conseguiu realizar muitas transformações ocupando o cargo. Ele diz que não tem nenhuma intenção em retornar para o campo político, mas não arrisca afirmar que jamais voltará.

Chegou um determinado ponto que eu falei: “chega de não fazer nada e perder meu tempo aqui”. A coisa não estava frutificando tendo eu várias outras coisas para fazer. Eu olhava no relógio toda hora para que passasse o tempo e não passava. Chegou uma hora que larguei. A minha intenção agora é não voltar, mas jamais é uma palavra que não se diz. É uma coisa que eu não gosto e que eu não acredito, quer dizer, voltar para quê? Além do que, não tenho tempo nem para me coçar, trabalho sábado, domingo, tenho um monte de coisas para fazer. Tem políticos que acreditam na política, mas no meu caso não. Vai acabando o interesse, só fica se você gostar de fazer política. Dizer que eu desacreditei da política significaria dizer que eu entrei acreditando, o que não é verdade. Eu apenas cansei de desacreditar. A política é um instrumento ineficaz para mudar a sociedade. (GAÚCHO, 2010).

A entrevista com o ex-deputado revela a maior dificuldade de posicionamento dentro do campo político entre todos os radialistas entrevistados. A falta de noção do funcionamento do campo criou um elevado grau de inconformidade com a política. A demora com que os processos fluem no Legislativo fez com que o radialista concluísse que era desperdício de tempo tentar modificar a sociedade por esse meio. Sua presença na ALEP apenas contribuiu para confirmar seu ceticismo inicial aos assuntos do poder.

O que difere Renato Gaúcho dos demais locutores é o gênero de programa radiofônico apresentado. O radialista, embora permitisse a participação de ouvintes, mantinha com eles um contato diferente daqueles que faziam prestação de serviço, ou seja, não era do perfil de seus eleitores lhe pedirem ajuda. Por isso, Gaúcho sentia uma constante incapacidade de agir dentro do campo, pois seu apoio viria mais dos projetos conquistados do que do assistencialismo praticado. Diferente dos demais radialistas que, embora também tenham aprovado alguns projetos, mantinham a sensação de dever cumprido pela assistência individual.

Ao distinguir os votos recebidos como de fãs, o apresentador deixa claro sua opinião em favor ao personalismo: seu eleitorado votou nele pela popularidade que o rádio lhe proporcionou e não, como ele próprio ressaltou, esperando que ele fizesse algo. E embora o radialista quisesse retribuir aos eleitores se sentiu amordaçado ao descobrir na prática que tinha pouco poder decisório.

Renato Gaúcho é o exemplo mais evidente da incapacidade de conversão de capital social em político. A falta de conhecimento dentro de campo e a apatia com o assunto o fizeram deixar definitivamente o que para ele era uma perda de tempo.

Nas entrevistas é possível perceber o descontentamento geral dos radialistas em relação ao campo político. A falta de recursos para solucionar os problemas reivindicados por eles no rádio fez com que a saída viável para se manterem no poder fosse o assistencialismo, ou seja, a solução individualizada para as reclamações que chegavam aos seus gabinetes. Desta forma, a “ajuda” já oferecida quando eles eram apenas locutores se estendeu ao mandato na Assembleia. Na impossibilidade de agir em prol do coletivo os comunicadores, agora deputados, foram buscar o voto “pingado” dos ouvintes, atendo, na medida do possível, uma parcela de seu eleitorado, mas nunca a totalidade.

Outro fator que fica claro na análise, é a percepção dos locutores de que o capital social adquirido na confiança e proximidade que eles tinham com os ouvintes não legitimou o poder deles dentro do campo político. Isso porque, remetendo a teoria de Bourdieu, para se ter sucesso dentro desse espaço social o capital político é ferramenta indispensável, não só para se manter no campo, mas também para conquistar posições relevantes que, de fato, tenham poder decisório. Dos sete comunicadores de rádio entrevistados apenas Luiz Carlos Martins ocupou um cargo de destaque, no caso 1º Secretário da Mesa Diretora. Os demais, na maioria das vezes, ficaram em lugares periféricos no campo político.

Por fim, pode-se concluir que a não reeleição não implica necessariamente na exclusão dentro do campo político, como já foi ressaltado o caso de Algaci Túlio e de outros radialistas eleitos no Paraná, que conseguiram permanecer nele por meio de cargos nomeados. Desta forma, quanto mais próximo dos grupos de institucionalização do poder esses deputados *outsiders* se mantiverem, mais chances têm de converter o capital social em capital político, necessário para a permanência dentro do jogo.

## CONCLUSÃO

Não restam dúvidas que o rádio é uma das principais causas do sucesso eleitoral dos radialistas, fato que eles próprios reconhecem. O meio de comunicação, que embora tenha ganhado concorrentes, com a chegada da televisão e da internet, continua revelando “personalidades” que conseguem se eleger em pleitos proporcionais e majoritários.

O perfil dos radialistas políticos, na maioria, obedece à mesma regra. São pessoas simples, que ingressaram no rádio ainda jovens, e por meio dos programas de prestação de serviço em emissoras AM ganharam a confiança de seus ouvintes. Desta forma, acumularam capital social suficiente para se eleger “representantes do povo”. No Paraná, as exceções são aqueles locutores que além de ganharem visibilidade no rádio pertencem a algum segmento, como por exemplo, o religioso. Fora isso, vale lembrar o caso de Renato Gaúcho, único radialista entrevistado que nunca fez programas assistenciais e consagrou sua carreira em emissoras FM.

O motivo principal que leva esses locutores ao sucesso eleitoral é a democracia de público. A tendência de voto personalista não é uma prática circunscrita em um dado período da democracia brasileira, mas sim um fenômeno que se fortaleceu ao longo da história do governo representativo no país. Como mostrou o estudo de Radmann (2001), os eleitores seguem essa lógica desde a República Velha, na qual o coronel tinha forte influência sob a esfera pública e influenciava diretamente o voto dos trabalhadores rurais.

A apatia dos eleitores frente às eleições ganha continuidade com o surgimento do populismo na década de 1930, que marca o fim do regime oligárquico. A fragilidade do sistema institucional herdado da época dos coronéis estabelece uma nova forma de voto, o personalista, no qual o estado se confunde com a figura do chefe carismático que ganha mais força do que a instituição. Vale ressaltar que os princípios do coronelismo se diferenciam do populismo, já que naquele a autoridade e a força legitimavam o poder do coronel, enquanto neste, o carisma e o assistencialismo praticado pelos políticos.

O cenário sofre uma paralisia durante o Golpe Militar de 1964, que estabelece o bipartidarismo, enfraquecendo ainda mais a institucionalização dos partidos políticos brasileiros. Todos esses fatores ajudaram a internalizar na população a cultura política que prevalece no Brasil há mais de um século. Castro

(1992) mostrou que quanto menor o grau de sofisticação política dos eleitores mais chances eles têm de escolher o voto baseado na pessoa do político em vez do partido e das propostas que ele apresenta. Isso ocorre principalmente nas classes mais baixas da população que têm dificuldades em gerar algum tipo de identidade política, por não se interessarem e não entenderem do assunto.

Essa população pobre, na qual se enquadram as classes C, D e E, além de ser aquela que decide a eleição, porque é maioria, é também o grande eleitorado dos radialistas políticos, tendo em vista que os programas apresentados por eles nas emissoras AM têm como audiência indivíduos com esse perfil.

Na ausência de recursos para a solução de suas demandas básicas, como por exemplo, o difícil acesso à esfera pública, os ouvintes veem na figura do locutor, que faz diariamente seu programa de prestação de serviço procurando ajudar as comunidades, um “herói” disposto a “dar voz e lutar” por essas pessoas que são silenciadas pela falta de conhecimento político. Ao criar um grupo que reivindica as mesmas soluções o radialista gera uma identidade coletiva a esses indivíduos. O resultado é a manifestação popular para que ele os represente no governo, ou seja, faça a mediação com a esfera pública.

A confiança que o comunicador ganha no rádio proporciona a ele capital social suficiente para disputar e ganhar uma eleição. Assim ele se torna a esperança dos ouvintes, e agora eleitores, para conquistar melhorias àquela camada da sociedade que lhe delegou poder. Entretanto, quando o locutor ingressa no campo político, sem conhecimento das regras que gerenciam esse espaço ele se depara com obstáculos que lhe impedem de agir.

No caso da Assembleia Legislativa, a demora com que caminham os processos se torna um empecilho para o radialista que precisa resolver problemas emergenciais. Na falta de meios para ajudar seus eleitores, que poderia ocasionar uma exclusão do campo político com a não reeleição, ele opta por práticas assistencialistas, ou seja, soluções individuais para cada um que o procura. Agindo desta forma, esses locutores pouco contribuem para o desenvolvimento da cidadania, pois o grupo que lhe delegou o poder, ao não ter interesses coletivos atendidos, volta ao estágio inicial: pessoas isoladas e sem identidade política.

Esse ciclo se mantém porque a lógica do campo político obedece a um jogo, onde aqueles que participam são obrigados a compreender as regras para permanecerem no poder. Para tanto, necessitam priorizar outros interesses do que

os de seus eleitores, como por exemplo, os partidários. Na busca da conversão do capital social em político os radialistas precisam manter uma rede de relacionamentos estáveis dentro desse espaço, porque essa transformação depende tanto de como ele é visto pela sociedade como pelos demais parlamentares.

No campo político, diferentemente do rádio, a popularidade e o carisma não legitimam o poder dos radialistas que precisam ir além para conseguir a conversão do capital. Assim aquele que tiver maior capacidade de internalizar o *habitus* do campo mais chances tem de continuar a trajetória política. Enquanto aqueles com dificuldades de posicionamento no novo espaço ocupado correm o risco de exclusão.

O cenário mapeado no nosso universo de pesquisa, a ALEP de 1986 a 2006, revelou uma constante presença dos locutores de rádio. No total, foram 26 radialistas eleitos entre a 11ª e 16ª legislatura. A maioria deles, como foi mostrado, trocou constantemente de partido político. Fora isso a elevada taxa de reeleição também prevaleceu no período, assim como o grande número de votos, que com exceção da eleição de 1986, mais da metade dos radialistas se elegeram acima da mediana de votos.

Por meio da análise das entrevistas, pode-se concluir que o fato de não conseguir se reeleger ao cargo de deputado estadual não implica na saída do campo político. Este foi o caso de Algaci Túlio, que mesmo derrotado em dois pleitos obteve sucesso em outras áreas do poder público. Já Ricardo Chab, embora tenha sido convidado a assumir uma função no Detran recusou, tornando-se ele mesmo o culpado pela exclusão do campo. Além disso, o locutor revelou que teve dificuldades no relacionamento interno com os colegas de profissão.

Luiz Carlos Martins quando ficou como suplente na eleição de 1998 não abandonou a ALEP, permaneceu como 1º Secretário da Mesa Diretora. No último pleito, de 2010, não foi eleito embora tenha feito mais de 30 mil votos. A não reeleição também está ligada com a troca constante de partidos, sendo que todos os radialistas que não se reelegeram durante todo o período analisado poderiam ter obtido sucesso dependendo do partido. Isso revela uma possível falta de estratégias por parte deles em não filiar-se a partidos que lhe dariam maiores chances de vitória, já que todos alegaram que as trocas constantes foram feitas por conveniências.

Por outro lado, Renato Gaúcho, embora não tenha feito votação elevada nos dois momentos em que foi eleito, demonstrou a maior dificuldade de posicionamento dentro do campo político. Não acostumado às práticas assistencialistas dos demais locutores se decepcionou com a demora em obter resultado para seus eleitores. Porém, ele afirmou que aqueles que votaram nele não tinham expectativas de mudanças já que classificou os votos recebidos como de fãs. Isso implica dizer que seus eleitores o escolheram por sua personalidade e não pelas propostas que sugeriu.

A diferença dos demais radialistas, é que seus ouvintes já estavam acostumados com a solução imediata dos problemas enquanto eles trabalhavam somente no rádio, e também de ouvir diariamente o locutor reclamando em seu nome solicitando atendimento do governo. Gaúcho nunca fez isso, seus programas foram sempre musicais, com uma audiência diferenciada dos comunicadores prestadores de serviços. Ele também demonstrou que não tem gana pelo poder já que decidiu sair do campo por vontade própria.

Se medir o capital político pela validade do radialista no campo, Algaci Túlio é o que mais acumulou. Isso porque desde que se elegeu vereador a primeira vez – há quase 30 anos – nunca deixou a vida pública. É cedo para opinar sobre o destino político dos demais locutores que não se reelegeram em 2010, como Jocelito Canto, Antonio Belinati e Carlos Simões que optaram por não concorrer às eleições, e também, todos com a candidatura indeferida pela Lei da Ficha Limpa.

Reconhece-se também a necessidade de uma pesquisa na qual os eleitores desses radialistas fossem identificados e entrevistados a fim de compreender o porquê delegam e deixam de delegar o poder de serem representados pelos locutores no campo político. O aparecimento de novos nomes do rádio e o distanciamento com a base podem ser os principais motivos. Mas vale lembrar que todos os entrevistados disseram que nunca abandonaram seus eleitores, afirmação que para ser comprovada, necessitaria de um estudo com os representados, o que pode ser feito em trabalhos futuros.

É evidente que o voto personalista não pode ser generalizado, mas é o que mais se faz presente no Brasil, como revelou os estudos sobre comportamento eleitoral de Radmann (2001) e Castro (1992). Como um fazendeiro que escolhe o representante que defenda os interesses agropecuários, o trabalhador que opta pelos sindicalistas ou um comerciante que prefira aquele que defenda interesses

econômicos, a população mais pobre, que não faz parte de nenhum desses segmentos escolhe aquele que resolve seus problemas da forma mais rápida. Nesse contexto os candidatos assistencialistas, que brigam, fazem doações e dão voz a essa camada mais numerosa da sociedade são bonificados com o voto. Desta forma, o radialista se encontra em grande vantagem já que, resolvendo problemas individuais, consegue, até certo momento de sua trajetória política, permanecer no campo. Em outras palavras, enquanto a presença dele no campo político for útil para as partes envolvidas e ele conseguir, desta forma, reproduzir os meios que o colocaram nesse universo, ele obtém sucesso para se manter no poder.

Desta forma, o capital social, baseado na confiança que os eleitores mantêm com os radialistas, se revela sim uma ferramenta fundamental para se manter no campo político em cargos eletivos, mas à impossibilidade de agir em favor do coletivo dificulta sua conservação por muitos mandatos e a conversão deste em capital político torna-se essencial para não exclusão do campo, mesmo que em cargos nomeados.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. Espaço social, campo social, habitus e conceito de classe social em Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>. Acesso em: 26/02/10.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11° ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

\_\_\_\_\_ **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONI, V. QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, n. 1, vol. 2, 2005. Disponível em: [http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf). Acesso em: 28/11/2010.

BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ Sobre el campo político. França: Presses Universitaires de Lyon, 1999.

\_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_ A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, J. FERREIRA, M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTRO, M. M. M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 20, 1992.

CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p.83-106, 2005.

COSTA, O. **Rádio e política: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX**. Londrina: Eduel, 2005.

DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DEUS, S. de. Rádio e política: da crítica do ouvinte à construção do cidadão. In: XXV CONGRESSO ANUAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM). Salvador, 2002. Disponível em: [http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18777/1/2002\\_NP6DEUS.pdf](http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18777/1/2002_NP6DEUS.pdf). Acesso em: 10/01/2008.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

FIGUEIREDO, A. C. LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HIRST, P. **A Democracia representativa e seus Limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

KASEKER, M. P. O Desempenho eleitoral de radialistas políticos nas eleições proporcionais de 2002 no Paraná. Dissertação. Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/SOCIOLOGIA/1radialistaseleicoes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/SOCIOLOGIA/1radialistaseleicoes.pdf). Acesso em: 10/03/11.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

MAIA, R. Mídia e vida pública: Modos de abordagem. In: MAIA, R. CASTRO, M. (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. N. 29, ano 10, 1995.

MANIN, B. PRZEWORSKI, A. STOKES, S. Eleições e representação. **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARTINS, A. L. LUCA, T. R.(org.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MERTON, R. K. LAZARSELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MIGUEL, L. F. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo. n. 49, 1º semestre, 2000.

\_\_\_\_\_. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**. São Paulo. n. 55-56, p.155-184, 2002.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003.

MOREIRA, S. V. **Rádio em transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

MOSCA, Gaetano. **La clase política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NICOLAU, J. **Sistemas Eleitorais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NUNES, M. V. **Rádio e política: do microfone ao palanque** – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996). São Paulo: Anablume Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício de cidadania e instrumentalização (1998-2000). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.22, p. 59-76, 2004.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio** – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestões de governo. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v.43, n.3, 2000.

PORTELA, J.C.P. **Perfil dos deputados: 11° a 15° legislatura**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2007.

RADMANN, E. R. H. O eleitor brasileiro – Uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

REIS, F. W. . Democracia, igualdade e identidade. In: PERISSINOTTO, R. FUKS, M. (Org.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SANTORO, L. F. Rádios livres: o uso popular da tecnologia. **Revista Comunicação e Sociedade**. Ano 3, v.6, p. 97-103. São Bernardo do Campo: Cortez Editora, 1981.

SILVA, M. F. **Quem me elegeu foi o rádio**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000.

SIMÕES, C. F. De rádio, propaganda política, publicidade e marketing. **Revista Diálogos Possíveis**, Bahia, 2006. Disponível em: <http://www.fsba.edu.br/dialogos-possiveis/artigos/8/05.pdf>. Acesso em: 23/07/2007.

SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOARES, M. C. Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão. Tese. São Paulo: USP, 1995.

STAREPRAVO, F. A. MEZZADRI, F. M. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão das políticas públicas para o esporte e lazer. In: X SIMPÓSIO INTERNACIONAL – PROCESSO CIVILIZADOR, 2007. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos\\_PDF/Fernando\\_Augusto\\_Starepravo.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Fernando_Augusto_Starepravo.pdf). Acesso 26/02/2010.

VELHO, A. P. M. A voz como vínculo na comunicação radiofônica. **Prosa Uniderp**, Mato Grosso do Sul, v. 4, n. 2, p. 51-59, 2004.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZUCULOTO, V. R. M. Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio. In: Eduardo Meditsch. (Org.). **Teorias do Rádio** - textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

### **Notícias em periódicos online**

ANGELI, G. Íris Simões tem candidatura à Câmara indeferida. Gazeta do Povo online. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/votoconsciente/conteudo.phtml?tl=1&id=1039061&tit=ris-Simoes-tem-candidatura-a-Camara-indeferida>. Acesso em: 10/03/11.

LIMA, C. C. PMDB, PT E PSDB disputam Carlos Simões. Gazeta do Povo online. 2008. Disponível em: [www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=778397](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=778397). Acesso em: 22/03/11.

TSE, Agência de Notícias da Justiça eleitoral. Indeferida a candidatura de Antônio Belinati a deputado estadual com base na Lei da Ficha Limpa. 2010. Disponível em: <http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1343596>. Acesso em: 22/03/11.

### **Documentos eletrônicos consultados**

TRE - CD-ROM. **Resultado das eleições**. 1986-2006.

### **Documentos inéditos**

BELINATI, A. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

CANTO, J. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

CHAB, R. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

GAÚCHO, R. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

MARTINS, L. C. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2011.

SIMÕES, C. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

TÚLIO, A. **Entrevista radialista**. Curitiba, 2010.

## APÊNDICE

### Modelo de entrevista realizada com os radialistas

- 1- Gostaria que o senhor contasse como começou a carreira no rádio.
- 2- Quais tipos de programas o senhor fez no decorrer da carreira como radialista?
- 3- Em quais emissoras de rádio trabalhou?
- 4- Como começou o interesse pela política?
- 5- Quantas vezes mudou de partido?
- 6- Por que ocorreu a mudança de partido?
- 7- Acredita que os partidos tenham interesse em convidar radialistas para alcançar mais votos para a legenda?
- 8- Qual foi o papel do rádio na eleição do senhor?
- 9- Enquanto foi deputado, em algum momento deixou de apresentar o programa no rádio?
- 10- Qual a importância do rádio na continuidade da carreira política?
- 11- Alguma vez tentou a eleição para deputado estadual e não foi eleito?
- 12- E para outros cargos?
- 13- Quando entrou para a política pela primeira vez, como era o funcionamento?
- 14- O que mudou na forma de fazer política atualmente?
- 15- O que é mais importante: manter o contato com os ouvintes ou ter um bom relacionamento com os demais políticos?
- 16- Como é a relação do senhor com os demais deputados?
- 17- Quais são as dificuldades dentro da Assembleia?
- 18- O senhor acredita que colocou em prática as expectativas dos eleitores?
- 19- A literatura classifica os radialistas políticos como assistencialistas. O senhor concorda com isso?
- 20- O senhor fez assistencialismo enquanto era deputado?
- 21- O que os eleitores pedem?
- 22- Quais cargos o senhor ocupou na Assembleia? Já fez parte da Mesa Diretora ou das Comissões?
- 23- Qual é a opinião do senhor sobre os radialistas que não conseguem e reeleição?
- 24- O senhor acha a democracia brasileira personalista?

25-Quais as expectativas para o futuro político do senhor?